



**Anais do XII Simpósio
Interdisciplinar da
FASAP 2019**



**XII SIMPÓSIO INTERDISCIPLINAR DA
FASAP 2019**

FASAP

Sérgio Valerio Miranda Pereira (Diretor-Geral)
Frederico Martino da Silva Simonini (Diretor Financeiro)
Adolfo Egídio Reis (Diretor da SEDEP)
Patrícia Viana Costa (Vice-Diretora)

CORPO EDITORIAL

Adriana Chaves de Oliveira Ruback
Alessa Lanes Corrêa
Alessandra Ângelo Barrada
Alexsandro Dias da Silva
Allan de Aguiar Almeida
Amanda Barbosa
Ana Beatriz Silva Parreira
Ana Carolina Bastos
Ana Carolina Braga Rabelo Ferreira
Ana Lúcia Rodrigues de Barros
Ana Maria Rocha
Ana Paula Faria de Jesus Jardim Ramos
Ana Paula Soares
Anderson Mariano Rodrigues
Angélica Scharder Dimitriou
Anny Ramos Viana
Antônio Henrique Nunes Ribeiro
Aquilaine Sales Pacheco
Arandir de Souza Carvalho
Arlesson Rangel De Oliveira
Arthur de Mello Gonçalves
Athos Martins
Bárbara Pinheiro Madeira
Bethanea Tostes
Bethânia Pereira Gama
Bianca dos Santos Freire
Bruna Santos Ferraz
Bryelle Eccard de Oliveira Alves
Caio Santarém Barcelos Andrade
Caíque Ferreira
Carina Abreu Souza
Carlos Alberto De Souza Silva
Cássia Lutterbach
Cecília Leite Abreu Ribeiro
Cecília Souto Medeiros
Charles Oliveira Magalhães
Cíntia Annie de Paula Ferreira
Cristiane Moreira da Silva
Daiany Lopes Valentim
Daliana da Silva Montan Dias
Dalvan Lopes Batista
Daniela Nogueira da Rocha
Dayse Martins Hora
Denize Amorim
Deyvid Monteiro Silva
Dhieniffer da Silva Dias
Dilma Kathleen Nogueira Barreto Messias
Dinart Rocha Filho
Douglas da Silva Ribeiro
Douglas Dopp
Elloany Moura Ayrão Fraga
Enoghaliton de Abreu Arruda
Fabiano da Silva Abreu
Fábio de Souza e Silva
Felipe Dutra
Flávia Coelho de Mattos
Flávio Bastos
Francynne Masiero Silva
Gabriel Ferreira da Silva
Gabriel Moulin
Gabriel Souto
Gabriela Anuda Gonçalves Ribeiro
Geane Jesoé Tancredo
Geize de Souza Gonçalves
Gessiedna Pereira de Souza Silva
Giordano Barreto Mota
Gleyson Fernandes Dias
Graciele de Fátima de Souza Lopes
Gustavo da Silva Malhano
Gustavo Kort Kamp Ramos
Gutierry Francisco de Faria
Herlon Milagres Leite
Heverton de Souza Muniz
Higor de Souza Pinheiro
Igor Coelho Salles
Igor Rigues Eccard
Igor Santos
Ilson Viana de Magalhães Júnior
Inessa Trocilo Rodrigues Azevedo
Isabela Alves de Andrade Lima
Isabella Escarcia Viana Garcia
Ivi Souza Sá Marinoni
Jane de Souza Teixeira
Jeander Aguiar Silva dos Santos
Jeferson Batista
Jesiane Marins Lopes
Jéssica de Abreu Arruda
Jéssica Soares Lima
Jeuziane Duarte Lamim

Jhonata Scramignon Queiroz
João Pedro Meireles
João Vítor Chacour
João Vítor Chiarelli Linhares Ramada
João Vítor Robert Bom
Joice Domingues Marques
Josely Ferreira Ribeiro
Juliart Lopes da Silva
Karine Bastos Silva
Karinne Oliveira de Paula
Karinny de Oliveira Fonseca
Karolliny Mendes Marques
Kátia Mello Santarém de Araújo
Laiany Oliveira Gonçalves
Lara Campany Ferraz Sermoud
Lara Maria Bairral Jorge
Lara Miler de Andrade
Larissa Miranda Lomba
Larisse de Souza Lessa
Laura dos Passos Derossi Alves
Leda Melo Machado Monteiro Azevedo
Leonardo Bizoni Santos
Leonardo Da Costa Bifano
Leone Martins
Lívia da Silva Gualter Bastos
Lorraine Abreu Calderon
Lorrany Machado de Souza
Luan Picinini Souza
Luana Medeiros
Lucas da Silva de Carvalho
Luciana de Oliveira Fumian Brasil
Luciano Botelho de Assis Junior
Lucilia Micichelli Tederiche
Luís Antônio Monteiro Campos
Luis Filipe Barbosa Ribeiro
Luísa Fernandes Moreno
Maike Richard Pereira Silva
Manoela Faria Bertão
Marcel Macedo Monteiro
Marcelo Araujo Corrêa Júnior
Marcelo Lopes de Souza
Marcos Vinicius Alves Ribeiro
Marcus Vinícius Gonçalves Tavares de Oliveira
Maria Carolina Hungria Bom
Maria Carolina Lopes de Souza
Maria Clara Balbino

Maria Gabriela Ferreira Aguis
Maria Paula Orçai Barros
Mariana Fernandes Caldeira
Mário Maia Junior
Matheus Ferreira da Silva
Matheus Graciano de Pinho
Matheus Pereira Jesus
Mayara da Rocha Lima
Micaela Gouveia Santana
Miguel Cunha Lopes
Monique de Oliveira Rodrigues
Murillo Campos Souto
Nathan Gabry torres
Naylla Azevedo Sorrentino da Silva
Niliane Rodrigues G. dos Santos
Nilmara Marcos de Souza
Ofélia Machado Mansur
Paolla Rabelo Pereira
Patrick Mamed
Paulo Aparecido Evangelista
Paulo Ovidio de Souza Junior
Pedro Henrique Castro Teixeira
Petterson do Nascimento Pereira
Rafaela Lessa Tissi
Ralph Kezen Leite
Raysa dos Santos G. de Souza
Raysa Figueira Ferreira
Rayssa Ildebrando Pena França
Renata Ferreira Souto
Rhamon Ferreira
Ricardo Ferraz
Roberta Miranda Kort Kamp
Rodrigo Cunha de Mello Pedreiro
Rodrigo Ruback
Rodrigo Titoneli Caminha
Rosane Mamede
Ruan Saraiva Ferreira
Samuel Custódio da Silva Júnio
Sávio Ayrão Martins Pimenta
Sávio Henrique Rodrigues Ramos
Sílvia Maria Zalona Vieira
Simara Meneses da Silva
Sorane Decothé Xavier Brum
Thales Lopes Monteiro
Thaynná Dias Gomes
Theresa Rachel Jacinto Bomfim
Thiago Azevedo

Thiago de Andrade Freitas

Thiago Moreira Cunha

Tiago Vieira Pinto

Tullio Anderson Leite Cornélio

Vanessa Ferreira de Souza Kezen Leite

Vanessa Guterres Silva

Victor Luz Silveira Santagada

Virgínia de Souza Jorge

Vítor Barros

Vitória Rosa de Oliveira Santos

Vitória S. de Paula Rangel

Viviane de Siqueira Silva

Wallace Burger

Wallace Cantagalo Biebe

Wanessa Santos da Cruz

Wesley Teixeira Vieira

Yanca Faria Eccard

Yanne Pacheco dos Santos

Anais do XII Simpósio
Interdisciplinar da FASAP

Periodicidade Anual

Diretor-Responsável:
Sérgio Valério Miranda Pereira

Organizadores:
Jesiane de Souza Marins Lopes
Bryelle Eccard de Oliveira Alves
Patrícia Viana Costa

Projeto Gráfico:
Fernando Prado de Matos
Bettencourt

Faculdade Santo Antônio de
Pádua - FASAP

Rua Deomar Jaegger, no 02
Bairro: Alequicis
Santo Antônio de Pádua-RJ
Telefone: 3853-3393
Email: fasap@fasap.com.br

www.fasap.edu.br

S6131s

Anais do Simpósio interdisciplinar da FASAP (12. : 2019 : Santo Antônio de Pádua, RJ)

Anais do XII Simpósio Interdisciplinar da FASAP; Santo Antônio de Pádua,
13 a 14 de Maio de 2019. / Org. Jesiane Marins Lopes; Bryelle Eccard de Oliveira
Alves; Patrícia Viana Costa.

Santo Antônio de Pádua:

Fasap, 2019.

p.:104

ISSN 23580-0712

1. INICIAÇÃO CIENTÍFICA – Seminários I. Título

CIÊNCIAS HUMANAS

ADMINISTRAÇÃO

- A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO ADMINISTRATIVO NO COTIDIANO DA GESTÃO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA -----	01
- AGRICULTURA FAMILIAR: A IMPORTÂNCIA DA LEI 11.947/2009 PARA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS -----	02
- ESTUDO DE VIABILIDADE PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM CENTRO COMUNITÁRIO EM ITAOCARA – RJ-----	03
- IDENTIFICAÇÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA -----	04
- MELHORIA DA QUALIDADE ALIMENTAR DOS UNIVERSITÁRIOS COM A IMPLANTAÇÃO DO “FAST HEALTH”-----	05
- PERCEPÇÕES DAS UNIVERSITÁRIAS NO MERCADO DE TRABALHO -----	06
- QUALIDADE NO USO DAS FERRAMENTAS DIGITAIS NA ERA TECNOLÓGICA-----	07
- TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: UMA MUDANÇA RADICAL NO AMBIENTE DE TRABALHO -----	08
- VIABILIDADE DE INVESTIMENTO NA CARREIRA PROFISSIONAL DO ADMINISTRADOR-----	10

DIREITO

- A IMPORTÂNCIA DA CONTRIBUIÇÃO DA MEDIAÇÃO, NAS RELAÇÕES FAMILIARES E NA RELAÇÃO CONJUGAL-----	11
- DOS CRIMES VIRTUAIS PRATICADOS SOB O ANONIMATO DA <i>DEEP WEB</i> -----	12
- A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA AO LONGO DO TEMPO -----	13
- DIREITO À SAÚDE: Uma análise à luz da judicialização -----	14
- O DEVER LEGAL DO MÉDICO NA COMUNICAÇÃO DO CRIME DE ABORTO E O DIREITO FUNDAMENTAL À INTIMIDADE DA MULHER -----	14
- POLIAMOR: O reconhecimento da união estável poliafetiva como entidade familiar -----	15
- ALIENAÇÃO PARENTAL FRENTE AOS CASOS DE DISSOLUÇÃO DO VÍNCULO CONJUGAL-----	16
- O ESTATUTO DO DESARMAMENTO À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS -----	17
- GRAVIDEZ CARCERÁRIA: A isonomia e a dignidade da pessoa humana-----	18
- A LEI MARIA DA PENHA E SEUS MECANISMOS -----	19
- VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS INTERFACES JURÍDICAS-----	20
- VIOLÊNCIA DOMÉSTICA -----	21

- VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: Uma análise da eficácia da lei 1.340/06-----	22
- O ARMAMENTO DA POPULAÇÃO E O AUMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER-----	23
- MINISTÉRIO PÚBLICO: Autonomia funcional (in) constitucionalidade das suas investigações-----	24
- A PENALIZAÇÃO DO PSICOPATA FRENTE AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO-----	25
- O PSICOPATA E O DIREITO PENAL BRASILEIRO-----	26
- A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO EM FACE DE DANOS AMBIENTAIS-----	26
- ALIENAÇÃO PARENTAL E A GUARDA COMPARTILHADA COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO-----	27
- DIREITO PÓS POSITIVISTA E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS-----	28
- PSICOPATIA: (IN) IMPUTABILIDADE-----	29
- A LAICIDADE DO ESTADO E O DIREITO DA GUARDA DO SÁBADO PELA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA-----	30
- TELETRABALHO: UMA ANÁLISE NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÓS REFORMA TRABALHISTA-----	31
- A USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA FAMILIAR: A ANÁLISE DE SEUS REQUISITOS DIANTE À CONSTITUIÇÃO FEDERAL-----	32
- RELIGIÃO E ESTADO: A fronteira entre um estado laico e a prática da liberdade religiosa-----	33
- RECIPROCIDADE NA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS ENTRE PAIS E FILHOS-----	34
- TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL NO BRASIL-----	35
- NÃO SE NASCE MULHER, MORRE-SE: Femicídio no Brasil e o Direito como ferramenta de combate à violência de gênero-----	36
- ALIENAÇÃO PARENTAL: Conturbações psíquicas causadas à criança pelo alienante e as punições previstas na lei 12.318/2010-----	37
- EMBRIAGUEZ ALCOÓLICA AO VOLANTE: ASPECTOS PENAIS E ADMINISTRATIVOS-----	38
- TESTAMENTO VITAL: Direito X Medicina-----	39
- PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO VIA INTERNET: Os riscos dos contratos consumeristas <i>online</i> -----	40
- A HIPERVULNERABILIDADE JURÍDICA À LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR-----	41
- RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO PATERNO-AFETIVO-----	42
- O PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL E SUA APLICAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO-----	42
- O QUE A MÍDIA NÃO MOSTRA: A convicção do conselho de sentença baseado em espetáculo transmitido-----	43
- A DESMISTIFICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS COMO VISÃO EXCLUSIVA DE POLÍTICA DE PROTEÇÃO A BANDIDO-----	44
- CRIMINOLOGIA CRÍTICA: A impunidade nos crimes de colarinho branco no Brasil-----	45
- O CASAMENTO NUMA PERSPETIVA CONTRATUAL-----	46
- A INFLUÊNCIA DO FEMINISMO NA POSITIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES-----	47

- A APLICAÇÃO DA TEORIA DO <i>FAILING FIRM DEFENSE</i> EM CONTRASTE COM O PRINCÍPIO DA LIVRE CONCORRÊNCIA NO DIREITO EMPRESARIAL-----	48
- ABORTO-----	49
- APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELO DELEGADO DE POLÍCIA-----	50
- ALIENAÇÃO PARENTAL E OS CONTEXTOS DO DIREITO DE FAMÍLIA-----	51
- OS DIREITOS SOCIAIS COMO LIMITES MATERIAIS AO PODER CONSTITUINTE DERIVADO REFORMADOR-----	51
- CICLO DE POLÍCIA COMPLETO-----	53
- PREVIDÊNCIA SOCIAL: Análise da Proposta da Reforma da Previdência-----	54
- TRÁFICO INFANTIL E SUAS POSSIBILIDADES-----	55
- VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO-----	56
- MAUS TRATOS CONTRA ANIMAIS DOMÉSTICOS E A SUA ERRADICAÇÃO: LEGISLAÇÃO VIGENTE E A PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO-----	57
- DANO MORAL E A CARACTERIZAÇÃO DO MERO ABORRECIMENTO-----	58
- LIBERDADE RELIGIOSA NO BRASIL E O USO DE SIMBOLOS RELIGIOSOS NO ESPAÇO PÚBLICO-----	59
- LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA INTERNET-----	60
- PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL: Os Reflexos no Sistema Jurídico Brasileiro ante a Lei 13.146/2015-----	61
- MORTE COM INTERVENÇÃO À LUZ DA DIGNIDADE HUMANA-----	62
- DIREITOS E GARANTIAS DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIENCIA NO MERCADO DE TRABALHO-----	63
- PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DIREITO DAS MINORIAS-----	64
- LEI DA ANISTIA: A CONIVÊNCIA DO STF EM EMPURRAR O SANGUE PARA DEBAIXO DO TAPETE-----	65

CIÊNCIAS DA SAÚDE

ENFERMAGEM

- A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE A PACIENTES ONCOLÓGICOS EM FASE TERMINAL-----	66
- A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO DO TRABALHO SOB O OLHAR DOS TRABALHADORES DE UMA EMPRESA-----	67
- A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ATENÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA À SAÚDE DA PESSOA IDOSA-----	68
- A ATUAÇÃO DOS ENFERMEIROS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA FRENTE À CRIANÇA AUTISTA-----	68
- A EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO INSTRUMENTO DE MELHORIAS E REORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO DO ENFERMEIRO FREIRE AO TRATAMENTO DE QUEIMADURAS DE ORIGEM TÉRMICA-----	69
- A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM DURANTE O ATENDIMENTO IMEDIATO AO RECÉM NASCIDO NA PARADA CARDIORESPIRATÓRIA-----	70
- A IMPORTÂNCIA DO PROTOCOLO DE SEPSIS E SINAIS DE ALERTA NA ABORDAGEM INICIAL: uma contribuição da assistência de enfermagem-----	71

- A PERCEPÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM SOBRE OS ASPECTOS EMOCIONAIS DA PESSOA EM HEMODIÁLISE	72
- A PROFISSÃO DE ENFERMEIRO SOB A ÓTICA DOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM	73
- A RELEVÂNCIA DO ENFERMEIRO ATUANTE NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE NOS CONTEXTOS DA ADESÃO À VACINAÇÃO	74
- AS ATRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA SOB O OLHAR DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA E SAÚDE BUCAL	75
- AS DIFICULDADES E OS DESAFIOS DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO NO PROCESSO DE TRABALHO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	76
- AS INTERFACES DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO TRATAMENTO DO PACIENTE PORTADOR DE ESQUIZOFRENIA FRENTE AO CONTEXTO FAMILIAR E SOCIAL	77
- AS VERTENTES DA MEDICALIZAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: o enfermeiro como agente de transformação do cenário atual e caótico	78
- ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO ESTÍMULO A AMAMENTAÇÃO	78
- ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE AO PACIENTE COM INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO NO SETOR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	79
- ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE AOS PACIENTES ACAMADOS PORTADORES DE LESÃO POR PRESSÃO	80
- CONHECIMENTOS DO ENFERMEIRO ACERCA DA PREVENÇÃO DO PÉ DIABÉTICO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E OS CONTEXTOS DA AMPUTAÇÃO	81
- ENFERMEIROS DA ESF E A EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO INSTRUMENTO DE OTIMIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO JUNTO AOS ACS	82
- O ENFERMEIRO FRENTE AO ATENDIMENTO DO PACIENTE IDOSO ONCOLÓGICO: o contexto da humanização	83

PSICOLOGIA

- O DESEQUILÍBRIO DO PROFESSOR EM MEIO ÀS INTEMPÉRIES DA DOCÊNCIA	84
- ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA AO ESQUIZOFRÊNICO	85
- DEPRESSÃO PÓS-PARTO, A IMPORTÂNCIA DE UMA PREVENÇÃO PSICOLÓGICA	86
- DEPRESSÃO E ANSIEDADE: AS VILÃS DA ADOLESCÊNCIA	87
- NÍVEL DE ANSIEDADE PRÉ-PROVAS EM ALUNOS UNIVERSITÁRIOS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS QUE ESTÃO INICIANDO E FINALIZANDO A GRADUAÇÃO	88
- IMPACTO DAS POLÍTICAS INTERNAS NA SAÚDE MENTAL DOS ALUNOS DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO SUPERIOR (IES)	89
- AS INFLUÊNCIAS DO ESTRESSE NO DESEMPENHO ACADÊMICO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	90
- ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: POR QUE DEVEMOS FAZER?	91
- AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA PRÁTICA CLÍNICA	92
- A INFLUÊNCIA DE CRENÇAS PARENTAIS NO ESTABELECIMENTO DA GUARDA COMPARTILHADA	93

CIÊNCIAS SOCIAIS

EDUCAÇÃO FÍSICA

- A IMPORTANCIA DA ATIVIDADE FÍSICA NA INFÂNCIA PARA CRIANÇAS COM OBESIDADE-----	94
- A INFLUÊNCIA DO ESPORTE EM CRIANÇAS COM AUTISMO-----	95
- DEFICIENTES VISUAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR-----	96
- EXERCÍCIO FÍSICO COMO FATOR DE PREVENÇÃO DA OBESIDADE-----	97
- EFEITOS DO SUPLEMENTO <i>WHEY PROTEIN</i> PARA PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO-----	98

EXTERNOS

- ANÁLISE COMPARATIVA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E O PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO, AVANÇOS E RETROCESSOS-----	99
- CAMINHOS PARA A DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA: O ESTADO DO CONHECIMENTO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA-----	100
- DOENÇA ATEROSCLERÓTICA E RISCO CARDIOVASCULAR-----	101
- LOGÍSTICA REVERSA: EM BUSCA DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E AMBIENTAL-----	102
- O IDEB CURRÍCULO E PODER NAS RELAÇÕES ESCOLARES-----	103
- O SAEB 2019 APRESENTANDO OS APRIMORAMENTOS PARA A AVALIAÇÃO E INQUIETAÇÕES ACERCA DA NOVA CONFIGURAÇÃO SISTEMA-----	104

APRESENTAÇÃO

O Simpósio Interdisciplinar da Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) chega a edição de número doze deste evento e adjacente a este, o 6º volume dos Anais do Simpósio. O presente evento continua com o objetivo, *a priori*, de proporcionar o diálogo entre as diversas áreas (Administração, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Direito e Psicologia). Assim, de acordo com a programação, é buscado o inter-relacionamento dos alunos de todos os cursos, através da possibilidade da escolha dos participantes, de acordo com suas preferências ou habilidades pessoais com a descoberta de novos ramos do saber.

A proposta é fazer com que a sociedade, os professores e os alunos interajam em prol do crescimento e aperfeiçoamento da ciência. “Gerenciamento das Emoções e das Conquistas”, o tema central da edição 2019, aborda questões do cotidiano e do autoconhecimento. Trata-se de um tema de suma importância, considerando a complexidade, cada vez maior do viver e do conviver do indivíduo em sociedade. Complexidade esta que exige maior conhecimento de nós mesmos, para que possamos buscar ajustes frente a todos os fatores que interferem em nosso equilíbrio.

Os Anais do Simpósio Interdisciplinar da FASAP não visam apenas expor conteúdo dos professores que participaram das mesas temáticas, mas também, dar oportunidade para aqueles que realizaram pesquisas dentro e fora da instituição de terem acesso a este canal de comunicação que possui o Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas (ISSN) e que tem boa visibilidade nos meios de comunicação que envolvem produções científicas. As propostas dos Anais, a cada ano que passa, tem sido alcançadas com excelência.

Maio de 2019

Bryelle Eccard de Oliveira Alves

COMISSÃO ORGANIZADORA

Jesiane de Souza Marins Lopes
Bryelle Eccard de Oliveira Alves
Patrícia Viana Costa

Apoio Técnico Administrativo

Alex Alves Gomes
Ana Lúcia Rodrigues de Barros
Enoghalliton de Abreu Arruda
Ilson Viana de Magalhães Junior
Leonardo da Costa Bifano
Ofélia Machado Mansur
Wânia Cristina Faria de S. Vieira

COMITÊ INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Faculdade Santo Antônio de Pádua

Sérgio Valério Miranda Pereira (Diretor-Geral)
Frederico Martino da Silva Simonini (Diretor Financeiro)
Adolfo Egídio Reis (Diretor da SEDEP)
Patrícia Viana Costa (Vice-Diretora)
Jesiane de Souza Marins Lopes (Coordenação de Pesquisa)
Arandir de Souza Carvalho (Professor - FASAP)

Comitê Externo:

Filipe Brum Machado (UENF)
Cecília Souza Oliveira (Universidade Estácio de Sá)

CIÊNCIAS HUMANAS

ADMINISTRAÇÃO

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO ADMINISTRATIVO NO COTIDIANO DA GESTÃO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Tiago Vieira Pinto; Charles Oliveira Magalhães

FASAP

Administração

Contatos: charles.magalhaes@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tratou conceitos e aspectos referentes à administração e a gestão escolar e sua hipotética semelhança e colaboração, como mediação para a efetivação de bons resultados e de uma percepção administrativa como, convivência nas relações humanas, financeiras e pedagógicas. A pesquisa tem como principal objetivo identificar o nível de entendimento administrativo dos gestores na esfera das Escolas Públicas do Município de Santo Antônio de Pádua/RJ, tendo em vista a eventual importância desse conhecimento para o alcance de resultados bem como para o sucesso do escolar do educando. O Município possui atualmente escolas e colégio públicos das esferas Federal, Estadual e Municipal, o município tem cerca de 603,4 km² de extensão territorial e contava com 40.589 habitantes no último censo (2010). O IDEB (2017) das escolas públicas para as séries iniciais (5^o ano) é de 6,1 com meta de 6,3, e para as séries finais (9^o ano) obteve 4,8 com meta prevista de 5,7. Para a coleta de dados serão distribuídos questionários abertos acerca do que os entrevistados entendem sobre os principais conceitos de Gestão Escolar, Gestão Autocrática, Gestão Democrática e Gestão Liberal; os conceitos e as diferenças entre Gestão Escolar, Direção Escolar e Administração; quem são os gestores escolares e as ações e/ou estratégias que efetuam no ambiente da escola, sendo que os resultados após análise serão tabulados, categorizados e divulgados no presente trabalho de conclusão de curso. Para alicerçar esse estudo foram utilizados como principais teóricos Taylor (1990); Vieira (1989); Freire (1996); Lück (2002); Libâneo (2007) entre outros que colaboram sobre a temática. De forma secundária objetivou evidenciar, analisar e desenvolver os aspectos e competência da administração importantes para promover no âmbito escolar um trabalho nas dimensões administrativa, financeira e pedagógica, argumentar e examinar os desafios, as possibilidades e os limites das experiências da administração e sua contribuição na gestão escolar, especialmente, reconhecer e apresentar os princípios norteadores e facilitadores que a Administração pode oferecer a uma gestão democrática, autocrática e participativa. Por fim, pretende-se compreender a influência do conhecimento administrativo no cotidiano do gestor escolar e possíveis mudanças que podem influenciar nas tomadas de decisão bem como no cotidiano da escola.

Palavras chave: Gestão Escolar; Gestão autocrática; Gestão democrática; Administração

AGRICULTURA FAMILIAR: A IMPORTÂNCIA DA LEI 11.947/2009 PARA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

Aquilaine Sales Pacheco; Charles Oliveira Magalhães
FASAP

Administração

Contatos: charles.magalhaes@hotmail.com

Resumo: No presente trabalho buscou-se discutir a importância da agricultura familiar, enfatizando as atuais políticas públicas para o meio rural, apresentando as Lei nº 11.326/2006 e nº 11.947/2009. Algumas observações foram feitas com o objetivo de destacar a importância e contribuição das ações afirmativas para os pequenos produtores no combate à pobreza e principalmente no desenvolvimento e manutenção do homem no campo. A agricultura familiar pode ser comumente classificada como uma forma de cultivo da terra realizada por pequenos proprietários rurais, possuindo como mão-de-obra principalmente o núcleo familiar que representa a extensa maioria de produtores rurais no Brasil, cada vez mais tem se sobressaído como um dos setores da economia que mais se expande na produção de alimentos, criação de riquezas e em distribuição de receita mais equitativa, constituindo a estrutura para um desenvolvimento rural. Segundo dados divulgados no final de 2018 pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, a agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo, no mesmo estudo apresentou-se que o segmento ainda produz 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo. O setor também é responsável por 60% da produção de leite e por 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. Geralmente, são agricultores com baixo grau de escolaridade e diferenciam os produtos cultivados para diminuir custos, aumentar a renda e beneficiar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra. A agricultura familiar vem obtendo uma dedicação especial dos governos Federal, Estadual e Municipal, por meio da implementação das políticas públicas, possuindo uma importância social, política e econômica cada vez mais explorada e reconhecida, graças ao poder de mobilização da categoria com o apoio de suas organizações e representações. Com isso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA regionalizou o Brasil em Territórios Rurais para melhor programar o desenvolvimento territorial. O desenvolvimento de receita desta porção por meio de sua maior implantação no mercado tem resultado importante no interior do país e por conclusão nas amplas metrópoles. A agricultura familiar no Brasil tem ganhado importância no âmbito científico. Isso deve a diferentes fatores: aumento de políticas públicas, reconhecimento de produtos do campo, acréscimo tecnológico dos pequenos

produtores e outros fatores com a ideia de melhorar a forma de vida, com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, houve a determinação que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deveriam ser utilizados na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Houve também uma tentativa de facilitar a aquisição dos produtos da Agricultura Familiar por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório exigido para outras formas de aquisição. Nessa visão, este trabalho de conclusão de curso procurou conhecer o contexto da agricultura familiar, principalmente nas cidades de Santo Antônio de Pádua/RJ (que em 2018 recebeu R\$ 639.388,00 e que no mínimo R\$ 191 mil deveriam ser destinados à aquisição com agricultores familiares) e Pirapetinga/MG (que em 2018 recebeu R\$ 247.186,00 e que no mínimo R\$ 74 mil deveriam ser destinados à aquisição com agricultores familiares), seus aspectos mais importantes, suas dificuldades, seus resultados materiais, imateriais, econômicos, não-econômicos e também culturais.

Palavras chave: Agricultura Familiar; Políticas Públicas; Desenvolvimento Rural; PNAE

ESTUDO DE VIABILIDADE PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM CENTRO COMUNITÁRIO EM ITAOCARA – RJ

Ibson Viana de Magalhães Júnior; Gutierrez Francisco de Faria; Higor de Souza Pinheiro; Matheus; Ferreira da Silva; Sávio Ayrão Martins Pimenta; Charles Oliveira Magalhães

FASAP

Administração

Contatos: charles.magalhaes@hotmail.com

Resumo: É notório o aumento da criminalidade e violência em nosso País, e conseqüentemente em nossa região. Observa-se no Município de Itaocara uma diminuição nas ofertas de atividades socioculturais e esportivas, muitas das instituições que voltavam seus esforços para esse propósito não existem mais trazendo uma carência de algumas atividades. Para entender esse cenário e apresentar os benefícios da implantação de um centro comunitário em Itaocara-RJ, realizou-se uma pesquisa nos municípios de Itaocara-RJ e Aperibé-RJ (pequeno município vizinho com aproximadamente 7 km de distância). Para coleta de dados foram distribuídos 100 questionários aos moradores dos municípios, que tenham filhos e/ou conheçam pessoas que tenham e que seriam possíveis usuários do centro comunitário. Os questionários abordaram perguntas objetivando saber: o percentual de aceitação para a implantação do centro comunitário; bairro preferencial para a localização da sede; horário de funcionamento que atenderia melhor as necessidades da população; melhores opções de refeições a serem oferecidas; opções de práticas socioculturais consideradas importantes; modalidades esportivas preferidas; cursos profissionalizantes considerados mais importantes; opções de acompanhamento médico essenciais; importância dos mutirões sociais e opções de atividades; necessidade de palestras de conscientização em relação à violência e uso de drogas.

Com a pesquisa observou-se que 84% dos entrevistados são a favor da implementação de um centro comunitário, com isso percebeu-se que não foi por falta de demanda a queda das atividades e sim por falta de oferta, o endereço preferido pela maioria foi o centro da cidade, com 46% das indicações, justificando-se que o centro ficava mais acessível a todos, o horário de funcionamento apontado para atender melhor a população foi à tarde com 43% das respostas, essa preferência foi evidenciada pelo fato da maioria dos jovens estudarem na parte da manhã. Dentre as opções de refeição, o maior destaque deu-se no almoço com 35% da preferência, que mostrou ser um contrassenso da pesquisa, uma vez que a maioria apontou a preferência de funcionamento no turno da tarde e também que nesse horário parte dos jovens ainda estariam nas unidades escolares, constatou-se que o almoço é a refeição de mais difícil acesso dos potenciais frequentadores do centro comunitário. Com relação as práticas socioculturais e esportivas mais relevantes, obtiveram respectivamente destaques a música (33%), a dança (31%) e o futebol (43%), notou-se que essas atividades podem ser um grande atrativo para os jovens. A pesquisa apontou o curso profissionalizante de técnico de enfermagem (41%) como o mais necessário para a região, constatou-se também que os entrevistados têm interesse em capacitação e que o acompanhamento psicólogo (41%) é essencial para a continuidade e manutenção de um Centro Comunitário, demonstrando que há carência desse tipo de especialista na realidade de muitos jovens. Por fim, a aceitação dos mutirões sócias foi quase unânime com 96% a favor, acreditando que através de ações envolvendo a comunidade teriam uma maior conscientização e cuidado com a população local, sendo que as atividades oferecidas tais como a emissão de documentos (37%) e corte de cabelo (31%) oportunizariam maior atendimento às pessoas no Centro, e que palestras (87%) com temas sobre violência e o uso de drogas seriam muito importantes para reversão de práticas desses atos. Ficou claro com a pesquisa, que a maioria dos entrevistados tem interesse, está disposta a frequentar e apoia a implantação de centros comunitários, em especial na cidade de Itaocara.

Palavras chaves: Centro Comunitário; Socioculturais; Implantação

IDENTIFICAÇÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

**Iison Viana de Magalhães Júnior; Nathan Gabry torres; Deyvid Monteiro Silva; Dalvan Lopes Batista;
Thales Lopes Monteiro; Charles Oliveira Magalhães**

FASAP

Administração

Contatos: charles.magalhaes@hotmail.com

Resumo: A presente pesquisa teve como objetivo geral levantar informações sobre o que torna um ambiente de trabalho “leve” ou “pesado” para os colaboradores do comércio varejista, tendo em vista que o alcance do ambiente harmônico traz resultados positivos para a organização, como, por exemplo, melhor atendimento aos clientes e maior dedicação no dia-a-dia, e assim sendo, melhor resultado nas vendas. O encontro e entendimento de respostas que atendam o objetivo geral é importante uma vez que, como futuros Administradores e/ou Empreendedores, é essencial que

além da teoria aplicada em sala de aula, tenhamos a percepção do colaborador na prática, para, que, com base nisto, tenhamos um feedback a mais para tornarmos bons líderes em um futuro próximo. A pesquisa foi realizada com funcionários do comércio varejista de Pádua, com a intenção de saber como é o ambiente interno segundo os funcionários. Os objetivos específicos deste estudo foram: buscar saber o quanto o funcionário se sente valorizado perante sua função na organização; descobrir como é o clima organizacional da empresa; constatar se o funcionário considera que ele agrega valor, e entender o que ele acha necessário para melhoria da empresa; apurar o nível de estresse e sobrecarga diária dos colaboradores. Na elaboração do questionário, foram criadas perguntas relacionadas à qualidade de vida no ambiente laboral e valorização dos funcionários. Dentre elas, destacam-se perguntas sobre agregação de valor por parte dos funcionários, sobrecarga e stress e relacionamento com o líder e colegas de trabalho. A pesquisa foi realizada em sua maioria na FASAP com alunos que trabalham no comércio varejista de Santo Antônio de Pádua/RJ, como, também, no próprio comércio entre os dias 03 e 05 de setembro de 2018. Com a pesquisa observou-se que apenas 36% dos colaboradores se sentem realmente valorizados no seu trabalho, enquanto 46% raramente sentem e 18% nunca se sentem valorizados. Foi possível perceber que a grande maioria sente que seu trabalho é importante e está agregando valor a empresa. Constatou-se que somente 17% dos entrevistados não se sentem cansados ou sobrecarregados, o que mostra que o estresse é algo muito recorrente na realidade dos funcionários do varejo. Percebeu-se ainda que caso os funcionários ocupassem um cargo de gestão, 27% realizariam mudanças na organização do trabalho, enquanto 17% mudariam a forma como o trabalho é realizado, 14% querem ser mais valorizados e ter uma melhor comunicação, 16% acham que não recebem o suficiente pelo serviço prestado, e 12% não mudariam nada. Por fim, este estudo elaborou um modelo que visou explicar o clima organizacional das empresas em relação aos seus fornecedores, após a apresentação do modelo, constatou-se que muitos funcionários não se sentem parte das empresas e não estão confortáveis no seu trabalho, tornando-se funcionários estressados, com os resultados, pode-se observar que melhorias simples, como ouvir a opinião dos funcionários, elogiar e dialogar já ocasionaria uma grande melhora na satisfação dos funcionários do comércio varejista de Santo Antônio de Pádua.

Palavras chave: Comércio; organização; varejista; Colaboradores.

MELHORIA DA QUALIDADE ALIMENTAR DOS UNIVERSITÁRIOS COM A IMPLANTAÇÃO DO “FAST HEALTH”

Alexsandro Dias da Silva; Jhonata Scramignon Queiroz; Lara Miler de Andrade; Maria Gabriela Ferreira Aguis; Sávio Henrique Rodrigues Ramos; Ilson Viana de Magalhães Júnior; Charles Oliveira Magalhães
FASAP

Administração

Contatos: charles.magalhaes@hotmail.com

Resumo: Devido a correria do dia-a-dia e inúmeras atividades que nos propomos a fazer, tem se tornado cada vez mais difícil a busca por uma alimentação saudável,

pois a maioria das opções rápidas e práticas são alimentos industrializados. A questão principal da pesquisa é verificar como conciliar o tempo corrido com uma alimentação saudável. A ideia proposta do “Fast Health” é disponibilizar uma rede ou uma unidade de entrega com diversas opções de produtos alimentícios naturais e saudáveis para serem consumidos sempre frescos e com agilidade onde e quando o cliente preferir. Com isso, a pesquisa buscou apresentar uma proposta para melhorar a qualidade da alimentação dos universitários e verificar a viabilidade da implantação, realizou-se uma pesquisa na instituição de ensino FASAP – Faculdade de Santo Antônio de Pádua entre os dias 6 e 11 de setembro de 2018. Para a coleta dos dados foram distribuídos 120 questionários aos alunos, sendo 20 para cada curso (administração, engenharia civil, enfermagem, psicologia, direito e educação física). Com base nos resultados, evidenciou-se que 62% dos universitários não se alimentam bem, menos da metade (43%) considera que a falta de tempo é um fator que influencia total ou parcial nesse aspecto. Observou-se também que os horários da manhã não tiveram um número significativo de escolhas e se caracterizariam como o período com menos demanda, sendo que o período da tarde teve boa aceitação, contudo, o turno da noite foi o escolhido pela grande maioria, com 58% como o horário favorito para realização dos pedidos. Dos pesquisados, 70% só estariam dispostos a entregas realmente expressas, com tempo de espera de 15 a 25 minutos máximos, o que seria um desafio considerável para o negócio, visto manter a qualidade e a quantidade de opções disponibilizadas no cardápio. Dentre as opções, evidenciou-se que as refeições prontas como almoço e jantar têm maior aceitação (35%) nas sugestões. Muitas opções foram apresentadas, entretanto, as que mais se destacaram foram: sanduíches, sucos naturais e carnes em geral. Por fim, concluiu-se com a pesquisa que 77% das pessoas estariam dispostas a gastar cerca de até 25,00 reais por pedido realizado o que comprometeria na variedade do cardápio, mais da metade das pessoas demonstraram ter preferência pelo pagamento à vista, o que é visto de maneira positiva pois aumenta o fluxo de caixa do empreendimento. Apesar de alguns empecilhos como a baixa tolerância dos clientes em relação ao tempo das entregas, a aceitação da ideia viabiliza a implantação do Disk Entrega “Fast Health” para os universitários da FASAP e automaticamente contribuiria na melhoria da qualidade alimentar. É importante que seja ressaltado de que tanto a variedade do cardápio quanto a logística das entregas, devem ser elaboradas com o devido cuidado para que o empreendimento tenha sucesso na sua implantação.

Palavras-chave: Universitários; Alimentação Saudável; Fast Health; FASAP

PERCEPÇÕES DAS UNIVERSITÁRIAS NO MERCADO DE TRABALHO

Felipe Dutra; Gabriel Moulin; Leone Martins; Patrick Mamede; Rhamon Ferreira; Ilson Viana de Magalhães Júnior; Charles Oliveira Magalhães
FASAP
Administração
Contatos: charles.magalhaes@hotmail.com

Resumo: O presente artigo teve como objetivo geral verificar as principais dificuldades que as universitárias paduanas encontram para ingressar no mercado de trabalho. O tema proposto teve a finalidade de verificar se no atual mercado de trabalho ainda persiste as desigualdades salariais entre os homens e as mulheres por

desempenho de funções semelhantes, buscou ainda verificar se existem preconceitos em relação na ocupação de cargos pelas mulheres hierarquicamente superiores a homens e se elas têm sofrido assédio sexual dentro do ambiente de trabalho. Elaborou-se uma pesquisa com 10 perguntas claras e objetivas, foram distribuídos 100 questionários, entre 05 a 06 de setembro de 2018, para as universitárias da instituição de ensino FASAP em Santo Antônio de Pádua. Os questionários contemplaram cinco cursos da instituição (direito, psicologia, educação física, enfermagem e administração), 20 questionários para cada curso, depois de recolhidos foram tabulados e categorizados os dados. Dentre as perguntas apresentadas no questionário, foram tratados temas como: o preconceito da mulher no mercado de trabalho; diferença de exigência no mercado entre os sexos; se há maior dificuldade para as mulheres em alavancar na carreira profissional do que para os homens; se na hora da contratação é avaliado as competências de forma igualitária. Com base na pesquisa, observou-se que 73% afirmam que existem preconceitos com as mulheres no mercado de trabalho. Observou-se também que 58% acreditam que o mercado é mais exigente com as mulheres do que com os homens. Constatou-se na pesquisa que 50% das mulheres apontam que é difícil alavancarem sua carreira, muitas delas pensam que um fato que atrapalha é ainda o preconceito sofrido e acaba dificultando de alguma forma a promoção na carreira. Embora os números apontados por preconceitos com relação a mulher sejam extremamente elevados, a pesquisa mostrou que 50% das universitárias acreditam que na hora da contratação não há influência entre homens e mulheres, ou seja, na contratação não teria diferença nos gêneros. Por fim, a maioria das mulheres apontaram ainda sofrer com a desigualdade de gênero, o que influencia diretamente em sua vida profissional e pessoal, ainda assim, muitas possuem uma visão otimista de que a igualdade vá se estabelecer futuramente no meio empresarial. Fato que ficou evidente na pesquisa é que a desigualdade de gênero ainda é uma realidade e necessita ser sanada, discutida e debatida em nossa sociedade.

Palavras chave: Desigualdade de Gênero; Preconceito; Mulher; Mercado de Trabalho

QUALIDADE NO USO DAS FERRAMENTAS DIGITAIS NA ERA TECNOLÓGICA

Charles Magalhães; Ilson Viana de Magalhães Júnior; Ana Paula Soares; Athos Martins; Cássia Lutterbach; Flávio Bastos; Luana Medeiros
FASAP

Administração

Contatos: charles.magalhaes@hotmail.com

Resumo: Com a evolução dos tempos, a rapidez e agilidade combinadas ao dinamismo e a conveniência tornaram a Internet o meio de comunicação mais utilizado e eficiente da atualidade. A era digital difundiu uma nova forma de comunicação e informação, levando conhecimentos a inúmeros pontos antes nunca mensurados ou cogitados, e também de agregar a produtividade, através das várias ferramentas digitais existentes. A pesquisa buscou evidenciar a importância das ferramentas no cotidiano dos jovens universitários da instituição FASAP – Faculdade Santo Antônio

de Pádua, colhendo, através de questionários aplicados a 110 discentes, destes, 50% correspondiam ao curso de administração e 50% aos demais cursos (enfermagem, engenharia civil, direito, educação física e psicologia), foram abordados pontos sobre a qualidade no uso das ferramentas digitais no dia-a-dia destes universitários, a fim de entender como e quanto tempo são utilizadas, se há normalmente busca de veracidade das informações que são compartilhadas, e também quais as principais ferramentas digitais utilizadas. Com a pesquisa, evidenciou-se que a maioria dos universitários utilizam as ferramentas digitais para o crescimento profissional, sendo que 43% apontaram o celular e 56% apontaram o computador como os principais meios para dar continuidade aos seus estudos. Outro ponto que chamou a atenção dentre os pesquisados foi a alta utilização de tempo médio nas redes sociais, 34% utilizam cerca de 5 horas ou mais por dia. Ao serem questionados sobre a utilização do tempo de navegação na internet, observou-se que a maioria (59%) busca por informações diversas, (26%) utiliza a rede para trabalho e (15%) para outras finalidades, tais como compras e entretenimento. Percebeu-se que com a navegação diária na internet entre as redes sociais, os indivíduos acabam absorvendo diversas notícias, e essas podem ser verídicas ou não. Em sua maioria (56%) dos indivíduos fazem a verificação da veracidade da informação. Por fim, concluiu-se que as mídias disponíveis nas ferramentas digitais têm maiores influências sobre os universitários do que as mídias abertas como propagandas e programas de televisão e de rádio, ainda obteve destaque a afirmação sobre a pouca persuasão na vida dos indivíduos pesquisados, num cenário de tanta informação (verídica ou não) 53% dos entrevistados responderam que se sentem pouco influenciados pelas informações que circulam, assim, o após a análise dos resultados entendeu-se que os universitários utilizam com qualidade as ferramentas digitais, já que é uma grande fonte de aprendizagem, informação e comunicação, além de auxiliar no desenvolvimento profissional em um mundo altamente conectado e competitivo.

Palavras-chave: Cotidiano; Importância das digitais; Ferramentas digitais

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: UMA MUDANÇA RADICAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

Jeuziane Duarte Lamim
FASAP

Administração

Contatos: jeuziane@gmail.com/ (22)999976633

Resumo: A tecnologia está avançando a passos largos e transformando só as formas de comunicação, de relacionamentos e ou de trabalho, como também a vida das pessoas. Ela faz parte do cotidiano das pessoas e tem reduzido cada vez mais as fronteiras entre trabalho e casa. Muito tem se falado em “transformação digital”, a qual tem sido responsável por mudanças radicais nos locais de trabalho e que já estão sendo sentidas pelas pessoas integrantes das mesmas. A democratização do acesso às tecnologias, principalmente com o formato de aplicações em nuvem, tem impulsionada cada vez mais a essa transformação, pois as tecnologias passam a ser acessível a um maior grupo de empresas. E por conta dos investimentos crescentes em tecnologias pelas empresas, os ambientes de trabalho atuais estão muito

diferentes do que os de dez anos atrás. Diante disso, objetiva-se com esta pesquisa levantar as causas que tem gerado essa transformação radical no ambiente de trabalho e o que isso representa para os empregadores e empregados de uma organização. Espaços inteligentes de trabalho têm dado lugar aos espaços convencionais, trazendo tendências tecnológicas, tais como: o trabalho remoto e flexível; a conectividade e a IoT (Internet das Coisas); a automação e A.I. (Inteligência Artificial); e os chatbots (software programados para responder via chat.) e assistentes digitais inteligentes. O trabalho remoto bem como as jornadas flexíveis de trabalho hoje é um dos benefícios mais desejado pelos trabalhadores, principalmente aqueles situados em grandes centros que precisam percorrer longas distâncias até o trabalho com trânsitos congestionados, gerando aos mesmos economia de tempo, financeira, além de qualidade de vida. Além disso, essa nova modalidade de trabalho tem gerado também grandes benefícios às empresas empregadoras, tais como: redução de custo de escritório, transporte e *turnover* (rotatividade); maior atração e retenção de pessoas; aumento da produtividade; melhores índices de qualidade de vida no trabalho; além de poder contar com uma maior diversidade de profissionais qualificados, já que dessa forma não estão limitados as distâncias físicas, além de maior engajamento e satisfação das pessoas no trabalho. A conectividade e a IoT apresentam outras formas das empresas administrarem e controlar as suas operações de forma remota, através do uso de aplicativos, além de poder monitorar situações que antes eram inviáveis. A automação e A.I., estão transformando o processo de trabalho nas empresas, as quais estão adquirindo softwares inteligentes para processos que anteriormente eram feitos manualmente, os quais geram soluções mais precisas, com economia de tempo e financeira. Com a popularização dos aplicativos de mensagens e dos avanços na inteligência artificial e *machine learning* (aprendizado de máquina), está cada vez mais frequente encontrar empresas que fazem o uso de chatbots e assistentes digitais em suas operações, tais como: atendimento ao cliente, vendas de produtos e serviços, agendamento em geral, entre outros, por outro lado, as pessoas tem se tornado receptivas a esse tipo de atendimento, os quais são uma alternativa mais barata e eficaz comparados ao *call center* (central de atendimento). O futuro para os ambientes de trabalho é ainda mais promissor com os avanços rápidos da tecnologia e a democratização dos seus acessos pelas empresas, trazendo benefícios para ambas as partes, demandando novas profissões e transformando a visão do capital humano dentro das empresas que passa a ter um papel estratégico. Quanto à metodologia utilizada, optou-se por uma pesquisa do tipo exploratória por meio de levantamento bibliográfico, pesquisa em artigos científicos e artigos de revistas científicas.

Palavras chave: Tecnologia; Mudança; Ambiente; Trabalho

VIABILIDADE DE INVESTIMENTO NA CARREIRA PROFISSIONAL DO ADMINISTRADOR

Ilson Viana de Magalhães Júnior; Igor Santos; João Pedro Meireles; Amanda Barbosa; Maíke Richard Pereira Silva; Ana Carolina Bastos; Wanessa Santos da Cruz; Charles Oliveira Magalhães

FASAP

Administração

Contatos: charles.magalhes@hotmail.com

Resumo: No cenário atual, as organizações se constituem através de empresas, qualquer que seja o ramo do “negócio” proposto. O gerenciamento desses “negócios” muitas vezes se dão por pessoas sem qualificação e formação, mesmo sabendo que o ideal seria através de um administrador, que tem como principal função alcançar os objetivos das empresas por meio dos recursos, seja eles financeiros, tecnológicos ou de recursos humanos. Devido a importância do administrador nas organizações e seu papel fundamental para o desenvolvimento das mesmas, realizamos uma pesquisa entre os dias 4 e 5 de setembro de 2018 para obter conhecimentos dos alunos de administração da FASAP sobre provável investimentos sua carreira profissional. Todas as habilidades, capacitações e conhecimentos que um administrador necessita para desempenhar a sua função estão ligados à sua formação, vivência e experiência profissional. A problemática observada no cenário atual é a falta de conhecimento técnico por alguns administradores, que julgam não ter tempo e dinheiro para buscarem maior formação. Com a correria diária e o pouco conhecimento, algumas pessoas não reservam tempo para aperfeiçoar suas habilidades e nem mesmo se programam para galgar melhores posições na carreira, muitos ainda desconhecem os possíveis campos de atuação do profissional de administração. Além disso, a falta de recursos também tende a dificultar esse investimento. Dentro desse contexto, realizou-se uma pesquisa com o objetivo principal de evidenciar as percepções dos alunos em relação a carreira profissional. A pesquisa foi realizada com a aplicação de um questionário com perguntas objetivas distribuídas para 100 alunos do curso de Administração. Observou-se que é uma das maiores preocupações a falta de conhecimento dos alunos sobre a carreira profissional, a pesquisa apontou que 61% dos entrevistados sabem o básico sobre o assunto e 18% sabem melhor do que se trata. No que se refere à expectativa de consolidação da carreira, os resultados mostraram que 39% esperam atingir o ápice de sua carreira profissional entre 4 e 5 anos e 19% em 6 ou mais. Por fim, pode-se considerar o resultado positivo, pois, demonstrou que os alunos querem construir suas carreiras em um momento próximo não tão distante. No universo financeiro dos estudantes a pesquisa apresentou ainda que 41% dos alunos estão dispostos a investir de 200,00 a 300,00 reais mensais com formação continuada, 25% aceitariam ainda investir de 400,00 a 500,00 reais mensais. A pesquisa mostrou que a grande maioria pretende dar continuidade nos estudos após o término da graduação e que a concepção de gestão de carreira por parte dos pesquisados, vai além de investimentos próprios, que dependendo das empresas que estiverem ligados, poderá ter influência nessa continuidade, uma vez que espera que tenham práticas e modelos de valorização da carreira profissional, o que coloca a discussão cada vez mais necessária nos cursos de graduação e nas próprias empresas.

Palavras-chave: Administração; Administrador; Carreira profissional; Investimento

DIREITO

A IMPORTÂNCIA DA CONTRIBUIÇÃO DA MEDIAÇÃO, NAS RELAÇÕES FAMILIARES E NA RELAÇÃO CONJUGAL

Alessandra Ângelo Barrada; Karine Bastos Silva e Dinart Rocha
FASAP
DIREITO

Contatos: sandrinhabarrada@gmail.com / (22) 981020239

Resumo: O presente instituto da mediação familiar, é uma das formas mais sucedidas de condução de conflitos. Apesar de ser uma prática muito antiga, documentada por antropólogo, como presentes em todas as culturas e religiões, só muito recentemente surgiu como alternativa válida entre nós. A primeira proposta de mediação no Brasil surgiu com o projeto de lei nº 4.827/1998, com a intenção de institucionalizá-la como método de prevenção e solução consensual de conflitos. O referido projeto foi aprovado, mas, porém, o projeto de lei não foi a frente. A mediação somente voltou a pauta legislativa em 2009, e um novo marco regulatório da mediação veio a ser publicada em junho com a sanção da lei de mediação (lei 13.140/2015), que disciplina a mediação judicial e extrajudicial como forma de solução de conflitos. A mediação familiar, proporciona verdadeiras transformações, conscientizando os mediados de que cada qual deve buscar uma solução mutuamente satisfatória. Busca-se desenvolver a responsabilidade dos envolvidos, sensibilizando para a importância de sua participação cooperativa nas decisões de reorganização na família. Esse instituto, busca a valorização do ser humano e a igualdade entre as partes, portanto, para os conflitos familiares, em que muitas das vezes são marcados pela desigualdade, homens e mulheres, a mediação promove o equilíbrio entre os gêneros, pelo qual se é dado dentro do procedimento as mesmas oportunidades para ambos. Este trabalho busca apresentar a contribuição para a redução do número de demandas em curso no poder judiciário, ao tirar de seu contexto a análise de situações que podem ser reorganizadas pelos próprios envolvidos. Nos casos de separação, a mediação auxilia os cônjuges a redefinir seus papéis de pais e a criar novos limites familiares por meio de um processo de negociação a fim de evitar possíveis disputas. O instituto da mediação, traz mais benefícios que um processo judicial ao definir um acordo mais vantajoso para ambas as partes e também evitando desgastes emocionais, gastos de ordem econômica e danos daí decorrentes. As partes, elas são estimuladas para restabelecer o diálogo e busquem um acordo que seja favorável para ambos, reconstruam o vínculo afetivo e a retomada para a responsabilidade de suas próprias decisões. Nas ações de família a mediação é obrigatória, mas não há essa obrigatoriedade em todas as hipóteses de litígio, no entanto neste procedimento, as partes assumem voluntariamente e poderá ser interrompido por elas a qualquer momento. Desse modo, o problema que orientou o presente estudo foi: A respeito dos conflitos nas relações familiares, não se sabe ao certo o porquê de utilizar a mediação como o meio de solução consensual mais eficaz e mais adequado, uma vez que, se as partes não se compor, deverão utilizar o processo judicial em busca dos seus objetivos específicos. De que forma as técnicas de mediação podem ser úteis na solução de conflitos, envolvendo Direito de Família? Assim sem sendo, para responder ao problema levantado, propõe-se, demonstrar as contribuições da mediação, nas relações que tramitam no poder judiciário, envolvendo Direito de

Família. Relatar a evolução histórica da mediação no Brasil; Descrever a mediação no CPC de 2015; enumerar os modelos de mediação e demonstrar os resultados no âmbito das Varas de Família. Conclui-se que, o presente trabalho para o sistema judiciário é relevante, pois a contribuição do instituto analisado traz mais celeridade, economia processual, é mais econômico para as partes.

Palavra-chave: Mediação Familiar, Conflitos nas Relações Familiares, Solução de Conflitos.

DOS CRIMES VIRTUAIS PRATICADOS SOB O ANONIMATO DA *DEEP WEB*

Anderson Mariano Rodrigues e Victor Luz Silveira Santagada
FASAP
DIREITO

Contatos: andersonranderson@hotmail.com / (22) 997865726

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo tratar dos crimes virtuais praticados sob o anonimato da *Deep Web*, os quais, pela falta de mecanismos capazes de coibir as ações dos criminosos, seguem acontecendo, acarretando a sensação de impunidade de seus agentes, além da insegurança da sociedade. Assim, o estudo busca ressaltar, através de pesquisa de revisão de literatura, como acontecem as atuações dos infratores no chamado *Mundo obscuro da Internet*, apresentando os conceitos de *Deep Web* e *Dark Web*, e analisando a aplicabilidade da legislação brasileira existente em nosso ordenamento jurídico aos casos dessa nova prática criminosa. Por esse motivo, surge o questionamento sobre como se apresenta a legislação brasileira no que tange aos *Cybercrimes*? Visando responder essa pergunta o estudo vai traçar uma abordagem histórica sobre a Internet, dando-se ênfase ao surgimento da *Deep web*; conceituar institutos ligados ao mundo virtual, tais como *Deep Web*, *Dark Web* e *Cybercrimes*; destacar quais são os *Cybercrimes* mais comuns no mundo virtual, assim como algumas condutas ainda tidas como atípicas; examinar quais são os instrumentos de combate aos *Cybercrimes* existentes no país, e as principais questões de ordem técnica, que comumente dificultam a persecução criminal, tais como a questão da dificuldade em se identificar o autor dos delitos virtuais, da competência em razão do local, da maioria penal e a produção de prova e por fim analisar a legislação de outros países, traçando uma abordagem comparativa com relação à legislação brasileira. Em uma análise superficial e provisória, tem-se que o Brasil não possui normas específicas e completas capazes de suportar uma cobertura total do tema, de forma a coibir os *Cybercrimes* e manter a segurança dos usuários da internet, sendo necessária uma regulamentação que cubra o descompasso entre o aparato do ordenamento jurídico e as evoluções tecnológicas, já que, nesse sentido, atualmente, a produção de leis que tratam especificamente do assunto em questão não acompanha a velocidade em que surgem novas modalidades de crimes cibernéticos.

Palavras-Chave: Crimes virtuais, Anonimato, Deep Web, Cybercrimes.

A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA AO LONGO DO TEMPO

Anny Ramos Viana
FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA E FASAP
DIREITO

Contatos: annyviana@adv.oabrij.org.br (022) 99888-0868

Resumo: A trajetória da construção do conceito de família na sociedade possui arcabouço diversificado. Assim, tem-se que a discussão sobre modelos familiares hoje não é a mesma de tempos atrás, vez que com o passar dos anos, considerados os desenvolvimentos sociais e jurídicos atinentes ao tema, há uma ampliação fática sobre estes conceitos. Inegável, pois, a influência e a necessidade do Estado em, observadas as características político-econômicas das sociedades, atualizar os modelos de família a fim de que as pessoas, organizadas nesses núcleos modelares, possam se adaptar aos imperativos funcionais de tais sociedades. Se outrora a família era vista sob o aspecto patrimonial, econômico e com fins de reprodução, passou, na pós-modernidade, a ser analisada a partir do vínculo afetivo e, em não raras vezes, com forte influência da religião cristã. Apesar disso, o modelo centralizado de que o núcleo familiar seria somente constituído por meio do matrimônio entre homem e mulher foi sendo afastado à medida que novos modelos foram se originando e conquistando espaço em meio à sociedade, albergando a introdução de novos costumes e valores, a internacionalização dos direitos humanos, a globalização, o respeito do ser humano, tendo em vista sua dignidade e os direitos inerentes à sua personalidade. Desde a ascensão do modelo patriarcal de família, na antiguidade clássica, passando pelo período romano e de hegemonia da Igreja Católica e a sua expansão pelo ocidente, e em face de seus dogmas expansionistas e religiosos, o conceito de família, assim como a própria sociedade, não se estagnou. Assim, o tradicional modelo de família formado para perpetuar o culto religioso doméstico, constituída em virtude da autoridade parental e orientada pelo direito canônico cedeu espaço, na pós-modernidade, para novos e discutidos modelos familiares - inclusive a família homoafetiva - amparados no afeto e na mudança de paradigmas, buscando a materialização do princípio da busca da felicidade e é exatamente sobre essas novas formações familiares que faz-se necessário lançar um olhar com a finalidade de analisar qual é a influência da religião na conquista de direitos para esses novos atores sociais. Salienta-se, por fim, que os modelos familiares não apresentam estrutura fixa, sendo modificados ao longo da história humana de acordo com as demandas econômicas, sociais e políticas de cada época, requerendo, para sua compreensão, utilização de distintas linhas de conhecimento articuladas para dar conta de sua complexidade, pois aparece na atualidade de forma pluralista, com significativas mudanças em sua estrutura e organização, decorrentes, sobretudo do processo de modernização da sociedade na segunda metade do século XX.

Palavras chave: família, religião, modelo familiares, direito canônico

DIREITO À SAÚDE: Uma análise à luz da judicialização

Arlesson Rangel De Oliveira e Leonardo Da Costa Bifano

FASAP
DIREITO

Contatos: Arlesson.rangel@hotmail.com / (22) 98110-4279

Resumo: O presente estudo representa uma análise da judicialização do direito à saúde, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). As limitações encontradas para efetivação do direito à saúde, seja por má implementação de políticas públicas, falta de previsão orçamentária e outros fatores, tem levado muitos a buscar uma resposta do Poder Judiciário, daí surgindo questionamentos e problemáticas quanto ao fenômeno da Judicialização da saúde. A partir do processo de redemocratização e da promulgação da Constituição de 1988, o direito a saúde ganha relevância ao ser considerado como um direito fundamental e de caráter social, devendo ser analisado tanto como um direito individual, em decorrência do direito à vida, e como direito social, em decorrência de um dever do Estado em agir positivamente no sentido de implementar políticas que tenham por finalidade a melhoria das condições de vida de todos, visando a igualdade social e dignidade da pessoa humana. Em face do que foi mencionado, a Judicialização da saúde merece atenção de todos os setores da sociedade. Faz-se necessário uma análise deste fenômeno, seus aspectos positivos e negativos, suas consequências e o papel do Poder Judiciário dada à relevância deste tema. A saúde é um direito humano fundamental, mas encontra-se mal implementado e esse é o principal fator para expansão desse fenômeno, justificando, portanto, a relevância do presente estudo. A pergunta que orienta o presente estudo é: A Judicialização da saúde é uma garantia da efetivação desse direito fundamental? Para responder o questionamento acima, propõe-se o presente objetivo de analisar a denominada Judicialização da saúde, utilizada como meio para garantia e efetividade do direito à saúde. O presente estudo ainda está em andamento, afinal, é instrumento de graduação do curso de Direito da Faculdade Santo Antônio de Pádua, espera-se pela relevância e pertinência deste estudo contribuir para o curso de Direito e bem como para toda sociedade e que alcance os objetivos almejados e traga proeminente contribuição acadêmica.

Palavras-Chave: Judicialização, Direito à Saúde, Constituição.

O DEVER LEGAL DO MÉDICO NA COMUNICAÇÃO DO CRIME DE ABORTO E O DIREITO FUNDAMENTAL À INTIMIDADE DA MULHER

Bárbara Pinheiro Madeira e Giordano Barreto Mota

FASAP
DIREITO

Contatos: bahpinheiro05@hotmail.com / (22) 999025415

Resumo: O presente estudo tem por como objeto a investigação sobre o conflito existente entre a obrigatoriedade de notificação de crimes de ação pública, o dever de sigilo profissional dos médicos e o direito à intimidade dos pacientes, em especial nos casos de aborto. Buscar-se-á investigar se, com a notificação feita pelo médico às

autoridades públicas de uma conduta de abortamento feita por uma mulher, haveria violação do sigilo profissional e consequente violação à intimidade ou se está conduta do médico seria abraçada pela excludente de ilicitude exercício regular de direito. O sigilo profissional do médico e o dever de notificar o crime de aborto são pontos divergentes na legislação e, por esse motivo, merecem uma análise aprofundada, uma vez que o médico é o único profissional que tem conhecimento específico para atestar se houve ou não o aborto, motivo pelo qual tem levantado questionamento atual dentro do âmbito jurídico. A questão norteadora do presente estudo é: Em que medida haveria violação do sigilo profissional ou da determinação legal por um médico que, em serviço, recebe uma mulher para atendimento com sinais de abortamento? Comunicaria o fato à autoridade policial cumprindo determinação legal ou manteria o caso em sigilo profissional guardando o direito à intimidade da mulher? Para responder o questionamento acima, propõe-se analisar o seguinte objetivo: mostrar como ocorre a aplicabilidade da lei nos casos de abortamento cometido pela gestante, quando a ação penal é iniciada através de comunicação realizada pelo médico após o atendimento hospitalar. A proibição ao aborto é prevista no Código Penal vigente desde 1940, no entanto, não é óbice para que muitas mulheres se submetam a tal procedimento. É certo que o médico é o único profissional capaz de detectar a prática da manobra abortiva, competindo a ele comunicar à autoridade policial crime de ação pública de que teve conhecimento no exercício da medicina, sob pena de responsabilidade. Porém, o que muitos não sabem é, que, há uma exceção à obrigatoriedade do médico na comunicação do crime de ação pública, quando essa notificação expuser o paciente a procedimento judicial. A pesquisa encontra-se em andamento na Faculdade Santo Antônio de Pádua, pois é de grande estimo que alcance os objetivos almejado.

Palavras-Chave: Aborto, Sigilo Profissional, Direito fundamental à intimidade da mulher.

POLIAMOR: O reconhecimento da união estável poliafetiva como entidade familiar

Bethânia Pereira Gama e Karine Bastos Silva
FASAP
DIREITO

Contatos: bethania-pg@hotmail.com / (22) 99222-2843

Resumo: A união estável poliafetiva, tema do presente estudo, é um relacionamento que permite mais de duas relações amorosas ao mesmo tempo, havendo entre todos os integrantes conhecimento e consentimento, baseados na transparência, honestidade, lealdade e amor. Apesar de ser uma realidade que sempre existiu na sociedade, ainda há dificuldades na aceitação social em razão dos preceitos religiosos tradicionalistas e do entendimento que essa entidade familiar seria uma violação a monogamia. No mundo jurídico a discussão sobre o poliamor é recente, cujo início se deu com as lavraturas de escrituras públicas de uniões estáveis poliafetivas nos cartórios, utilizando o respaldo de que se a união estável homoafetiva foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, os mesmos fundamentos poderiam ser utilizados nesta nova forma de união estável. Neste sentido, a legislação apesar de ampliar as

entidades familiares reconhecidas, não aborda sobre o relacionamento poliafetivo, cabendo aos tribunais a decisão acerca do tema. Ademais, o reconhecimento dessa união excede o ponto de vista meramente jurídico, pois além de ser uma prática cada vez mais comum na sociedade, todos os indivíduos são livres para serem felizes da maneira que escolherem. Assim, O ordenamento jurídico deve fornecer uma resposta rápida a essa situação fática, baseada nos princípios constitucionais, que protegem a autonomia e dignidade de cada ser humano. A questão norteadora que orienta o presente estudo é: diante da omissão legislativa, quais mecanismos podem influenciar para que seja possível o reconhecimento da união estável poliafetiva como entidade familiar? Para responder ao questionamento acima, propõe-se como objetivo analisar a possibilidade do reconhecimento da união poliafetiva como entidade familiar no atual cenário brasileiro. A presente pesquisa encontra-se em andamento na Faculdade Santo Antônio de Pádua e espera-se que seja de grande importância para a área do Direito, estimando os objetivos esperados, tendo em vista que a sociedade está em constante transformação e deve o Direito como regulador das normas adequar-se aos fatos sociais e apreciar a união estável poliafetiva como uma nova entidade familiar.

Palavras-Chave: União Estável, Poliamor, Direito de Família.

ALIENAÇÃO PARENTAL FRENTE AOS CASOS DE DISSOLUÇÃO DO VÍNCULO CONJUGAL

Bruna Santos Ferraz e Victor Santagada
FASAP
DIREITO

Contatos: Ferrazbgsantos96@gmail.com / (22) 98809-7092

Resumo: O presente trabalho visa analisar a relação da família e alienação parental, inicialmente acontece por conta do termino de uma relação conjugal mal sucedida, onde os ex-conjuges não conseguem superar o abandono ou a traição, ocorrendo um desequilíbrio das partes em não saber lidar com a separação conjugal, tendo como o mas prejudicado a criança e o adolescente. A alienação parental é um problema gerado dentro do contexto familiar, trata-se de uma interferência psicológica promovida por um dos familiares, que tenha a guarda ou vigilância sob esse menor, para que repudie o genitor ou cause prejuízo no vinculo entre eles, usando esses para criar uma imagem negativa da outra parte. A escolha do tema se deu por conta de observar que a alienação parental é uma situação constante, que vem acontecendo durante algum tempo dentro do contexto familiar, colocando a criança ou adolescente contra um dos genitores quando há a separação conjugal do casal. Foi escolhido para analisar a questão social e jurídica, mostrando que tal prática fere o direito fundamental da criança ou adolescente, impede de ter uma boa convivência familiar, e na esfera jurídica a luz da Lei 12.318/10 devendo o magistrado tomar medidas provisórias necessárias para garantir a integridade psicológica levando sempre em consideração o melhor para os infantes. Desse modo, o problema de pesquisa que orientou o presente estudo foi: Quais os instrumentos existentes em nosso ordenamento jurídico no que tange ao combate ao instituto da alienação parental?

Assim sendo para responder ao problema levantado, propõe-se: Analisar os instrumentos existentes no ordenamento jurídico brasileiro que tem o intuito de coibir a prática da alienação parental. Para alcance do nosso objetivo proposto elencamos os seguintes objetivos específicos: Abordar como se caracteriza a alienação parental e quem são as partes envolvidas nesse conflito, demonstrando a importância do vínculo familiar. Examinar quais são as consequências da alienação parental na vida da criança ou adolescente alienado. Analisar a legislação em vigor, no que tange a alienação parental. Explicar o instituto da guarda compartilhada. As conclusões parciais desse estudo é enfatizar a importância da criação da criança ou adolescente em relação a sua vida para que não prejudique futuramente porém, entretanto, a presente pesquisa e fruto de um trabalho de graduação em Direito que ainda está em andamento.

Palavras-Chave: Alienação Parental, Condutas Alienadoras, Família

O ESTATUTO DO DESARMAMENTO À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Cecília Souto Medeiros e Giordano Barreto Mota
FASAP
DIREITO
Contatos: cecilia.souto96@gmail.com

Resumo: O presente projeto de pesquisa tem como objeto a investigação científica da (in) efetividade do Estatuto do desarmamento Lei nº 10.826/2003, em especial no controle dos crimes de letalidade violenta praticados com arma de fogo. Serão expostos dados colhidos por órgãos oficiais que demonstram que no primeiro ano de vigência do estatuto do desarmamento, foram registrados no Brasil 48.374 homicídios, sendo 34.187 com uso de arma de fogo. Em 2012, o país registrou maior record da série histórica com 56.337 assassinatos, dos quais 40.077 com emprego de arma de fogo. Existe uma aparente ineficácia do Estatuto do Desarmamento para conter a criminalidade nacional. Os registros do período de sua vigência também são claros ao evidenciar que, com ele, não foi contido uso de armas de fogo para a prática de crimes letais. A questão da liberação ou não da arma de fogo está sendo muito discutida no país. É possível ver o embate de forças contra e a favor de uma restrição ao uso de armas de fogo como instrumento de defesa pessoal. Cabe ao Estado a proteção de toda sociedade, mas dentro das suas limitações não tem como haver proteção no âmbito geral tendo em vista que o Estado não é onipresente, por isso elevado índice de criminalidade. A liberação às armas de fogo supriria esta ausência estatal ou desencadearia a autotutela? Desse modo, o problema de pesquisa que orientou o presente estudo foi: Em que medida a liberação da venda de arma de fogo e sua posse influenciaria o controle da insegurança pública no Brasil? Assim sendo, para responder o problema levantado, propõe-se A (in) efetividade do Estatuto do Desarmamento Lei 10.826/2003, após 16 anos de sua vigência, para o controle da criminalidade nacional, através de posicionamentos pró e contra a liberação de arma de fogo. Para alcance do nosso objetivo proposto, elencamos os seguintes objetivos

específicos: Examinar a evolução história das Armas Fogo ao longo dos anos e suas diversas mudanças, o início da fabricação e a comercialização das armas fogo no Brasil antes e após do Estatuto do Desarmamento, Lei 10.826/2003. Demonstrar a aparente ineficácia do Estatuto do desarmamento para conter a criminalidade, a não contenção do uso da arma para prática de crimes letais. Evidenciar o embate de forças contra e a favor de uma restrição ao uso de armas de fogo como instrumento de defesa pessoal. As conclusões parciais deste estudo sendo a violência no Brasil um problema alarmante e existem propostas e, inclusive, o Decreto Presidencial Nº 9.685 de 15 de Janeiro de 2019 que liberou a posse de Arma de Fogo, alterando assim alguns dispositivos do Decreto anterior nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), acrescentando a presunção de veracidade dos fatos e das circunstâncias afirmadas na declaração de efetiva necessidade, porém, existem correntes que se posicionam contra e a favor da arma de fogo, o presente estudo é fruto de um trabalho de graduação do curso de direito da Faculdade de Santo Antônio de Pádua e ainda encontra-se em andamento, podendo , ainda, desenvolver diversos resultados para esta área acadêmica.

Palavras-Chave: Estatuto do Desarmamento, Arma de Fogo, Direito Penal, Legítima Defesa.

GRAVIDEZ CARCERÁRIA: A isonomia e a dignidade da pessoa humana

Daiany Lopes Valentim; Giordano Barreto Mota; Carina Abreu Souza
FASAP
DIREITO

Contatos: daianyvalentim15@gmail.com / (22) 99892-9960

Resumo: O presente projeto de pesquisa tem como objeto a investigação das violações aos direitos fundamentais das mulheres gestantes e parturientes que estão inseridas no sistema carcerário brasileiro. No Brasil atualmente milhares de mulheres vivem em presídios, o que acarreta vários problemas junto às estruturas que são precárias. Tudo indica que os presídios femininos não estão preparados para dar a assistência necessária para a saúde dos neonatos e lactentes, vindo a colocá-los em condições precárias e desumanas. Ademais, na realidade não existe essa estrutura, expressando uma desproporção entre as previsões legais e a realidade fática. Estas estruturas especiais devem ser oferecidas às gestantes, parturientes e mães, pois estas necessitam, à luz da dignidade da pessoa humana, de cuidados especiais como atendimento médico com frequência para fazer o pré-natal, consultas regulares, etc. Porém, a realidade é bem diferente do que está expresso na lei. O ambiente que a mulher presidiária vive é de extrema preocupação, pois não existe o que a lei determina, as condições são precárias e ainda pior quando a mulher se encontra grávida, o ambiente para ela e seu bebê viverem são escassos de recursos para ela em seu tempo de gestação e para seu filho recém-nascido. Irá mostrar também como o sistema carcerário brasileiro não cumpre o que está expresso na lei. A questão problema que orienta o presente estudo é: Em que medida há, por parte do poder público, o cumprimento dos direitos e garantias fundamentais das mulheres gestantes

ou com filhos, mas que estão inseridas no sistema carcerário brasileiro? Para responder à pergunta levantada, se propõe o presente objetivo de descrever as condições do aprisionamento feminino e as violações dos direitos das gestantes e lactantes no sistema carcerário brasileiro. O presente estudo ainda está em andamento e em fase de análise de dados.

Palavras-Chave: Gravidez, Cárcere, Direito Penal.

A LEI MARIA DA PENHA E SEUS MECANISMOS

Daliana da Silva Montan Dias e Herlon Milagres Leite
FASAP
DIREITO

Contatos: dalianadias@hotmail.com / (22) 998131555

Resumo: A Lei 11.340 Maria da Penha surge em 2006 como instrumento legal apropriado para o enfrentamento da violência doméstica, diante de uma necessidade social urgente. Vivemos em uma sociedade marcada pela cultura patriarcal pela qual subsiste o ideário de que a mulher está subjugada ao homem, excluindo sua condição de sujeito de direitos. Esta construção machista tem como um de seus piores desdobramentos a violência de gênero, que atinge mulheres dos mais diversos grupos sociais, seja fisicamente, psicologicamente, sexualmente, patrimonialmente ou moralmente. Essa violência acontece todos os dias com mulheres de todas as idades, independentemente de classe social econômica, deixando assim resultados traumáticos na vítima. Essa violência é resultado da ideia de que a mulher deve ser submissa ao homem. Não é só o marido que é considerado o agressor, também podem ser o padrasto, sogro, cunhado ou agregados, desde que a vítima seja mulher. Várias mulheres que sofrem violência doméstica muitas das vezes não denunciam com medo, de agravar o problema, ou porque são dependentes financeiramente de seus companheiros, ou até mesmo pelos dos filhos e por acreditar que o parceiro gosta dela e não vai fazer mais. Perante o panorama destacado, este estudo se justifica pela necessidade contínua de informações que possam demonstrar não só o teor dos mecanismos de proteção da lei, como também a execução e efetividade destas inovações normativas, que compõem o sistema de atendimento à mulher vitimizada. A pergunta de partida do presente estudo é: De que forma os mecanismos disponíveis a esse tema pode combater a violência doméstica familiar ou evitar suas consequências? Para responder ao questionamento anteriormente, propõe-se identificar as principais formas de violência doméstica contra a mulher dentro do seu lar e suas consequências, além da aplicação dos mecanismos da Lei Maria da Penha. A presente pesquisa encontra-se em andamento, porém, sabemos que a violência doméstica atinge todas as classes sociais, mas infelizmente é tratada como um problema constante. A solução não se encontra só na prioridade do poder judiciário, é preciso verificar as ações sociais onde encontramos o comprometimento social com esta situação.

Palavras-Chave: Violência Doméstica, Lei 11.340 Maria da Penha, Direito Penal.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS INTERFACES JURÍDICAS

Daniela Nogueira da Rocha e Herlon Milagres Leite

FASAP

DIREITO

Contatos: danirocha.n@outlook.com / (22) 98118-0847

Resumo: A violência doméstica tem sido um dos maiores problemas enfrentados pelas mulheres desde a antiguidade. Com o crescimento social tem se aumentado os números de casos decorridos pela violência contra a mulher. Tornando-se um conflito de extrema gravidade que pode ter como resultado danos irreversíveis. Com a criação da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 que recebeu o nome de Maria da Penha em homenagem a uma mulher que sempre sofreu violência em seu seio familiar que resultaram danos que foram irreversíveis, tantos psíquicos e físicos, ficando paraplégica. A seguinte lei teve como proposta de garantir a mulher um meio de garantia a legitimação dos direitos das mulheres.^{3A} Lei mencionada possui medidas cautelares, medidas protetivas e afastamento do lar. As medidas protetivas tem como proposta sanar todos os tipos violência contra a mulher, com intuito de proteger as vítimas de seus agressores e evitar futuras agressões. Tendo em vista que as medidas têm sido aplicadas de formas insuficientes em sua maioria dos casos. O Estado não possui meios de sanar totalmente a violência e garantir a positivação das medidas protetivas. A violência doméstica é um grave problema de âmbito global que atinge diversas mulheres, independente de classe social, cultura, etnia, faixa etária e orientação sexual. Com os papéis atribuídos aos homens e as mulheres formam uma relação de poder, com baseamento numa construção social que ficou sólida durante ao decorrer dos tempos. Essa denominação de poder nas relações contribuem diretamente na violência doméstica, o problema de violência contra a mulher, mesmo não sendo um fenômeno recente ainda demanda bastante atenção na contemporaneidade. Lei Maria da Penha criada em 07 de agosto de 2006, teve como principal fator de proteger os direitos de Direitos humanos e o princípio da dignidade da pessoa humana em face da mulher. Trazendo em seu corpo de lei medidas com intuito de proteção para as mulheres. Desse modo, o problema de pesquisa que orientou o presente estudo foi: As medidas protetivas inerentes na Lei Maria da Penha possuem efetividade? Assim sendo, para responder ao problema levantado, propoe-se mostrar a análise sobre a violência doméstica nos termos da Lei Maria da Penha, mostrando se de fato as medidas protetivas inerentes na Lei possuem tamanha efetividade. Para o alcance do nosso objetivo proposto elencamos os seguintes objetivos específicos: Examinar a violência contra mulher ao longo dos anos e seu crescimento, com aspecto de desigualdade de gênero; Demonstrar as diversas formas de violência em face da mulher e demonstrando que não se trata apenas de violência física; Explicar como as medidas inerentes na lei possam ter maior numero de efetividade e meios para coibir com a violência contra mulher. A partir da criação da Lei Maria da Penha sua eficácia das medidas protetivas logo começou a ser questionada. A solução seria o Estado intervir de forma maciça criando políticas de conscientização em meio social, com foco no agressor, centros aonde a mulher pode ser abrigada e receber proteção, ter o apoio de psicólogos, ampliar delegacia especializada em casos de violência contra mulher, criação de serviços que possam dar proteção a mulher e acompanhamento a vítima .A presente pesquisa está sendo

feita através da Faculdade de Santo Antônio de Pádua e ainda encontra-se em andamento

Palavras-Chave: Violência Contra a Mulher, Desigualdade de Gênero, Família.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Dhieniffer da Silva Dias e Leonardo da Costa Bifano

FASAP

DIREITO

Contatos: dhifreitas-adv@hotmail.com / (22) 988243175

Resumo: A arbitragem é um dos meios mais antigos de composição de conflitos pela heterocomposição, ou seja, a solução do conflito por um terceiro imparcial, sendo ela definida como um meio privado, jurisdicional e alternativo de solução de conflitos decorrentes de direitos patrimoniais e disponíveis por sentença arbitral, definida como título executivo judicial e prolatada pelo árbitro, juiz de fato e de direito, especialista na matéria controvertida. A arbitragem visa sanar os vícios que eventualmente possam surgir entre as partes contratantes, uma vez que dada a exclusividade dos dispositivos contratuais, há uma falta de adaptação da justiça estatal, o que por vezes demanda prejuízos para uma ou ambas as partes envolvidas. Assim, de forma ampla, a arbitragem comercial internacional se apresenta como aquela cujo conflito se origina de uma relação de comércio, a internacionalidade da arbitragem comercial pode ser definida por critérios jurídicos, os quais possuem como base a nacionalidade ou a residência das partes, a sede da arbitragem e por critérios econômicos como o desenvolvimento das relações de comércio. Desse modo, o problema de pesquisa que orientou o presente estudo foi: Levando-se em consideração o crescimento nas relações de consumo internacionais, qual saída mais célere, eficaz e segura poderia ser utilizada para a resolução dos conflitos que por ventura podem resultar dessas relações? Assim sendo, para responder ao problema levantado, propoe-se mostrar mostrar a eficácia do uso da arbitragem nos contratos internacionais no âmbito empresarial como forma de resolução de litígios. Para o alcance do nosso objetivo proposto elencamos os seguintes objetivos específicos: Examinar todos os pontos positivos e negativos do uso da arbitragem nos contratos internacionais. Demonstrar que o uso da arbitragem nos contratos é o melhor meio, mais eficaz e hábil voltado à resolução dos grandes conflitos, sobretudo de natureza empresarial interna ou internacional. Explicar como se dá a utilização da arbitragem, sua importância, eficácia, sua constitucionalidade e aceitação no Brasil. A demora em solucionar litígios em decorrência da grande quantidade de processos demandados ao poder judiciário, traz a necessidade da utilização de outras vias jurídicas que possam se adequar com a velocidade do mundo globalizado e sua necessidade de um meio mais célere que viesse solucionar controvérsias originaria do comercio internacional. Muito embora seja um tema ainda novo e desconhecido, é relevante seu estudo pois é de suma importância a utilização de um especialista na matéria controvertida ou no objeto do contrato entre as partes para assim solucionar da melhor forma possível a lide contratual. A arbitragem vem cada dia mais crescendo no meio empresarial, ocupando seu lugar e se destacando em meio aos outros institutos mais usados e

conhecidos, tais como Jurisdição Estatal, Conciliação, Mediação e Transação. A presente pesquisa está sendo feita através da Faculdade de Santo Antônio de Pádua e ainda encontra-se em andamento.

Palavras-Chave: Arbitragem, Conflitos, Empresas.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: Uma análise da eficácia da lei 1.340/06

Dilma Kathleen Nogueira Barreto Messias e Victor Luz Silveira Santagada
FASAP
DIREITO

Contatos: kat.nogueira@hotmail.com / (22) 99987-7852

Resumo: O ordenamento jurídico brasileiro, meio pelo qual o Estado expressa através da lei suas regras e princípios, conta com uma lei que, por muitos, é considerada um dos grandes avanços do sistema normativo do país, apresentando um mecanismo de prevenção, assistência e proteção para a mulher, tornando severas as sanções em crimes cometidos no âmbito familiar. Conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, a Lei nº. 11.340 de 07, de agosto de 2006, e inspirada na história de Maria da Penha Maia Fernandes, a qual veremos no decorrer do trabalho, é um dispositivo que trata da violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesse contexto, a referida lei foi sancionada para servir como instrumento de combate à violência contra a figura feminina, cujo ponto de partida, em grande parte dos casos, se encontra dentro dos próprios lares - um lugar visto como abrigo e seguro que, por muito acaba se tornando ambiente de extrema opressão e omissão. Portanto, o presente estudo se mostra de suma importância, pois, baseado na aplicabilidade das normas existentes, busca entender, desde o cerne das relações nos lares, até o processo de denúncia da violência, apresentando os direitos que, em sua maioria, são desconhecidos e as consequências da prática da referida violência, analisando, por fim, a eficácia desse tão importante instrumento de proteção à mulher. Nesse panorama, é de suma importância ser questionado, a lei Maria da Penha é um instrumento eficaz para coibir e combater, no plano prático, todas as formas de violência contra a mulher? As informações recolhidas demonstram que pela existência de previsão normativa que define conjuntos de soluções para o problema exposto existe uma certa eficácia, contudo, esta não é capaz de suprir a totalidade necessária. São inúmeros os dilemas aos quais a norma específica está relacionada, não se tratando apenas dos tipos de violência mais conhecidos pela sociedade, já que existe uma supressão da verdadeira realidade, caminhos em que a eficácia não chega a ser completa. Por uma análise superficial e provisória, tem-se como necessária a contínua evolução da lei e dos mecanismos de combate à violência contra a mulher, para que haja a adequação da norma com a real situação das mulheres vítimas de violência em todo Brasil. Novas circunstâncias são criadas e modificadas a cada dia, não oferecendo oportunidade que a lei se encontre em eficácia integral, ficando assim debilitada. Portanto, não há que se falar em uma norma perfeita, assim como a ineficácia não encontra lugar total ao corpo da lei. A eficácia no plano prático não é recepcionada inteiramente pela realidade, chegando à ideia de que há um longo caminho para se percorrer,

concluindo-se assim que a análise do estudo revela pontos que determinam o fator real dos grandes problemas que os ordenamentos veem levando a vítima a percorrer, confrontando mais do que uma lei, confrontando a forma como são tratadas as vidas dessas mulheres.

Palavras-Chave: Violência Contra a Mulher, Eficácia, Lei Maria da Penha.

O ARMAMENTO DA POPULAÇÃO E O AUMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Douglas da Silva Ribeiro e Anny Ramos Viana

FASAP

DIREITO

Contatos: douglasfasap2015@hotmail.com / (22)998779297

Resumo: Há indícios que as primeiras armas de fogo surgiram na Ásia. Possivelmente na china durante uma guerra. Porém as primeiras armas de fogo portáteis surgiram no século XV. Seu uso era voltado especificamente para guerra. Com o passar do tempo, as armas foram ganhando outras aplicações como sua utilização na caça, defesa pessoal e foram parar até nas olimpíadas. E com isso passou a fazer parte da vida de milhões de pessoas. Grande parte delas querendo fazer da arma uma forma de se defender. Contudo, ter uma arma com esse intuito passou a ser questionado quando houve um aumento no número de homicídios. Muitas vezes por acidente outras vezes pelo motivo de ter sua arma furtada ou roubada por um assaltante, fato que fazia com que muitas armas legais acabassem nas mãos de criminosos. Há outro fator muito preocupante. Mesmo com lei Maria da Penha em vigor, houve um aumento no número de mulheres que sofrem algum tipo de violência em seus lares. E com um maior número de brasileiros armados, existirá grande possibilidade de que ocorra o crescimento desse tipo de violência. Facilitar a aquisição de uma arma de fogo para o cidadão poderia ser uma forma de aumentar a sensação de segurança, mas também poderia fazer com que a violência aumentasse. Poderíamos não nos sentir mais seguros sabendo que na maioria dos lares existe uma arma de fogo. A população brasileira diante de todos os problemas sociais que vive, dando destaque para a violência doméstica contra a mulher que vem aumentando, deveria buscar na educação e em outras formas de política de segurança pública uma maneira de resolver seus problemas com a violência. Ter mais brasileiros armados, aumentará a possibilidade do crescimento da violência. É importante mostrar o quanto a facilitação da posse de armas para brasileiro pode ser prejudicial a segurança da sociedade e sua família, principalmente sua companheira, que já é alvo frequente de violência doméstica e deve-se verificar se o aumento no número de armas nos lares brasileiros trará ou não segurança à população e as famílias e analisar a importância da Lei Maria da Penha na redução dos casos de violência doméstica. Assim sendo, o presente estudo, que está em fase final de análise de dados, esboça grandes expectativas para o campo acadêmico e social. Portanto, não considerariamos correto encerrar aqui esse estudo teórico, mas que seja fonte de inspiração para futuras pesquisas na área.

Palavras-chave: Armamento, Violência Contra a Mulher, População.

MINISTÉRIO PÚBLICO: Autonomia funcional (in) constitucionalidade das suas investigações

Elloany Moura Ayrão Fraga; Fabiano da Silva Abreu; Enoghalliton de Abreu Arruda

FASAP

DIREITO

Contatos: elloany.ayrao@hotmail.com / (22) 9-97379744

Resumo: O presente trabalho tem como finalidade, abordar a Autonomia Funcional do Ministério Público, bem como seu poder de investigação, que traz consigo a titularidade da Ação Penal Pública. A nossa Constituição, em seu capítulo IV, trata das funções essenciais à justiça, e logo em seguida, em seu artigo 127, trata do Ministério Público, sendo a instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, possuindo o dever de impor a ordem jurídica e manter a fiscalização em nosso ordenamento jurídico. O Ministério Público fica encarregado de acionar o Poder Judiciário em nome do Estado com vistas à aplicação da pena nos crimes codificados pela legislação. O direito de punir é exclusivamente do Estado, atuando o MP que é órgão que detém a responsabilidade de desenvolver a acusação no processo criminal, sendo o órgão acusatório oficial. Sob o mesmo ponto de vista, trataremos sobre o sistema processual penal, as formas na qual o nosso Código de Processo Penal nos conduz a iniciar a ação penal, medidas punitivas que o Estado encontra de exercer o seu direito/dever de aplicar sanções a todos os brasileiros natos e naturalizados que por ventura venham a cometer atos ilícitos, causando danos ao seu próximo. Por fim, será finalizado, com a conclusão de todos esses pontos abordados, com o intuito de agregar e trazer um novo olhar sobre a nossa sociedade que vem enfrentando uma grande insegurança com a violência que vem crescendo gradativamente e nos privando muitas das vezes de nos locomover e cuidar das nossas tarefas diárias com a paz que gostaríamos de ter, ou até mesmo sentir, por parte do Estado que nos promete assegurar esse direito, no Capítulo III da CRFB/88. A pergunta que orienta o presente estudo é: O Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob a investigação do Estado? Possui então, concorrente ou concomitantemente, atribuição constitucional para, sozinho, de maneira direta e autônoma, realizar a chamada primeira fase da persecução penal? Para responder à pergunta acima, o objetivo principal do trabalho será abordar o surgimento e a evolução histórica do Ministério Público, os seus princípios e garantias constitucionais, apresentar o sistema penal brasileiro, a persecução penal (preliminar e judicial), dentro do nosso ordenamento pátrio. Tratar do jus puniendi, bem como da ação penal pública e privada, e da sua forma de aplicação. Por fim, discutir a constitucionalidade da prática da investigação pelo Ministério Público, abordando os instrumentos persecutórios e apresentando posições favoráveis e contrárias. A hipótese a ser apresentada neste trabalho, será finalizada com a pesquisa voltada para a constitucionalidade do poder de investigação do Ministério Público, e a sua autonomia funcional, levando em consideração que este órgão é o titular da ação penal, fazendo jus a esta constitucionalidade.

Palavras-Chave: Ministério Público, Poder de Investigação, Autonomia Funcional.

A PENALIZAÇÃO DO PSICOPATA FRENTE AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Flávia Coelho de Mattos e Leonardo da Costa Bifano

FASAP

DIREITO

Contatos: flaviamattos125@gmail.com / (32) 998230468

Resumo: O presente estudo retrata a pesquisa sobre o psicopata frente ao Código Penal Brasileiro e a Psicologia Forense. Será abordado o conceito de psicopatia, seu surgimento, sua evolução histórica, o estudo da psicopatia e a criminologia, a sua imputabilidade, culpabilidade, inimputabilidade e a semi imputabilidade perante o Código Penal Brasileiro. Nos dias atuais a onda de crimes cometidos por agentes portadores desse transtorno de personalidade, vem crescendo de uma maneira acelerada o que traz medo em grande proporção à sociedade. Esses tipos de indivíduos não são visto como doentes mentais são pessoas sem sentimentos, que cometem crimes cruéis e na maioria das vezes a escolha pelas vítimas se dá de forma aleatória, matam pelo prazer. O intuito será analisar em face ao Código Penal Brasileiro, as possíveis medidas aplicadas, sendo que a aplicação do artigo 26 deste Código, não seria ideal para o caso dos psicopatas, visto que não são considerados doentes mentais e sim pessoas com transtornos comportamentais, que depois de cumprida à pena e de volta para as ruas continuariam trazendo perigo. Desse modo, o intuito desse estudo é entender a mente criminosa dos psicopatas, abordando também o serial Killer. A prática de crime cometida por esses indivíduos causa uma revolta à sociedade pela forma que é empregada, pois o psicopata além de não se comover com o sofrimento alheio, não teme punições e por isso comete atrocidades. Diante da imputabilidade ou inimputabilidade do psicopata, qual seria uma alternativa hábil para a sua penalização? Para responder o problema acima mencionado, propõe-se, o seguinte objetivo de Mostrar de acordo com o Código Penal brasileiro os aspectos da culpabilidade e da função da pena aplicados ao psicopata e os meios de tratamento através da Psicologia Forense. O presente estudo ainda não obteve resultados, porém está em andamento e espero que seja de extrema importância para a sociedade e principalmente para o curso de Direito na faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP).

Palavras-Chave: Direito Penal, Criminologia, Imputabilidade, Semi imputabilidade.

O PSICOPATA E O DIREITO PENAL BRASILEIRO

Gabriela Anuda Gonçalves Ribeiro e Fabiano da Silva Abreu

FASAP
DIREITO

Contatos: gabrielaanuda@gmail.com / (22) 991011668

Resumo: Durante muitos anos, estudiosos buscaram descobrir o que levaria um ser humano a delinquir, cometendo crimes escandalosamente bárbaros sem mostrar um fio de arrependimento. Procurou-se explicar até com o aspecto fisionômico (feiura ou beleza) motivos que levassem o ser humano a delinquir. Na antiguidade, vários estudos apontavam o aspecto puramente psicológico como fator da delinquência. Com o passar dos anos descobriu-se que há um fator biopsicossocial que leva o ser humano a adotar um comportamento desvirtuado, fora do padrão do homem médio, trazendo riscos para a vida em sociedade. O Direito Penal brasileiro analisa a responsabilidade do criminoso psicopata sob o enfoque da culpabilidade, tendo em vista que, não havendo culpabilidade, não há que se falar em punição. Surge então no âmbito jurídico um dever do Direito Penal de se aprofundar no assunto, buscando definições e resolvendo assim os conflitos que são inerentes ao tema, justificando-se, portanto, a relevância do presente estudo em todo contexto social, visto que é gritante a importância de se estudar e entender a relação dos crimes cometidos por psicopatas e as formas como são tratados pelo direito penal brasileiro. Nesse contexto, de que forma o Direito Penal Brasileiro atua para punir os infratores psicopatas? Dessa forma, é importante reconhecer o quão pouco se conhece e se procura soluções para o criminoso psicopata no Brasil, apresentar a figura do criminoso psicopata e o tratamento dado a ele no Direito Penal brasileiro buscando as melhores formas de evitar a reincidência, demonstrar as possíveis causas da psicopatia como fator delitivo. É notória a falta de estrutura para que haja uma ressocialização do criminoso, que na verdade nunca foi sociável. Os motivos são variados, seja pela falta de estrutura no próprio sistema prisional brasileiro, ou pela falta de conhecimentos e descobertas científicas na área de psicopatia, falta de investimentos para o desenvolvimento saudável que deve começar desde a infância. Assim sendo, o presente estudo, que está em fase final de análise de dados, expressa grandes expectativas para o campo social e acadêmico. No mais, não consideráramos correto encerrar aqui esse estudo teórico, porém, que seja fonte de inspiração para a área do direito penal e para a sociedade, em modo geral.

Palavras-Chave: Psicopatia, Direito Penal, Culpabilidade.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO EM FACE DE DANOS AMBIENTAIS

Geize de Souza Gonçalves; Karine Bastos Silva; Anny Ramos Vianna

FASAP
DIREITO

Contatos: geizedireito@gmail.com / (32) 99952-0938

Resumo: O meio ambiente vez por outra se mostra como tema a ser discutido em reuniões internacionais em que chefes de vários Estados buscam alternativas para que a economia mundial possa crescer sem que, com isso, gere danos ao meio

ambiente. Diversos acordos internacionais são firmados entre as nações de modo que estas se empenhem em fiscalizar e preservar a natureza para que gerações futuras possam usufruí-las. No entanto, atualmente tem-se noticiado diversos desastres ambientais no Brasil, os quais têm alcançado grandes proporções em relação aos seus danos causados a terceiros. Estes danos, devido a sua intensidade, têm ultrapassado a esfera ambiental/ecológica a atingido outros bens jurídicos lesando patrimônios públicos e particulares além de afetar a vida quando não a cerceia, levando a morte de animais e plantas tal como de seres humanos. A degradação ambiental gerada pelos desastres retro-mencionados e os danos patrimoniais assim como as perdas de vidas ensejam em responsabilidades por parte dos agentes causadores em reparar os danos causados. A reparação dos danos aqui mencionada vem em decorrência da responsabilidade civil do agente causador prevista no ordenamento jurídico brasileiro que também inclui o Estado a depender da atividade. Dessa forma, considerando o exposto acima, o presente estudo se justifica em expor como alguns aspectos da responsabilidade civil do estado em face de danos ambientais decorrentes de desastre ecológicos provenientes agentes econômicos que deveriam ser fiscalizados de maneira mais eficiente de modo a prevenir tais situações degradantes do meio ambiente e dos seres humanos. Quais aspectos da responsabilidade civil do estado em face de danos ambientais decorrentes de desastre ecológicos provenientes agentes econômicos? Os objetivos que conduziram o presente estudo foram: Fazer uma abordagem relacionada à responsabilidade civil do Estado comentando sobre sua importância em reparar os danos daqueles lesados por desastres ambientais; conceituar o que seria a responsabilidade civil suas modalidades e como esta é atribuída ao Estado; discorrer sobre a importância da legislação ambiental e da responsabilidade civil diante de desastres ambientais. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, buscando as concepções conceituais de diversos autores em livros, artigos, dissertações e teses. Dessa forma, afere-se que a responsabilidade civil do Estado decorrente de danos ambientais, aplicada de forma objetiva, pode ser um meio de inibir práticas criminosas de degradação ambiental geradas por imprudência ou mesmo intencionais pelos agentes responsáveis pela fiscalização e manutenção dos requisitos necessários a segurança do empreendimento evitando-se desastres e danos patrimoniais.

Palavras-Chave: Responsabilidade Civil do Estado, Desastre Ecológico, Meio Ambiente.

ALIENAÇÃO PARENTAL E A GUARDA COMPARTILHADA COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO

Graciele de Fátima de Souza Lopes e Karine Bastos Silva
FASAP
DIREITO

Contatos: Ciele_mira@hotmail.com / (22)998054738

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo analisar a guarda compartilhada como meio eficaz para combater a alienação parental, visto que em decorrência do rompimento do vínculo conjugal, nas situações em que existam filhos menores, se

inicia muitas vezes uma disputa pela guarda da criança. Em algumas situações após o rompimento, constata-se o rancor de um genitor para com o outro, que acaba por recair sobre a criança. Essa conduta que visa denegrir a imagem do outro constitui a alienação parental. Um meio eficaz de combater a alienação parental é a guarda compartilhada que com o advento da lei que a regula, recentemente alterou alguns artigos do código civil, fazendo com que os pais juntamente zelem pelo bem-estar da criança. Esse tipo de guarda procura uniformizar a participação dos genitores na criação de seus filhos, além disso, o legislador buscou com essa forma de guarda combater a alienação parental, que tanto prejudica a relação pai e filhos. Assim, apesar da alienação ser um tema que está em voga, merece um máximo de atenção, tendo em vista que trata da violação dos direitos de crianças e adolescentes e suas eventuais consequências. O tema apresentado possui grande relevância no ordenamento jurídico, dado que é essencial a discussão a respeito da alienação parental e sua interferência no psicológico da vítima, considerando que muitos atos praticados não são levados ao judiciário, apesar de saber que esta situação é comumente, nos casos de separação conjugal litigiosa. A questão norteadora do presente estudo: o instituto da guarda compartilhada pode combater as práticas da alienação parental e preservar o interesse do menor? Para responder o problema acima levantado, propõe-se análise da aplicação da lei de alienação parental nos casos em que for identificada tal ocorrência, demonstrando, conseqüentemente, que o instituto da guarda compartilhada é um mecanismo válido para combater a alienação parental. A guarda compartilhada é um meio eficaz para mitigar a alienação parental, eis que proporciona uma convivência equilibrada entre o menor e seus genitores. Evidencia-se que tal espécie de guarda proporciona uma maior igualdade do poder familiar, amenizando ou inibindo a atuação do genitor alienador e favorecendo o bom desenvolvimento emocional do menor envolvido. A pesquisa encontra-se em andamento na faculdade de Santo Antônio de Pádua, pois a importância da aplicação da lei é um mecanismo válido para combater a alienação parental e a guarda compartilhada uma forma de resguardo de um possível dano e solução dos possíveis conflitos.

Palavras-chave: Alienação Parental, Guarda Compartilhada, Direito de Família.

DIREITO PÓS POSITIVISTA E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Gustavo Kort Kamp Ramos e Leonardo Bifano da Costa
FASAP
DIREITO

Contatos: gustavokortkamp@gmail.com / (22) 98829-6323

Resumo: O presente estudo representa uma análise sobre a possibilidade de concretizar os direitos fundamentais na sociedade atual. Explorando primeiramente a essência dos direitos fundamentais e sua [relevância](#) no contexto histórico, social e político. Com o acontecimento de grandes transformações ocorridas na sociedade, consequências de sua complexidade e pluralidade, grande parte da doutrina, compreende uma nova perspectiva para o Direito Constitucional, chamada de

neoconstitucionalismo, ou constitucionalismo contemporâneo, ou ainda, pós – positivismo. Esta nova perspectiva, é composta de diversas características que, somam-se com o propósito de alcançar a efetivação dos direitos fundamentais na sociedade. Se prestando também a compelir o Estado a tomar um conjunto de medidas que impliquem melhorias nas condições sociais dos cidadãos. A significância desse tema trata-se da importância da efetivação dos direitos e garantias fundamentais constituindo-se em uma busca ampla da realização do Estado democrático de direito, fundado por etapas que engrandece em cada ser humano a ansiedade de ver um país respeitando a dignidade de sobrevivência humana de todas as pessoas. Desse modo, o problema de pesquisa que orientou o presente estudo foi: Qual a importância da efetivação e do impacto dos direitos e garantias fundamentais na sociedade? Assim sendo, para responder ao problema levantado, propõe-se mostrar, através dessa pesquisa, que a importância da efetivação dos direitos e garantias fundamentais é alcançar uma sociedade com uma vida mais digna e limitar os abusos de poder do estado, só será eficaz com a efetivação dos direitos fundamentais. Para alcance do nosso objetivo proposto elencamos os seguintes objetivos específicos analisar quais são os principais obstáculos que impossibilitam a efetividade dos direitos fundamentais elencados pela Constituição Federal de 1988; examinar a origem dos direitos fundamentais, verificando como ocorreu a inserção dos direitos fundamentais na Constituição Federal Brasileira de 1988; compreender por que existem dificuldades em relação à efetivação dos direitos fundamentais no Brasil. As conclusões parciais desse estudo demonstram que a efetivação dos direitos e garantias fundamentais implicará em uma sociedade dotada de um novo conceito de justiça e equidade, no qual crescerá em cada pessoa a esperança de ver um país respeitando a dignidade da pessoa humana. A efetivação acarretará uma sociedade organizada mediante a vivência e a eficácia dos direitos fundamentais, porém, o presente estudo é fruto de um trabalho de graduação da faculdade de Santo Antônio de Pádua (FASAP), e ainda se encontra em andamento.

Palavras-Chave: Pós-Positivismo, Efetivação, Direitos Fundamentais.

PSICOPATIA: (IN) IMPUTABILIDADE

Igor Coelho Salles; Giordano Barreto Mota; Carina Silva Abreu
FASAP
DIREITO

Contatos: lgorsalles99@hotmail.com / (32) 9 9100-7787

Resumo: Do ponto de vista jurídico, o transtorno de personalidade antissocial, há grande relevância, uma vez que doutrina e jurisprudência não são pacíficas acerca da forma de tratamento para fins de sanção penal, havendo, portanto, grande divergência se estes indivíduos devem ser considerados imputáveis, semi-imputáveis ou inimputáveis. O objeto da investigação visa não só poder garantir ao Estado exercer seu poder punitivo, mas também zelar pela dignidade da pessoa humana, garantindo desta forma ao agente que sofre deste transtorno, o tratamento adequado ao caso

concreto. Desse modo, o problema de pesquisa que orientou o presente estudo foi: Os psicopatas devem ser considerados imputáveis, semi-imputáveis ou inimputáveis para fins de sanção penal? Assim sendo, para responder ao problema levantado, propõe-se o seguinte objetivo verificar o real tratamento dado pelo direito em relação aos crimes cometidos por pessoas portadoras de psicopatia. Será evidenciado o conceito de psicopatia e sua posição no rol das doenças mentais, a estrutura do crime e causas de imputabilidade e demonstrada a real natureza jurídica do psicopata. Para alcance de nosso objetivo proposto elencamos os seguintes objetivos específicos: Conceituar psicopatia perfazendo sua evolução histórica e científica; demonstrar a estrutura do crime bem como também definir imputabilidade penal e suas excludentes; averiguar a capacidade de fato dos psicopatas para fins de sanção penal; demonstrar casos concretos relacionados a psicopatas do Brasil. Aparentemente o Estado vem se equivocando, pois tem se posicionado de forma a cumprir o dispositivo legal previsto no código penal, aplicando penas a estes indivíduos ao invés de trata-los através de medidas de segurança. Existem no sistema dois posicionamentos antagônicos do ponto de vista psiquiátrico e jurídico. Um primeiro aponta que os portadores de psicopatia não devem ser considerados doentes mentais. Um segundo aponta que estas pessoas devem ser inseridas no rol dos inimputáveis. Porém, o presente estudo ainda se encontra em andamento, podendo ter novos resultados e perspectivas para esta área acadêmica.

Palavras-Chave: Psicopata, Imputabilidade, Culpabilidade.

A LAICIDADE DO ESTADO E O DIREITO DA GUARDA DO SÁBADO PELA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA

Igor Rignes Eccard e Karine Bastos Silva

FASAP

DIREITO

Contatos: igoreccard@yahoo.com / (22) 98148-8754

Resumo: O presente estudo representa uma análise acerca da liberdade religiosa, frente a laicidade do estado, reptando o direito à guarda do sábado pela igreja adventista do sétimo dia. No tocante a laicidade do estado, o estado brasileiro é um estado sem religião oficial. Porém, é de se ressaltar, a sua responsabilidade de pôr em prática a tolerância, e as liberdades no domínio interno do estado democrático de direito, prevista nos capítulos dos "direitos fundamentais e individuais". A guarda do sábado feita pelos adventistas do sétimo dia, é materializada pela objeção de consciência, onde busca-se a liberdade de seguir sua consciência perante seus preceitos morais e seus seguimentos religiosos. Sendo também um direito natural, que está salvaguardado pelas declarações de direitos humanos internacionais e por nossa constituição. Desse modo, o problema de pesquisa que orientou o presente estudo foi: Cabe ao Estado a garantia e proteção de todas as religiões com base na constituição, mesmo sendo considerado um Estado laico. Não seria uma obrigação do Estado proteger a garantir a guarda do sábado pelos adventistas do sétimo dia? Haja vista que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o exercício e garantia de cultos religiosos, segundo o inciso VI, do art. 5º da

Constituição de 1988? Assim sendo, para responder o problema levantado, propõe-se analisar a liberdade religiosa, frente objeção de consciência por motivos religiosos, afrontando o princípio da igualdade, da isonomia, juntamente com o direito à liberdade de consciência, liberdade expressão e liberdade de crença, expressos na constituição de 1988, no que diz respeito à guarda do sábado pelos adventistas do sétimo dia, haja vista que se trata de um caso de grande relevância social, jurídica e religiosa. Para alcance do nosso objetivo proposto, elencamos os seguintes objetivos específicos: Examinar a constituição de 1988, no tocante aos princípios e direitos expressos, principalmente o princípio da igualdade e o princípio da isonomia, juntamente com a liberdade de consciência e liberdade de expressão. Ressaltar a responsabilidade do Estado, mesmo sendo ele laico, em garantir as liberdades, e pôr em prática a intolerância. Demonstrar a importância da guarda do sábado pelos adventistas do sétimo dia, sendo um preceito irrenunciável guardar dês do pôr do sol de sexta feira, até o pôr do sol de sábado, consagrando a Deus esse dia. Mencionar as sagradas escrituras bíblicas, principalmente o livro de Êxodo, onde se fundamenta a guarda do sábado. Relatar o direito individual à escusa de consciência, que é o direito de recusar prestar determinadas imposições que contrariem as convicções religiosas do indivíduo, sendo uma liberdade de consciência expressa na constituição. As conclusões parciais deste estudo têm como assunto principal abordar a guarda do sábado como mandamento imutável pelos Adventista do Sétimo Dia, e dessa forma, com base no art. 5º, inciso VIII, da Constituição de 1988, onde expressa que, por motivos religiosos ninguém será privado de seus direitos, buscam se abster da prática de determinadas ações que coincidirem com a guarda sabática. Entretanto, a questão se torna polêmica quando a opção pela guarda do sábado colide com o princípio constitucional da igualdade e da isonomia, juntamente com a liberdade de consciência, liberdade expressão e liberdade crença, porém, o presente estudo é fruto é fruto de um trabalho de graduação do curso de direito da Faculdade de Santo Antônio de Pádua e ainda se encontra em andamento, podendo, ainda, desenvolver diversos resultados para esta área acadêmica.

Palavras-Chave: Liberdade Religiosa, Estado Laico, Adventista, Igualdade.

TELETRABALHO: UMA ANÁLISE NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÓS REFORMA TRABALHISTA

Ivi Souza Sá Marinoni e Anny Ramos Viana

FASAP

DIREITO

Contatos: IVIMARINONI@GMAIL.COM

Resumo: A globalização e a modernização das relações de trabalhistas trouxeram novas formas de contrato de trabalho. Dentre elas, o teletrabalho que é uma modalidade de trabalho à distância, voltada preponderantemente às atividades administrativas que possibilitam a execução longe da empresa, utilizando-se das tecnologias de informação e comunicação disponíveis. Registre-se que o teletrabalhador pode exercer seu expediente laboral em qualquer lugar que não seja o local da empresa, não ficando adstrito ao âmbito de sua residência. Assim, a

modalidade de trabalho em comento é uma ferramenta importante que contribui para as empresas atuarem mundialmente ao possibilitar que pessoas que estejam a quilômetros de distância trabalhem juntas e troquem informações em tempo real devido ao suporte das tecnologias empregadas. Atualmente, o teletrabalho é uma realidade no mercado de trabalho brasileiro, está presente inclusive dentro no Poder Judiciário, tanto que em 2016 o Conselho Nacional de Justiça aprovou uma Resolução que disciplina o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário. O número de teletrabalhadores tem crescido consideravelmente no Brasil, o que levou o teletrabalho a ser regulamentado pela Reforma Trabalhista que ocorreu em 2017. Diante do exposto, tem-se que o crescimento das relações de trabalho que envolvem o trabalho à distância bem como a Reforma Trabalhista que regulamentou o teletrabalho, justificam a relevância do presente estudo. Ante o exposto, surge a pergunta : As alterações trazidas pela Reforma trabalhista acarretaram melhorias para o teletrabalhador? O que se percebe é que a Reforma Trabalhista, ao regulamentar o teletrabalho, trouxe maior segurança para o empregado e o empregador que optam por esta modalidade de contrato de trabalho. Registre-se que o presente estudo ainda está em andamento, mas já é possível perceber que o teletrabalhador acaba por ganhar mais espaço no mercado de trabalho e chega-se à conclusão de que a reforma trabalhista trouxe melhoras significativas para o trabalhador à distância.

Palavras-Chave: Trabalho à Distância, Reforma Trabalhista, Contrato de Trabalho.

A USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA FAMILIAR: A ANÁLISE DE SEUS REQUISITOS DIANTE À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

João Vítor Chiarelli Linhares Ramada e Victor Luz Silveira Santagada
FASAP
DIREITO

Contatos: joao_vitorlinhares@hotmail.com / (022) 99976-6595

Resumo: A usucapião, cujo nome origina-se do latim, *usucapio*, com o significado “adquirir pelo uso”, trata-se do Direito do indivíduo de adquirir o domínio de um determinado bem através da perda de sua função social pelo proprietário do bem usucapiendo. O ordenamento jurídico pátrio abarca uma série de possibilidades de usucapião, dentre elas a figura da usucapião especial urbana familiar, prevista no art. 1.240-A do Código Civil nacional, dispositivo este inserido pela Lei nº. 12.424/11. Por tal espécie de usucapião, o indivíduo pode passar a adquirir o domínio integral do imóvel em que dividia a propriedade com ex-conjuge ou ex-companheiro, desde que exerça sobre ele, por dois anos, de forma ininterrupta e sem oposição, a posse direta, com exclusividade, e, desde que se trate de imóvel urbano de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados). Ocorre que a espécie de usucapião especial urbana familiar tem trazido grandes polêmicas na análise de mérito, pois, como dito, requisita-se que o cônjuge tenha abandonado o lar, o que traz uma série de interpretações diversas, inclusive com a alegação de que ela fere as previsões constitucionais, desrespeitando a isonomia do Direito, bem como, trazendo à tona análise de culpa do cônjuge, findada com a Emenda Constitucional nº. 66, de 2010. Com o fim da união, em regra, há de ser realizada a partilha de bens do ora separados de fato, e, de forma

alguma, apenas a deixa do cônjuge do imóvel há de servir como prova fática do abandono de lar. Com a criação da lei que dispõe tal usucapião, o legislador previu o abandono desmotivado do lar. Diante de tais abordagens, apesar de vigorar com previsão legal, o instituto da Usucapião Urbana Familiar é tema de muita discussão, sendo sua constitucionalidade matéria de entendimentos diversos. Portanto, por uma análise superficial e provisória, tem-se que, apesar das diversas críticas, tal instituto consoa com o texto constitucional, sendo uma legal forma de aquisição do domínio do imóvel por abandono do cônjuge ou companheiro, devendo ser afastada a questão da culpa pelo abandono, mesmo porque, este não é apenas o único requisito para a configuração de tal modalidade de usucapião.

Palavras-Chave: Usucapião, Inconstitucionalidade, Cônjuge, Abandono Familiar.

RELIGIÃO E ESTADO: A fronteira entre um estado laico e a prática da liberdade religiosa

Karolliny Mendes Marques e Karine Bastos Silva
FASAP
DIREITO

Contatos: karolmarques7@hotmail.com / (22) 98835-5237

Resumo: O Brasil, atualmente, em sua mera teoria se encontra livre de qualquer ditadura religiosa. O direito à Liberdade Religiosa estabelece uma das premissas que edifica o Estado Democrático de Direito. Este direito o responsável por acolher as religiões e seus fies seguidores, se opondo contra uma intromissão brusca do Estado garantindo assim sua autonomia. O projeto objetiva ponderar os benefícios e desafios acerca da laicidade no Brasil, diante das oposições ostensíveis entre teoria e prática, se de acordo com o conceito de que um Estado “laico de direito” é aquele que não sofre influência de nenhuma religião. A religião goza de uma considerável influência desde a formação das primeiras sociedades, justificada pela necessidade do ser humano, enquanto coletivo, de fundar explicações acerca de fenômenos incompreensíveis atribuindo-os aos Deuses e Crenças, que sendo seguidas garantiriam o controle social e a esperança para civilização. Na criação do direito não poderia ser diferente, haja vista que, no âmbito jurídico a religião intervém de diversas formas. O estudo apresentado almeja o esclarecimento no que tange à influência religiosa em âmbitos que deveriam ser neutros, caracterizando a elasticidade das fronteiras para com o Estado declarado laico. Dessa forma, se faz necessária a abordagem desse tema, objetivando solidificar o princípio de laicidade, a fim de que o mesmo prevaleça nas decisões do Estado, de forma a ser desconsiderada a interferência religiosa em esferas que não as afetam. Embora a liberdade religiosa tenha sido garantida como direito, ela não pode ser filtro para que as decisões sejam feitas por meio dela, assim como o Estado não pode interferir de forma abrupta em tal direito restringindo de forma alguma. A problemática que dá sentido ao presente estudo é: Qual é o limite de intervenção da liberdade religiosa nas decisões de um Estado considerado laico? Para responder a interrogativa acima, propõe-se o objetivo de reconhecer as fronteiras entre o exercício da Liberdade Religiosa enquanto direito fundamental, e a maneira do Estado manter sua laicidade eficaz sem a interferência de tal direito. A atual pesquisa é de grande relevância para o âmbito jurídico, tendo

em vista que o assunto é tratado com extrema indiferença por ser um confronto entre a sociedade e as esferas jurídicas. O resultado da presente pesquisa, do trabalho de conclusão do curso de Direito da Faculdade Santo Antônio de Pádua, ainda em andamento, espera a atribuição grande significância aos parâmetros ideológicos da sociedade.

Palavras-Chave: Estado Laico, Liberdade Religiosa, Religião.

RECIPROCIDADE NA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS ENTRE PAIS E FILHOS

Laiany Oliveira Gonçalves e Anny Ramos Viana
FASAP
DIREITO

Contatos: laianyoliveira@hotmail.com / (22) 981753165

Resumo: A obrigação de alimentar a princípio decorre do poder familiar, conhecido antigamente como pátrio poder. Para que os valores sejam fixados é necessário a observação do trinômio, a necessidade / possibilidade / razoabilidade onde vê-se a necessidade de ambos, tanto do genitor quanto do filho, ou seja, de quem o recebe com a possibilidade de quem paga, dessa forma chega-se ao quantum é devido. Quando fala-se em alimentos, normalmente o pensamento é algo que se come, porém dentro da acepção jurídica, alimentos possuem outro significado, muito mais amplo do que simplesmente algo que se come. O dever de alimentos é baseado no princípio da solidariedade, ou seja, são os laços de parentalidade a fonte da obrigação alimentar, sendo fundamental a obrigação a prestação de alimentos para atender às necessidades de uma pessoa que não pode prover o seu próprio sustento. Tendo em vista que a obrigação de alimentar é recíproca, cessando o poder familiar no momento em que os filhos atingem a maioridade, exceto nos casos de pessoas com deficiência, pessoas essas que não perdem nunca o direito a alimentos, surge, a obrigação alimentar recíproca entre pais e filhos, em razão do vínculo de parentesco, independentemente da existência do dever de solidariedade da obrigação alimentar, reciprocidade só é suscitada respeitando um aspecto ético. Desse modo, o problema de pesquisa que orientou o presente estudo foi: Levando em consideração que a prestação de alimentos de um ou mais descendentes para com seus ascendentes é uma realidade que está assegurada através do Código Civil e do Estatuto do Idoso, qual é a responsabilidade dos descendentes em prestar alimentos a favor dos ascendentes em caso de necessidade destes? Assim sendo, para responder o problema levantado, propõe-se o seguinte: Mostrar a responsabilidade dos descendentes na obrigação de prestar alimentos a favor de seus ascendentes, nos casos em que estes não tenham condições de prover seu próprio sustento. Para alcance do nosso objetivo proposto elencamos os seguintes objetivos específicos: Analisar que os vínculos de consanguinidade não são suficientes para que se possa obrigar um parentesco a prestar alimentos ao outro. Devem ser feitas diversas observações sobre a necessidade de quem pleiteia os alimentos, sobre a possibilidade de quem é demandado e, principalmente, o modo de proceder de cada um em relação à outra parte; Explicar que o direito a alimentos é um direito

fundamental para a sobrevivência do ser humano e está amparado pelo princípio da solidariedade; Demonstrar que a obrigação de prestar alimentos é recíproca e mútua. Assim, percebe-se que de acordo com o Código Civil, ascendentes pode pleitear alimentos dos descendentes quando respeitados os requisitos básicos para concessão deste direito, ou seja, o trinômio necessidade / possibilidade / razoabilidade. Porém, a presente pesquisa é fruto de um trabalho de graduação de direito da Faculdade Santo Antônio de Pádua que encontra-se em andamento.

Palavras-Chave: Família, Alimentos, Reciprocidade

TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

Lara Company Ferraz Sermoud; Leonardo da Costa Bifano; Dinart Rocha Filho
FASAP
DIREITO

Contatos: laracampany@hotmail.com / (22)98131-9677

Resumo: Historicamente, o tráfico internacional de mulheres no Brasil começa no ano de 1550, cinquenta anos após a chegada dos portugueses ao território nacional. Estes precisavam efetivar a posse da terra brasileira, povoando-a e extraindo todas as riquezas necessárias para o enriquecimento da metrópole. Sendo assim, mediante a ausência de mulheres brancas no cenário brasileiro, iniciou-se o tráfico de jovens órfãs portuguesas para que satisfizessem sexualmente seus senhores e se tornassem suas esposas. Nesse sentido, ao longo das explanações, o presente trabalho terá como propósito apresentar os diferentes graus de exploração sexual, que caminham desde uma relativa liberdade à vítima até sua completa escravização, mas ambas com cunho meramente lucrativo, pois, atualmente, o tráfico internacional de mulheres para exploração sexual é o tipo de tráfico que se faz predominante como forma de renda. O termo tráfico é de origem italiana (*traffico*), que, segundo o dicionário de língua portuguesa, significa “Ação de traficar, comprar, comercializar, negociar. Operação comercial; comércio, negócio. Comércio ilegal e clandestino, como por exemplo, tráfico de drogas”. Apesar do vasto conceito de tráfico, há uma supremacia no que tange o tráfico ilegal, identificado em diversas vertentes, sendo predominante o tráfico de pessoas, que é considerado o gerador de maior lucro às organizações criminosas. Desse modo, o problema de pesquisa que orientou o presente estudo foi: “Quais os fatores circunstanciais que impulsionam o número de mulheres aliciadas pelo tráfico internacional de pessoas com fins sexuais no estágio particular da conjuntura global?”. Assim sendo, visando responder ao problema levantado, propõe-se analisar a complexidade internacional do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, com um olhar voltado para a vítima e sua submissão ao crime, se por ela for consentido. Para alcance do nosso objetivo proposto, elencamos os seguintes objetivos específicos: verificar a questão do gênero no perfil das vítimas do tráfico internacional para fins de exploração sexual, analisar os dados acerca dos perfis das vítimas deste crime, explicar a ilicitude na prática do crime mediante ao suposto consentimento da vítima, arguir o crime de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual sob a ótica dos Tratados Internacionais, demonstrar que essa espécie de tráfico transgredir o que chamamos de Tratados Internacionais, bem como a diversos princípios constitucionais, incidindo inclusive, na esfera penal. Desse modo, tem-se como conclusões preliminares desse estudo que a grande maioria dos casos de tráfico

de mulheres para exploração sexual não acontece de forma forçada. Na maior parte das vezes, o crime começa com uma promessa de melhora de vida. Entretanto, esse tipo de crime se caracteriza justamente pelo transporte de pessoas, através de algum tipo de coerção, engano ou fraude, e que, de alguma forma, deixa a vítima em uma situação de vulnerabilidade. Por esta razão, não é levado em consideração o suposto consentimento da vítima. Havendo transporte, exploração e cassação dos direitos fundamentais, o ato será ilícito, classificando-se como tráfico de pessoas. No entanto, jamais foi descoberta vítima inserida na classe alta. As vítimas fazem parte do grupo de pessoas marginalizadas e esquecidas pelo sistema econômico vigente, portanto, a desigualdade socioeconômica e educativa é a real raiz do problema, fazendo-se evidente que o número de mulheres aliciadas pelo tráfico para fins de exploração sexual tem como principal fator circunstancial, o desejo da vítima em se inserir no grupo de pessoas com acesso ao mercado de trabalho, efetiva condição de vida, e estabilidade financeira, ainda que não seja possível reconhecer a fraude nas promessas e o real significado delas, que não é nada além do lucro bilionário adquiridos pelas organizações criminosas através deste tráfico. Por fim, salienta-se que o presente estudo é fruto de uma pesquisa realizada no nono período do curso de direito da faculdade de Santo Antônio de Pádua, devendo ser concluída integralmente até o final do presente ano.

Palavras-Chave: Tráfico, Organizações Criminosas, Lucro, Crime.

NÃO SE NASCE MULHER, MORRE-SE: Femicídio no Brasil e o Direito como ferramenta de combate à violência de gênero

Larissa Miranda Lomba e Fabiano da Silva Abreu

FASAP

DIREITO

Contatos: almostlarissa@hotmail.com / (22) 98131-7883

Resumo: Historicamente, as sociedades se organizam sob uma estrutura que confere relação de hierarquia entre homens e mulheres, usando de uma ótica sexual para pautar assuntos como a divisão do trabalho e das tarefas cotidianas. Instituições como a família, a igreja, as escolas e até mesmo o Estado, contribuem para o endosso de uma cultura em que o gênero feminino exerce papel de inferioridade ao gênero masculinidade, conferindo aos homens ideia de dominação sobre as mulheres, detendo a "posse" sobre elas, o poder de controlá-las. Nesse contexto, é comum que se verifiquem altos níveis de violência contra a mulher, como ferramenta de manutenção da subordinação da mulher ao homem. A Lei nº 13.104/2015 alterou o Código Penal, trazendo uma nova qualificadora ao crime de homicídio, o Femicídio. Uma vez que a violência contra a mulher é fatal e caracterizada por sua condição de gênero, deverá a mesma não mais ser tratada pelo ordenamento jurídico como um simples homicídio. Para que seja constatada a qualificadora do Femicídio, não basta que a vítima seja uma mulher, deve restar provado que o crime foi cometido "por razões da condição de sexo feminino". Trazer para o centro das discussões essa violência, por vezes tida como privada, mostra a necessidade da mesma em ser considerada como

responsabilidade do Estado. Para que se garanta a plena dignidade da pessoa humana da mulher, uma vez que a igualdade as inferioriza, faz-se necessária a criação de mecanismos de proteção específicos para o gênero feminino. Nesse sentido, a importância da alteração do Código Penal pela Lei nº 13.104/2015, tornando o Femicídio uma qualificadora do crime de Homicídio. Dessa maneira, o presente estudo se norteará pela seguinte questão: Até que ponto a estrutura patriarcal da sociedade influencia e contribui com a violência de gênero e como o Direito tem se adequado para combater e inibir crimes como o Femicídio? Para que o questionamento em tela seja sanado, propõe-se o objetivo de apresentar uma análise de caráter sociojurídico acerca da violência de gênero que vitima as mulheres, e as inovações legislativas de combate à essa violência trazidas ao sistema jurídico-penal brasileiro, como a Lei nº 13.104/2015, que introduziu a qualificadora do Femicídio. O modo como as sociedades se organizaram ao longo dos anos, pode ser a causa e explicação dessa violência e, por acontecer na maior parte das vezes no ambiente doméstico, a discussão é, muitas vezes, entendida como assunto privado. Assim, explica-se a relevância desse estudo na necessidade de trazer cada vez mais a discussão para o espaço público, aumentando a preocupação do Estado pelo assunto. A pesquisa encontra-se em andamento na Faculdade Santo Antônio de Pádua, sendo peça fundamental para a conclusão do curso de bacharel em Direito, e espera-se obter resultados de relevância para a área jurídica e a sociedade em geral.

Palavras-Chave: Violência de Gênero, Femicídio, Sociedade.

ALIENAÇÃO PARENTAL: Conturbações psíquicas causadas à criança pelo alienante e as punições previstas na lei 12.318/2010

Leda Melo Machado Monteiro Azevedo; Karine Bastos Silva; Inessa Trocilo Rodrigues Azevedo
FASAP

DIREITO

Contatos: ledameloazevedo@gmail.com / (22) 98172-7987

Resumo: A síndrome da alienação parental, cujo termo foi proposto por Richard Gardner é caracterizada por situações em que um dos genitores de uma criança a traqueja para que rompa os laços afetivos com o outro genitor, e com essa atitude desenvolve sentimentos de temor e ansiedade nesta criança em relação ao genitor alienado. Essas atitudes do genitor alienante decorrem, em sua maioria, de frustrações que carrega em razão do fim da relação. Através dessas relações, pode-se gerar nova ou novas vidas que deverão ser conduzidas por seus genitores até que seja completada a maioridade. Entretanto, para que essa vida seja conduzida, não necessariamente os genitores estarão em uma união, havendo muitas vezes uma dissolução desta, e em muitos casos não ocorre de forma pacífica. Desta forma, dá-se azo para que ocorra fenômeno denominado síndrome da alienação parental. No ano de 2010, a Lei nº 12318/10, que dispõe sobre a alienação parental, apresenta, além da definição, um rol taxativo de condutas que a caracterizam; descreve quais entes podem ser considerados como alienador, e apresenta punições. Confirmado o intento do alienante, cabe ao magistrado atitudes para que seja realizada a aproximação da criança com o alienado, bem como da designação de perícia psicossocial para proteger o interesse social da criança. A pergunta que orienta o

presente estudo é: de que maneira a síndrome da alienação parental causa conturbações psíquicas no infante? De que modo os alienantes são punidos? Para responder a pergunta acima, propõe o seguinte objetivo de reconhecer e identificar infantes que sofrem da Síndrome de Alienação Parental e apresentar punições cabíveis aos alienantes, conforme prevê a Lei 12.318/2010. A presente pesquisa se encontra em andamento, sendo a mesma, após concluída, de grande relevância para demonstrar a sociedade o modo em que a síndrome da alienação parental causa conturbações psíquicas à criança, além de especificar as punições cabíveis.

Palavras-Chave: Alienação Parental, Família, Laços Afetivos, Conturbações.

EMBRIAGUEZ ALCOÓLICA AO VOLANTE: ASPECTOS PENAIS E ADMINISTRATIVOS

Leonardo Bizoni Santos; Leonardo da Costa Bifano; Enoghaliton de Abreu Arruda
FASAP
DIREITO

Contatos: leobizoni@yahoo.com.br / (22) 98154-0779

Resumo: O presente estudo dar-se-á mediante análise das questões ligadas à embriaguez alcoólica ao volante, a qual se caracteriza como um relevante problema atual. Partindo de análise bibliográfica de artigos, legislações e material doutrinário tendo como objetivo destacar a necessidade de um ordenamento jurídico mais rígido no que se refere à fiscalização na condução de veículo automotor em estado de embriaguez. O ato de dirigir veículo automotor exige habilidades ligadas à percepção, à atenção e funções psicomotoras do condutor. Para que a condução do veículo automotor ocorra de forma segura é necessário, entre outras coisas, que o motorista entenda a posição que desempenha na via que trafega em relação aos outros veículos, aos pedestres e aos obstáculos que podem surgir durante o percurso. Embora os efeitos do álcool variem individualmente, estudos são unânimes ao demonstrar que a ingestão de bebidas alcoólicas compromete o desempenho humano ao dirigir. Com o objetivo de compreender tal tema, fatores relacionados à embriaguez alcoólica, como os efeitos do álcool no organismo e de que modo afeta a capacidade de condução de veículo automotor serão assuntos abordados no estudo. Haja vista que dirigir em estado de embriaguez fundamenta-se por conduzir um veículo apresentando sintomas claros de intoxicação aguda, estando tal indivíduo sob efeito de substância psicoativa, levando-o a perder o controle de suas ações de modo a incapacitá-lo de executar prudentemente a função que deseja. No mais, se faz fundamental tal análise objetivando promover uma conscientização sobre os perigos acerca da embriaguez alcoólica no trânsito, assim como a necessidade de uma fiscalização mais rígida e eficaz com objetivo de minimizar os impactos causados em toda a sociedade. Tal estudo faz-se fundamental devido à grande incidência de condutores flagrados conduzindo veículo automotor sob a influência do álcool e suas eventuais consequências que afetam toda a sociedade. Em virtude de importantes questões acerca da ingestão de bebida alcoólica, a pesquisa a seguir dar-se-á mediante análise de fatores legais acerca da condução de veículo automotor em estado de embriaguez e a importância da fiscalização como forma de preservar a integridade de condutores de veículos, passageiros e pedestres. Acerca de acidentes automobilísticos nota-se que o fator determinante não decorre da presença de

embriaguez diagnosticada clinicamente, mas a simples presença de álcool no organismo, independentemente da quantidade. A pesquisa trará à baila a importância da fiscalização dos condutores, como forma de prevenção de acidentes, e irá expor os meios administrativos e penais vigentes e sua eficácia na sociedade como um todo. No mais, o álcool etílico caracteriza-se como uma substância psicoativa depressora do sistema nervoso central. O consumo de álcool altera a percepção e o comportamento. Temáticas como essas são imprescindíveis aos novos profissionais da área de direito, sendo fundamentais para a obtenção de conhecimento acerca de questões tão emergentes como a embriaguez ao volante, buscando auxiliar na compreensão de tal tema.

Palavras-Chave: Embriaguez Alcoólica ao Volante, Fiscalização, Aspectos Penais e Administrativos.

TESTAMENTO VITAL: Direito X Medicina

Lorrany Machado de Souza; Anny Ramos Vianna; Carina Abreu Souza

FASAP

DIREITO

Contatos: lorrany_machado@hotmail.com / (22)99916-2416

Resumo: O presente trabalho irá fazer uma análise do testamento vital que também é conhecido como Direito Antecipado de Vontade (DAV). Muito tem se discutido recentemente acerca do tema, apesar da morte se tratar de um tema polêmico e difícil de lidar, contudo, algo irreversível e natural. Assim, esse assunto vem gerando interesse ao longo dos anos, no entanto, a sociedade não tem muito conhecimento de seus direitos e vontades ao respectivo conteúdo, por isso, há também dificuldade em se falar do testamento vital. O referido testamento é o meio que permite às pessoas plenamente capazes de declarar como querem ser tratados, com isso, tentam ter um final de vida digna, ou seja, um documento que o testamentário deixa escrito os tratamentos ou procedimentos médicos que quer, ou não, ser submetido em caso de uma doença ou acidente. O estudo pontuará a discussão desse tema que se mostra relevante devido a interferência da bioética nos ramos da saúde e direito, tal como, a recusa dos profissionais da saúde em reconhecer o testamento vital por contado disposto no código de ética de medicina, do qual estão subordinados, e a falta de lei específica para tal, não deixando que a vontade do paciente prevaleça, com isso, tendo todos seus direitos desrespeitados, apenas mitigando e, por consequência, prolongando o sofrimento até a morte se consumir. É necessário discutir o testamento vital sob dois ângulos: Direito e Medicina. Têm-se o direito, amparado por várias normas e princípios e paradoxalmente há a medicina com seu código de ética e suas resoluções de seu Conselho Federal. A questão roteadora que orienta o presente estudo é: A diretiva antecipada de vontade (testamento vital) possui validade jurídica e deve prevalecer sobre a vontade de seus familiares e médicos? Para responder à pergunta levantada, se propõe o presente objetivo de analisar se o testamento vital deve prevalecer sobre a vontade médica e dos familiares de se insistir no tratamento, à luz de correntes doutrinárias, jurisprudência e da medicina, e determinar se há a necessidade da criação de uma lei específica reguladora já que existe apenas resolução acerca do tema. Esperasse que o paciente em estágio terminal cuja vontade, muitas vezes é de receber tratamentos paliativos, a fim de ter preservada

sua qualidade de vida, até seus últimos momentos. Em outros casos, acabam submetidos à tratamentos e cirurgias invasivas que, por fim, apenas prolongam seu sofrimento.

Palavras-Chave: Testamento Vital, Direito, Medicina.

PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO VIA INTERNET: Os riscos dos contratos consumeristas *online*

Lucas da Silva de Carvalho e Anny Ramos Viana

FASAP

DIREITO

Contatos: lucascarvalho2310@hotmail.com / (22) 99722-6921

Resumo: Na atual sociedade, tem-se cada vez a necessidade de economizarmos tempo e dinheiro, no qual vemos que a nossa vida cotidiana tem cada vez menos tempo para se aproveitar e o dinheiro, as vezes surge como um problema a cada mês. Contudo, mesmo tendo menos tempo e pouco dinheiro, nunca deixamos de consumir, somos consumeristas por natureza, temos sempre a necessidade de consumir todos os dias. Tendo em vista que, as relações de consumo via internet são significativas, temos que nos atentar a proteção do consumidor em compras online, visto que, diversas empresas usam de práticas abusivas e marketing digital excessivo, para coibir ou entregar ao consumidor, algo que ele não quer, mas por conta dessas diversas investidas, acabam se tornando vítimas por ser o elo mais fraco da relação. Sabendo que o papel de consumidor majoritariamente é frágil, a internet eleva essa fragilidade, devido ao fato do consumidor não ter contato com o produto imediatamente na hora da compra, vendo as apenas a imagem do produto pela tela do computador ou celular, não como saber se o produto realmente possui tais características descritas e se irá atender suas necessidades, o que consequentemente torna-se mais fáceis empresas usarem de má-fé. A questão que envolve o presente assunto é: Em vista ao grande crescimento das relações consumeristas via internet, é possível prevenir o desequilíbrio contratual e garantir a segurança jurídica do consumidor nos contratos eletrônicos? Para responder o questionamento acima, propõe-se o seguinte objetivo: Analisar a proteção ao consumidor nas relações de consumo online e suas garantias asseguradas nas normas jurídicas correlacionadas ao tema abordado, com enfoque no CDC. Conclui-se que, se por um lado a internet trouxe benefícios e facilidade na contratação eletrônica tanto para o consumidor quanto para o fornecedor, por outro lado, ela ampliou consideravelmente a vulnerabilidade do consumidor. Assim sendo, tem-se que se falar em novas legislações que atuem de forma eficaz e intensiva nas relações de consumo eletrônica, assegurando ao consumidor proteção jurídica e alcançando a igualdade contratual necessária.

Palavras-Chave: Consumidor, Contratos Eletrônicos, Internet .

A HIPERVULNERABILIDADE JURÍDICA À LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Luciano Botelho de Assis Junior; Leonardo da Costa Bifano; Mário Maia Junior
FASAP
DIREITO

Contatos: tatanojr@hotmail.com / (22) 98135-6613

Resumo: O presente estudo representa uma análise das questões que envolvem as relações de consumo, a vulnerabilidade do consumidor, e em especial a Hipervulnerabilidade do consumidor idoso, deficiente físico e da criança e adolescente no arcabouço consumerista da sociedade moderna. Salienta-se que, todos os consumidores devem estar em igualdade perante a sociedade de consumo, não permitindo, desta forma, ser atenuado diante de um sistema que habitualmente tende à prevalência dos que detém maior poderio econômico, motivo pelo qual há aguda ligação da Hipervulnerabilidade com alguns princípios assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Para que houvesse uma situação de equilíbrio, fora promulgada a Lei n 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), onde se tem como objetivo principal uma paridade na relação existente entre o consumidor e o fornecedor. Na atual sociedade consumista, observamos, de forma superficial, a desigualdade entre os grandes fornecedores para com os consumidores, que na maioria das vezes são pessoas físicas e, conseqüentemente, possui um poder aquisitivo muito menor. Com a promulgação da lei retromencionada, houve uma equiparação entre os fornecedores e os consumidores. Contudo, ainda sim, tínhamos à necessidade de uma proteção especial para determinadas pessoas, como os idosos, por exemplo. Nesta linha de raciocínio, a doutrina de maior influência, criou o instituto da hipervulnerabilidade jurídica, que, em linhas gerais, nada mais é do que uma proteção de maior efetividade para esses grupos ainda mais vulneráveis. Destaca-se, de forma sucinta, que a doutrina não criou o instituto da hipervulnerabilidade, apenas o adequou de forma compatível para ser introduzida no ordenamento do Código de Defesa do Consumidor, pois o legislador constituinte, no momento de elaboração de nossa Carta Constitucional, já havia garantido algumas prerrogativas a determinadas pessoas, como é o caso do artigo 230 da CRFB/88. Através do demonstrado. Conclui-se que o instituto da hipervulnerabilidade se faz essencial na sociedade consumerista, visto que há uma grande desproporcionalidade entre os consumidores e os fornecedores, onde este último detém, em regra, um grande poderio econômico, sendo, desta forma, a parte mais favorecida na relação, e, conseqüentemente, os consumidores são as partes mais prejudicadas. O presente estudo é fruto de um trabalho de graduação do curso de Direito da Faculdade Santo Antônio de Pádua que se encontra em andamento, podendo, ainda, desenvolver diversos resultados na área acadêmica.

Palavras-Chave: Hipervulnerabilidade, Consumidor, Deficiente, Idoso, Criança.

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO PATERNO-AFETIVO

Lucilia Micichelli Tederiche; Leonardo da Costa Bifano; Inessa Trocilo Rodrigues Azevedo

FASAP
DIREITO

Contatos: lucilia_micichelli@hotmail.com / (22) 99935-4118

Resumo: Historicamente, o abandono paterno-afetivo ocorria sem que houvesse uma intervenção do judiciário. Todavia, o que tem-se visto nos últimos anos é uma preocupação do Poder Judiciário com essas crianças e adolescentes e, por meio de força constitutiva, vem contribuindo para que se desperte as sensibilidades familiares, dentre elas o abandono afetivo. As ações que envolvem o abandono paterno-afetivo relatam em grande maioria que a criança que teve sua infância marcada com a ausência do pai pode apresentar graves problemas no seu desenvolvimento. Dentre esses, estão os danos psicossociais que afetam o convívio desses jovens com a sociedade, e ainda os danos psicossomáticos, os quais podem acarretar problemas físicos em decorrência de uma mente com transtornos. A questão da criança e do adolescente que sofrem danos causados pelo abandono afetivo paterno atravessa um período de grandes desafios, uma vez que se trata de um assunto relativamente novo para o judiciário e ainda existem algumas divergências no que se refere ao direito que essas crianças têm, ou não, à indenização. Em grande maioria dos casos, a figura paterna apenas se digna a pagar pensão e o vínculo de parentalidade acaba se perdendo, dando lugar apenas a uma relação mercantil, sem dar o devido afeto do qual é essencial para a criança. A pergunta que orienta o presente estudo é: Tendo em vista os danos gerados pelo abandono paterno-afetivo no desenvolvimento da criança ou adolescente, em que momento nasce para o genitor o dever da Responsabilidade Civil e sua consequente indenização? Para responder a pergunta acima é preciso analisar as consequências causadas pelo abandono afetivo as possibilidades diante do ordenamento jurídico e seus precedentes, favoráveis e contrários, sobre a responsabilidade civil e indenização. A presente pesquisa se encontra em andamento, sendo a mesma, após conclusa, de grande ajuda para crianças e adolescentes que sofrem com a ausência paterna, para que as mesmas tenham reparação diante da justiça pelos danos sofridos.

Palavras-Chave: Abandono Afetivo, Indenização, Família.

O PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL E SUA APLICAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Luis Filipe Barbosa Ribeiro; Leonardo da Costa Bifano; Carina Silva Abreu

FASAP
DIREITO

Contatos: lfbr88@yahoo.com.br / (22) 981393925

Resumo: O presente estudo vem mostrar um Princípio Penal Constitucional pouco conhecido entre os estudantes de Direito, mas com grande importância ante a constante necessidade de adaptação por parte do Ordenamento Jurídico aos atos praticados pela coletividade, o Princípio da Adequação Social. Princípio este que direciona o aplicador do direito a uma interpretação jurídica mais crítica, levando em

consideração as transformações sociais e seus desdobramentos. Pode-se dizer que esse Princípio se inicia com base na subjetividade da aceitação ou reprovação, definida pela sociedade, e que, por vezes, se desenrola em uma manifestação a ser concretizada pelo legislador e pela comunidade jurídica. O trabalho aproxima o intérprete do Direito a realidade da sociedade no instante em que for aplicar a norma penal incriminadora para que o mesmo tenha uma visão mais crítica e aberta a analisar o caso em concreto. Desse modo, o problema de pesquisa que orientou o presente estudo foi: De que forma poderia não se reputar criminosa uma conduta tolerada pela sociedade, ainda que se enquadre em uma descrição típica? Assim sendo, para responder ao problema levantado, propõe-se mostrar se existe efetividade na aplicação do Princípio da Adequação Social no Ordenamento Jurídico Brasileiro da atualidade e se este já foi mais usado em períodos passados. Para o alcance de nosso objetivo proposto elencamos os seguintes objetivos específicos: Trazer a exame um princípio tão importante, mas ainda muito pouco conhecido pelos Estudantes de Direito para mostrar a constante necessidade de adequação do Ordenamento Jurídico ante as transformações sociais. Demonstrar como que a aplicação de tal princípio pode refletir nos anseios de justiça da coletividade. Explicar que o Direito deve ser uma imagem da sociedade, não podendo suas normas de conduta serem delimitadas por tipos penais cujo comportamento já são maciçamente aceitos pela sociedade. Deste modo conclui-se que o Princípio da Adequação Social tem se mostrado pouco usado no Ordenamento Jurídico brasileiro, porém, o presente estudo ainda se encontra em andamento, podendo ter novos resultados e perspectivas para essa área acadêmica

Palavras-Chave: Princípios, Constituição, Sociedade.

O QUE A MÍDIA NÃO MOSTRA: A convicção do conselho de sentença baseado em espetáculo transmitido

Manoela Faria Bertão e Fabiano da Silva Abreu

FASAP

DIREITO

Contatos: manuela_bertao@hotmail.com / (22)9 81490069

Resumo: O presente estudo se fundamenta mediante análise da influência da mídia no processo penal brasileiro, mais especificamente no que se refere ao Tribunal do Júri, o qual se caracteriza como um direito e garantia constitucional fundamental no qual o povo participa de forma direta nas decisões do Poder Judiciário. Dessa forma analisar-se-á os meios utilizados pela mídia para sensibilizar o público-alvo e como estes interferem nas decisões em uma investigação penal. Assim como serão analisadas possíveis interferências ocasionadas pelo sensacionalismo da mídia, podendo resultar em condenações de inocentes ou absolvições de culpados. Tendo em vista que em muitos casos as notícias são disponibilizadas sem a análise prévia dos fatos e provas dos autos, tornando ineficazes os debates entre acusação e defesa, podendo resultar em decisões equivocadas por parte do Júri. É fundamental que os futuros operadores do direito e aqueles que já o operam estejam cientes de conteúdos tão controversos como esse. Assim, tal conhecimento, leva tal operador a ter um profundo saber acerca dos fatores referentes ao Tribunal do Júri, mais

especificamente no que tange as decisões influenciadas pela mídia. A pergunta que orienta o presente estudo é: Como a mídia pode interferir no conselho de sentença nos casos ligados ao tribunal do júri? Para responder o questionamento acima, propõe-se o presente objetivo de analisar a influência da mídia acerca das decisões tomadas no tribunal do júri. O presente estudo ainda está em andamento, afinal, é instrumento de graduação em direito da faculdade Santo Antônio de Pádua e espera-se novos resultados, pois ainda está em fase de análise de dados.

Palavras-Chave: Mídia Televisiva, Direito Processual Penal, Tribunal do Júri.

A DESMISTIFICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS COMO VISÃO EXCLUSIVA DE POLÍTICA DE PROTEÇÃO A BANDIDO

Marcel Macedo Monteiro e Anny Ramos Viana

FASAP

DIREITO

Contatos: marcelmacedomonteiro@yahoo.com / (22) 988097441

Resumo: Os Direitos Humanos compreende-se pelos valores essenciais ao ser humano, tais como a garantia dos direitos civis, políticos e sociais, pautados pela construção de uma vida com o mínimo de dignidade, liberdade e igualdade. Direitos estes irrenunciáveis e inalienáveis, explícitos ou implícitos em constituições e tratados internacionais os quais não precisam ser conquistados, tendo como único pressuposto o nascimento de uma vida humana. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), criada em 10 de dezembro de 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), logo após o término da Segunda Guerra Mundial, e contendo 30 artigos veio a garantir os direitos civis, políticos, sociais e culturais, aceitos internacionalmente por todos os países membros. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) contempla o conteúdo da Declaração Universal, por exemplo, no Artigo 5º e seus incisos que versam sobre as liberdades e garantias fundamentais. A DUDH completou, em 2018, setenta anos de sua promulgação e os desafios de chegar à plenitude de seu cumprimento ainda está longe de ser alcançado. No Brasil, é comum ver pessoas cultuando a violação dos direitos humanos, como por exemplo, atos de extermínio e chacinas com grande naturalidade. Pode explicar isso o estigma de que a concepção de justiça punitiva seja vingativa e violenta a mais correta a ser efetivada, e veem nas leis e nos Direitos Humanos um obstáculo para que tal justiça não seja alcançada. Sendo assim, continua sendo um assunto atual de grande pauta política, social e jurídica. Por este motivo, a sua mistificação impulsionada por determinados setores da sociedade e reproduzido pela grande mídia, fazem com que os direitos humanos se tornem alvo de críticas severas e infundadas, principalmente pelo anseio impregnado de vingança por uma sociedade cansada de injustiça. Neste panorama, por que os Direitos Humanos virou assunto deturpado como visão exclusiva de política de proteção a bandido? Neste diapasão, objetiva-se caracterizar a relevância dos Direitos Humanos frente a desconstruir preconceitos a respeito do tema, ainda, entender a emergência pelo seu surgimento e analisar a contribuição da DUDH e sua recepção pela legislação brasileira em seu período histórico e sociológico. A partir daí,

é necessário um estudo mais aprofundado sobre o assunto em destaque, com exploração não só pelo âmbito jurídico, mas também no sentido sociológico e político, com fim de desconstruir uma série de preconceitos que pairam sobre a sociedade, entendendo a real importância dos Direitos Humanos, além de uma visão única e mitificada a respeito do assunto. No mais, é importante destacar que o presente estudo está em fase final de análise de dados e espera-se que o mesmo seja de suma relevância para a área jurídica e para a sociedade em geral.

Palavras-Chave: Direitos Humanos, Políticas Sociais, Inclusão Social.

CRIMINOLOGIA CRÍTICA: A impunidade nos crimes de colarinho branco no Brasil

Marcelo Araujo Corrêa Júnior e Fabiano da Silva Abreu
FASAP
DIREITO

Contatos: marcelojrf5@hotmail.com / 22 998865036

Resumo: A criminologia é uma ciência empírica e interdisciplinar, que tem por objeto, o estudo do crime, do criminoso, da vítima e do controle social. O crime persegue a humanidade desde os primórdios, e com a evolução da sociedade, passou a se buscar mecanismos de prevenção e combate, bem como a punição dos infratores. Ao longo da história, diversas leis ou códigos surgiram, com o fim de classificar condutas humanas de acordo com a realidade local, sempre beneficiando a burguesia, e punir os infratores, aplicando as mais diversas e cruéis sanções. Além disso, as primeiras teorias criminológicas, ligavam à prática do crime apenas aos indivíduos das classes sociais mais baixas. Em contrapartida aos estudos da época, com o surgimento da Teoria desenvolvida por Sutherland, que trata dos crimes de colarinho branco, concluiu-se que, pessoas do mais alto escalão também cometiam crime. Os delitos praticados por elas, possuem algumas características que os diferem dos demais, sobretudo a ausência de violência em sua prática, mas que podem causar grandes prejuízos à coletividade. Neste sentido, os crimes de colarinho branco são praticados por pessoas de alto poder econômico, políticos e empresários, geralmente com muita influência na economia. Ante o problema exposto, justifica-se a importância do estudo, visto que o objetivo do presente trabalho é analisar os principais motivos que levam à impunidade em relação aos crimes de colarinho branco e as possíveis soluções para combatê-la. Partindo desse pressuposto, o trabalho se propõe a apresentar esses motivos e comentar as possíveis soluções. Entre os motivos, destaca-se a classe social do agente, a sua influência sobre a economia e a política, o comportamento social, sua proximidade com a mídia, transmitindo uma boa imagem social e a seletividade. Contudo, O presente estudo ainda não se encontra concluso, afinal, é instrumento de trabalho acadêmico a ser apresentado na Faculdade de Santo Antônio de Pádua e espera-se ser de grande relevância para a área do direito e que, ao final, possa-se apresentar motivos e as possíveis soluções para o que foi apresentado, completando assim o objetivo do trabalho.

Palavras-Chave: Impunidade, Crimes de colarinho branco, Criminologia.

O CASAMENTO NUMA PERSPETIVA CONTRATUAL

Marcelo Lopes de Souza; Anny Ramos Viana; Carlos Alberto De Souza Silva
FASAP
DIREITO

Contatos: marcelo_vooheeshotmail.com / (32) 99959-8972

Resumo: A evolução da sociedade, a qual abrange seus costumes e organização também influencia a forma como se interpreta as normas jurídicas quando não as modifica para adaptá-las ao novo contexto histórico-social. Atualmente, o casamento tem se tornado motivo de questionamentos e reivindicações dentro da nova configuração social, em que as formações familiares e o estilo de vida dos sujeitos tornaram-se bem diversificadas. No que tange a questão do casamento e as reivindicações acerca deste instituto, suscitam-se novos olhares e novas formas de interpretação do ordenamento jurídico brasileiro quiçá reescrevê-lo conforme as necessidades sociais provenientes da quebra de paradigmas referentes às novas formações familiares que vem surgindo no contexto atual. Numa conjuntura de fatos polêmicos tal como o casamento homoafetivo e a homologação dos direitos destes como cônjuges nas mesmas condições do casamento tradicional, discussões sobre a legalidade e negação de direitos neste caso em tela, são erigidas dentro do âmbito jurídico na busca de uma resposta sobre esta dúvida. Neste sentido, a presente pesquisa se justifica em abordar a questão do casamento um negócio jurídico em que, sua realização estaria condicionada a capacidade jurídica das partes, tal como um contrato. Não se procura aqui, defender a posição de direitos e classe, gênero ou orientação sexual, pelo contrário, tem como finalidade apresentar o instituto do casamento como um contrato o qual sua validade e reconhecimento seriam condicionados a sua função social tendo eficácia jurídica no que tange aos direitos dos contratantes na medida da cláusula contratada e ratificada pelas partes na celebração do mesmo. A questão norteadora precursora dessa pesquisa é: Seria o casamento somente um negócio jurídico realizado por contrato entre as partes ou o mesmo seria uma instituição social pilar da sociedade e formação familiar? Os objetivos que conduziram o presente estudo foram: Fazer um estudo do casamento e suas características contratuais, desmistificando-o como instituto de cunho religioso tal como vêm sendo considerado; Apresentar um histórico relacionado ao casamento ao longo da história da humanidade e suas funções; Conceituar o que seriam os contratos a luz da doutrina e a legislação brasileira trata; Demonstrar as semelhanças e características entre casamento e os contratos enfatizando como o primeiro, sela o acordo de núpcias entre as partes não sendo assim uma instituição social e sim um negócio jurídico. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, buscando aporte teórico em livros, artigos, dissertações e teses. Dentre os autores de maior relevância, destacam-se: Rousseau (2019), Fiuza (2016), Gonçalves (2017), Venosa (2013). O presente estudo identificou que o casamento seria um simples negócio jurídico que sela um acordo de núpcias entre as partes, delimitando as obrigações dentre os contratantes não sendo uma instituição social tida como pilar da sociedade e da formação familiar e muito menos requisito de moralidade para união entre sujeitos com interesses comuns de constituir vínculo afetivo e familiar.

Palavras-Chave: Casamento, Contrato, Instituição Social.

A INFLUÊNCIA DO FEMINISMO NA POSITIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES

Maria Carolina Hungria Bom; Karine Bastos Silva; Cíntia Annie de Paula Ferreira
FASAP
DIREITO

Contatos: caroolhungria@hotmail.com / (22) 98845-1596

Resumo: Entende-se como feminismo o movimento que busca e luta pela igualdade entre os gêneros e a libertação feminina. Desde os primórdios é nítido a relação de “poder” do homem para com a mulher, devido à falta de informação e atraso cultural, as mulheres acabaram por consentir com a obediência e submissão. A atual Constituição Federal, originada em 1988, prevê a igualdade, sem discrepância de qualquer natureza, através do Princípio da Isonomia, em que se objetiva aniquilar privilégios e assegurar proteção individual contra perseguições possíveis. A equidade entre homens e mulheres, garante a ambos, equivalência social, os mesmos direitos no mercado de trabalho, liberdade nas decisões sobre seu próprio corpo, além de ser plausivelmente apontada como base na construção de uma sociedade totalmente livre de discriminações. Este projeto propõe-se corroborar sobre as muitas conquistas femininas em relação a direitos, garantias e obrigações, evidenciando que muito ainda tem a que ser alcançado, inclusive a ascensão da sociedade, para que de fato haja equivalência entre os sexos, esta busca é implacável e interminável. Justifica-se, portanto, a importância do presente estudo, visando o mérito da luta feminista efetivando o princípio da isonomia, previsto na CF/88, extinguindo todo e qualquer privilégio masculino e sua extrema participação na efetivação dos direitos e garantias já assegurados as mulheres usando de equidade decidindo sobre um “julgamento justo” em todas as vertentes. Ademais, impelir o entendimento da sociedade com a mobilização feminista para que essa luta ganhe cada vez mais força, ocasionando maiores chances de assegurar as mulheres direitos e garantias iguais aos homens. A pergunta que orienta o presente estudo é: De que modo a sociedade atual pode assentir a luta do movimento feminista na contribuição para a consolidação dos direitos destinados à mulher? Para responder o problema acima levantado, expõe o objetivo de atestar o valor da aplicação do movimento feminista na positivação dos direitos das mulheres na sociedade em geral. Espera-se que seja alcançado com o determinado estudo, resultados positivos no âmbito do Direito, principalmente na busca de equidade de gêneros, relevando que ainda a igualdade não seja claramente vista e aceita pela sociedade. Aguarda-se que a atual pesquisa, tenha impacto na sociedade atual, porém ainda está em andamento, pois se trata de um trabalho de conclusão do curso de Direito da Faculdade Santo Antônio de Pádua, pois ainda está em fase de análise de dados.

Palavras-Chave: Feminismo, Equidade de Gênero, Direito das Mulheres.

A APLICAÇÃO DA TEORIA DO *FAILING FIRM DEFENSE* EM CONTRASTE COM O PRINCÍPIO DA LIVRE CONCORRÊNCIA NO DIREITO EMPRESARIAL

Maria Paula Orçai Barros e Leonardo da Costa Bifano
FASAP
DIREITO

Contatos: mariapaulaorcai16@gmail.com / (22) 981557027

Resumo: Na hodiernidade tornou-se comum falar a respeito de recuperação judicial de empresas. Cada vez mais jornais e revistas noticiam graves crises financeiras em grandes companhias que, em razão de demissões em massa e insolvência financeira geram reflexos na Ordem Econômica do Brasil. Diante de tamanho impacto, a busca por formas de minimizar as sequelas oriundas da quebra de empresas de grande porte resultou na realização, em casos específicos, de atos concentracionais alicerçados na teoria do *Failing Firm Defense*, também chamada de *Failing Company Defense*. Embora tal atitude possa ser vista com bons olhos por alguns, a execução de atos de concentração, como fusão, aquisição e incorporação que gere aumento do exercício de poder de mercado fere ao princípio da livre concorrência do direito brasileiro, consolidado pelo art. 170 da Constituição Federal de 1988, e, pela lei n. 12.529 de 2011, também conhecida como Lei Antitruste. No processo de falência, na grande maioria das vezes os ativos das empresas não são suficientes para o cumprimento de todas as obrigações existentes, deixando a maioria dos credores frustrados. Dessa forma, qualquer atitude que possa evitar as demissões em massa e frustração de credores, em razão da falência, trará benefícios para toda sociedade. Diante disso, faz-se interessante um estudo a respeito da possibilidade de flexibilização da aplicação do princípio da livre concorrência em contraposição ao princípio da função social da empresa, na hipótese de aquisição de uma empresa em processo de falência ou até mesmo em recuperação judicial por outra do mesmo ramo. Desse modo, o problema de pesquisa que orientou o presente estudo foi: Os benefícios da execução de atos de concentração de empresas em crise são suficientes para legitimar sua aplicação no Brasil? Assim sendo, para responder ao problema levantado, propõe-se: Identificar a aplicação da teoria do *Failing Firm Defense* no Brasil por meio das jurisprudências do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Para alcance do nosso objetivo proposto elencamos os seguintes objetivos específicos: Apontar os conceitos básicos do direito empresarial, como caracterização de empresa, empresário, recuperação judicial, falência e seus reflexos sociais e financeiros; Examinar o direito concorrencial, desde seu surgimento até sua utilização na atualidade, no Brasil e no mundo; Analisar a teoria do *Failing Firm Defense*, no que tange sua criação e sua aplicação global; Apresentar as jurisprudências positivas do CADE em relação à execução de atos de concentração de grandes empresas em crise no Brasil. As conclusões parciais deste estudo provêm da possibilidade de tal conduta poder ser interpretada como o início da reprodução de um posicionamento já existente no exterior, no qual os benefícios resultantes dos atos de concentração de empresas em crise devem prevalecer em relação ao princípio da livre concorrência, podendo vir a ser, de certa forma, uma maneira de minimizar os reflexos sociais e financeiros negativos que advém das crises empresariais, porém, o presente estudo ainda está em andamento e é fruto de estudos monográficos.

Palavras-Chave: *Failing Firm Defense*, Direito Concorrencial, Atos de

ABORTO

Miguel Cunha Lopes; Giordano Barreto Mota; Mario Maia Júnior

FASAP

DIREITO

Contatos: lopescmiquel@gmail.com / (22) 98180-4121

Resumo: No ordenamento jurídico brasileiro, o Código Penal é claro em afirmar que a prática abortiva é crime e recairá uma sanção penal sobre aqueles que a praticarem pela máquina estatal. O mesmo referido instituto trouxe duas hipóteses nas quais o aborto é autorizado a ser feito, sendo elas, quando a mulher engravida de um estupro ou quando inexistente outro meio de salvar a vida de gestante. O STF inovou ao permitir que fetos sem cérebro pudessem ser abortados, trazendo assim a terceira hipótese de aborto legal para nosso ordenamento, haja vista a inércia do poder legislativo em legalizar tal prática através da edição do código penal. O problema é que, embora a prática de o aborto no Brasil ser criminalizada, as taxas de procedimentos abortivos realizadas em solo nacional só aumentam a cada ano. O fato é que a população, sendo permitido ou não, vai procurar interromper sua gravidez se assim o desejar, e como o Estado se recusa a prestar tal serviço, esta irá recorrer a clínicas clandestinas para praticar o procedimento abortivo, o que resulta muitas vezes em lesões corporais e até mesmo na morte da gestante em alguns casos, uma vez que tais clínicas não possuem suporte médico-hospitalar para realizar tais cirurgias. Isso é um problema de saúde pública, pois está provado que metade das mulheres que realizam procedimentos em clínicas não autorizadas tiveram que ser, posteriormente, internadas em clínicas de saúde tendo em vista a agressividade dos meios empregados para tal cirurgia. Através do demonstrado conclui-se que o aborto é um tema extremamente atual e polêmico, que abrange as mais diversas opiniões na sociedade e que para ser tratado faz-se necessária uma ponderação de quais direitos fundamentais devem ser sobrepostos para que tal instituto seja implementado ou não em nossa sociedade, uma vez que existem pessoas a favor e pessoas contra a prática abortiva. O presente estudo é fruto de um trabalho de graduação do curso de Direito da Faculdade Santo Antônio de Pádua que se encontra em andamento, podendo, ainda, desenvolver diversos resultados na área acadêmica.

Palavras-Chave: Aborto, Direitos Fundamentais, Mulher, Gestação.

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELO DELEGADO DE POLÍCIA

Murillo Campos Souto e Leonardo da Costa Bifano
FASAP
DIREITO

Contatos: murillosouto9703@hotmail.com / (22) 981435179

Resumo: O princípio da insignificância é amplamente discutido, no âmbito do Processo Penal acerca de sua utilização no labor da Polícia Judiciária brasileira. O Delegado de Polícia por ser o presidente do inquérito policial e sendo tal autoridade a porta de entrada do sistema processual criminal brasileiro, foi reconhecido pela suprema corte brasileira, como o primeiro garantidor de direitos e garantias fundamentais no âmbito do Direito Penal. Após tal menção prestigiosa, surge em pauta questões importantes como a não lavratura do auto de prisão em flagrante com a fundamentação no princípio da insignificância, por parte do delegado de polícia civil. Negar a relevância desse tema é negar a realidade na qual se encontra o Sistema Judiciário do brasileiro. Sistema este que predomina um demasiado número de processos, gerando atraso, perda de prazos e conseqüentemente o desrespeito a celeridade processual. Portanto, permitir a atuação do delegado como uma forma de filtro criminal a fim de evitar que demandas desnecessárias cheguem ao judiciário e ocasione a superlotação de processos nos tribunais, seria de extrema relevância para um bom funcionamento do Sistema Judiciário. Desse modo, o problema de pesquisa que orientou o presente estudo foi: Diante da possibilidade do Juiz, dentro do Ação Penal, aplicar o princípio da insignificância em suas decisões. Poderia também, o Delegado de Polícia aplica-lo na instauração do Inquérito Policial? Assim sendo, para responde ao problema levantado, propõe-se mostrar o embasamento jurídico sobre a possibilidade da aplicação do princípio da insignificância pelo Delegado de Polícia e seus efeitos na Persecução Penal. Para o alcance do nosso objetivo proposto elencamos os seguintes objetivos específicos: Examinar os fundamentos jurídicos e doutrinários criados, ao longo da história do Direito Penal, que deram origem ao princípio da insignificância; Desenvolver uma análise sobre a instituição da Polícia Judiciária, bem com evidenciar algumas de várias atribuições que possui; Demonstrar se a Autoridade Policial pode aplicar, no caso concreto, o princípio insignificância; Porém, as conclusões parciais desse estudo, demonstram uma ampla divergência doutrinaria sobre a aplicação do referido princípio como fundamentação para não lavratura da prisão em flagrante. Diante da observância da doutrina majoritária, tem se tornado entendimento, que tal ação seria uma forma de garantir direitos e garantias fundamentais, além de influenciar diretamente no funcionamento do sistema judiciário. Porém o presente estudo é fruto de um trabalho de graduação de direito da Faculdade de Santo Antônio de Pádua, que se encontra em andamento.

Palavras-Chave: Princípio da Insignificância, Polícia Judiciária, Prisão em Flagrante.

ALIENAÇÃO PARENTAL E OS CONTEXTOS DO DIREITO DE FAMÍLIA

Niliane Rodrigues G. dos Santos e Anny Ramos Vianna
 FASAP
 DIREITO

Resumo: O presente estudo representa uma análise do processo de alienação parental e as medidas judiciais utilizadas pela justiça brasileira para coibir tais atos. É de conhecimento que o mal da alienação parental é prática mais que comum, nas relações de pais separados, contudo, o que se tem percebido é o real propósito de um dos adultos em consumir a marginalização do outro, dando ensejo à alienação parental que é um ato criminoso que visa afastar os filhos do outro cônjuge, ou das pessoas que mantenham vínculos de afetividade com estes. Não existe, até o momento em nosso ordenamento jurídico, norma penal capaz de efetivar o temor reverencial dessas condutas criminosas, onde as crianças e adolescentes são as maiores vítimas, seja por invenções descabidas de fatos inexistentes, de denúncias criminais falsas, propositais, visando, unicamente, impedir o contato, a convivência, geralmente por quem detém a guarda dos filhos. Atualmente a punição existente no ECA não supriu a necessidade de sanção penal para criminalizar tal prática, uma vez que a falta de temor diante da falta de punição contribui para os crescentes casos de abusos emocionais que se transformam em transtornos de personalidade nas vítimas desse ato. A existência de um dispositivo ou indicação de penalidades para o infrator colocado a disposição do juiz são mecanismos que coíbem a atitude do alienador e sem dúvida uma forma de coibir essa prática. Sem falar que o judiciário não poderia se eximir de penalizar os genitores caso houvesse tal dispositivo. A pergunta que norteia o presente estudo é: “É necessário criminalizar a alienação parental?”. O objetivo proposto para responder o questionamento consiste em preservar o direito fundamental da convivência familiar saudável, preservando-se o afeto devido nas relações entre filhos e genitores no seio do grupo familiar. O estudo visa mostrar a importância da criminalização da prática alienante, a fim de que o genitor alienante possa ser punido penalmente por essa prática. A criação de um dispositivo próprio, uma lei específica, trará ao julgador mais segurança na aplicação das medidas cabíveis e uma equidade ao tratar do tema.

Palavras-Chave: Alienação Parental, Criminalização, Direito de Família.

OS DIREITOS SOCIAIS COMO LIMITES MATERIAIS AO PODER CONSTITUINTE DERIVADO REFORMADOR

Pedro Henrique Castro Teixeira e Karine Bastos Silva
 FASAP
 DIREITO
 Contatos: pedroqcastro11@gmail.com / (22) 98180-8204

Resumo: O presente trabalho aborda a discussão acerca da compreensão dos direitos sociais, de segunda geração, como limites materiais ao poder constituinte derivado reformador, analisando inicialmente os direitos e garantias fundamentais em sua classificação e ordem cronológica de reconhecimento pelos ordenamentos jurídicos constitucionais ao redor do mundo e, em seguida, os limites materiais ao

poder constituinte derivado reformador e a terminologia utilizada pelo dispositivo constitucional que trata como cláusulas pétreas os direitos individuais. Diante da necessária interferência que os direitos sociais, de segunda geração, têm sobre os individuais, que representam a primeira geração, até mesmo por serem, em certos casos, condição de exercício dos direitos considerados como individuais, discute-se se a rigidez constitucional das cláusulas pétreas, encerradas nos direitos de primeira geração por uma interpretação gramatical da Constituição, também compreenderia os direitos sociais. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagra em seu texto os direitos e garantias fundamentais, que representam condições mínimas para a vida em sociedade, tendo como base o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil. Tais direitos e garantias fundamentais são divididos em cinco grupos diferentes, sendo eles os direitos individuais e coletivos, os direitos sociais, os direitos de nacionalidade, os direitos políticos e os direitos de existência dos partidos políticos. Conforme a classificação doutrinária dos direitos fundamentais, que leva em consideração o critério cronológico de seu reconhecimento pelos ordenamentos constitucionais pelo mundo, destacam-se a primeira geração ou dimensão, representando os direitos civis e políticos, notadamente reconhecida no final do séc. XVIII como uma resposta à ingerência na autodeterminação dos particulares pelas monarquias absolutistas, impondo aos Estados uma abstenção típica de Estrados Liberais; a segunda geração ou dimensão traz consigo os direitos sociais, reconhecidos no início do séc. XX, advindos da necessidade de transição do Estado Liberal para um Estado Social, que implementa concretamente medidas para reduzir as desigualdades sociais; já a terceira geração ou dimensão consagra os direitos pertencentes a todos os indivíduos considerados de maneira genérica, como o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, dimensão essa reconhecida no fim do séc. XX. Ainda, a Constituição, ao estabelecer o processo formal de reforma de seu texto, impõe certos limites, que são classificados em circunstanciais, formais e materiais. Quanto aos limites materiais, também chamados de cláusulas pétreas, esses representam matérias que, por sua natureza e importância, não podem ser abolidos do texto constitucional por emendas à constituição, sendo eles a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais. Desse modo, o problema de pesquisa que orientou o presente estudo foi: diante de sua relação de interdependência e pela interpretação sistemática do texto constitucional, os direitos sociais de segunda dimensão estão também incluídos nos limites materiais ao poder de reforma do texto constitucional juntamente com os direitos fundamentais individuais? Assim sendo, para responder ao problema levantado, propõe-se o seguinte objetivo: mostrar que a atuação positiva estatal quanto a implementação dos direitos sociais é de extrema importância para a existência concreta dos direitos de primeira dimensão garantidos pela Constituição. Para alcance do objetivo proposto, elencamos os seguintes objetivos específicos: examinar o contexto histórico de incorporação dos direitos fundamentais pelos ordenamentos constitucionais ao redor do mundo; analisar os limites materiais ao poder de reforma da Constituição de 1988; apontar a importância dos direitos sociais como pressupostos de existência dos direitos individuais e também a discussão acerca de constituírem limites materiais ao poder constituinte derivado reformador, à luz da interpretação constitucional. Conclusão: as conclusões parciais desse estudo provêm do entendimento de que, tendo em vista a premissa de que a implementação de prestações positivas por parte do estado (direitos sociais) é condição de existência de muitos direitos individuais, expressamente definidos como cláusulas pétreas,

mostra-se, por uma visão sistemática da Constituição, que tais direitos sociais também estão abarcados no conceito de cláusulas pétreas, representando a busca por uma constituição efetivamente normativa, ou seja, uma constituição em harmonia com a vida do país, segundo a classificação das constituições quanto a sua correspondência com a realidade de Karl Loewenstein, porém, o presente estudo é fruto de um trabalho de graduação do curso de Direito da Faculdade Santo Antônio de Pádua e ainda se encontra em andamento, podendo, ainda, desenvolver diversos resultados para esta área acadêmica.

Palavras-Chave: Direitos Fundamentais, Direitos Sociais, Cláusulas Pétreas, Interpretação Constitucional.

CICLO DE POLÍCIA COMPLETO

Petterson do Nascimento Pereira e Leonardo da Costa Bifano
FASAP
DIREITO

Contatos: pettersonpereira@hotmail.com / (22) 981416809

Resumo: Os órgãos policiais mais efetivos são as Polícias Civil e Militares Estaduais, pois são responsáveis pela maior parte das ocorrências policiais em nosso Território. Em relação a forma de atuação dessas polícias, a carta Magna estabelece em seu parágrafo 4º e 5º do artigo 144 que à polícia civil caberá as funções de polícia judiciária e à polícia militar caberá as de Polícia administrativa. Essa limitação imposta pela constituição Federal às funções policiais, implica que, quando a Polícia Militar detém um infrator tem a obrigatoriedade de proceder à delegacia de polícia civil para que essa investigue o fato instaurando assim um Inquérito policial que após conclusão será remetido ao judiciário. Esse modelo acaba criando um desgaste institucional desnecessário, além de causar grande perda logística policial, pois tira policiais da rua para ficar acompanhando a confecção de uma ocorrência, reduzindo assim a capacidade da atuação policial e conseqüentemente a sensação de segurança. No Brasil, um entrave para a melhor elucidação de crimes e delitos é que no país se utiliza um modelo bipartidário que não tem funcionado em casos práticos. O que tem ocorrido na prática no país é que um órgão de polícia tem como função prevenir os crimes, enquanto outro órgão investiga esses mesmos crimes. E esse é um modelo que não tem mais se apresentado a contento para a solução de crimes cada vez mais violentos. Em verdade, isso já ocorre na prática, ou seja, as polícias se completam de forma ilegal. A polícia civil acaba fazendo policiamento ostensivo. O que não tem previsão constitucional, assim como a polícia militar acaba investigando sem preceito constitucional. Pois o atual modelo não atende nem mesmo as instituições que precisam de complementação. Desse modo, o problema de pesquisa que orientou o presente estudo foi: O ciclo completo da polícia pode otimizar a solução de crimes e delitos que tem se tornado cada vez mais violentos e trazer benefícios para a segurança pública? Assim sendo, para responder o problema levantado, propõe se o seguinte: Analisar se o ciclo completo da polícia pode ajudar a solucionar crimes e delitos violentos e trazer benefícios para a segurança pública. Para alcance do

objetivo proposto, elencamos os seguintes objetivos específicos: Definir e caracterizar o ciclo completo da polícia; Apontar anseios dos integrantes dos policiais da ativa no que tange a implantação do ciclo completo da polícia e verificar mudanças que se fazem necessárias para a implantação de novas diretrizes; Discutir sobre a possibilidade do ciclo completo da polícia otimizar a solução de crimes e delitos que tem se tornado cada vez mais violentos e trazer benefícios para a segurança pública. A implantação do ciclo completo da polícia pode trazer benefícios para a segurança pública e para a sociedade, pois seu modelo mostra-se mais eficiente e eficaz no combate à criminalidade e pode ajudar a alcançar melhores resultados. Esse é um modelo que já pode ser visto no âmbito federal em que a Polícia Federal já vem atuando como polícia ostensiva e investigativa. E essa atuação tem apresentado resultados satisfatórios. Sendo assim, acredita-se que esse é um modelo que pode ser estendido às demais instituições policiais de modo a se obter resultados cada vez mais satisfatórios na solução de crimes cada vez mais violentos, porém, o presente estudo é fruto de um trabalho de graduação de direito da Faculdade Santo Antônio de Pádua que encontra-se em andamento.

Palavras-Chave: Inconstitucionalidade, Funções Policiais, Segurança Pública.

PREVIDÊNCIA SOCIAL: Análise da Proposta da Reforma da Previdência

Ralph Kezen Leite; Victor Luz Silveira Santagada; Dinart Rocha Filho
FASAP
DIREITO

Contatos: ralphkezen@oi.com.br / (22)98823-6206

Resumo: Prevista constitucionalmente, e com seus benefícios regulamentados, principalmente, pela Lei nº. 8.213/90, a Previdência é compreendida como uma espécie de seguro que fornece benefícios aos dependentes ou diretamente ao trabalhador, em razão da ocorrência de alguma contingência. Assim, sob argumentos da necessidade de se manter a sustentação e conservação desse tão complexo sistema, visando o equilíbrio financeiro e atuarial, são propostas, constantemente, reformas das regras que dizem respeito à concessão desses benefícios e das formas de contribuição para o Sistema. A relevância deste tema, é representada pela atualidade do assunto e, conseqüentemente, a polêmica que o envolve. Contudo, justifica-se pela realidade dos déficits previdenciários, taxas elevadas de desemprego e aumento, ao longo dos anos, da expectativa de vida da população. Reforça esta importância o fato de que a Reforma Previdenciária é vista tanto como um meio de justiça para o Congresso, como uma ameaça na visão dos cidadãos, no que se refere à forma de como serão afetados após a aplicação das mudanças. O problema de pesquisa que orientou o presente estudo decorre da questão: quais são as alterações pretendidas pela Proposta de Emenda Constitucional nº. 06/2019 (Reforma da Previdência)? Assim sendo, para responder ao problema levantado, propõe-se: analisar quais são as alterações visadas pela PEC 06/2019. Para o alcance do objetivo proposto, elenca-se os seguintes objetivos específicos: analisar

as justificativas apresentadas pelo Poder Executivo para aprovação da Reforma da Previdência; apurar as Reformas Previdenciárias havidas ao longo da história do país, desde a promulgação do texto constitucional de 1988; verificar a importância de estudos mais aprofundados sobre a Reforma da Previdência, definida como PEC 06/2019 e explicar as regras em vigor, a serem alteradas em caso de aprovação da PEC 06/2019. As conclusões parciais deste estudo são provenientes do entendimento de que apesar de existir a necessidade de atualização das regras referentes às questões previdenciárias, é preciso que tais alterações sejam feitas de forma justa, preservando a dignidade das pessoas. Para tanto, a PEC 06/2019 busca uma vasta gama de alterações nas normas pertinentes à Previdência Social, de maneira que seja preservado o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário, porém o presente estudo ainda está em andamento, trata-se de trabalho acadêmico de graduação da Faculdade de Santo Antônio de Pádua.

Palavras-Chave: Previdência Social, Reforma, Transição.

TRÁFICO INFANTIL E SUAS POSSIBILIDADES

Rayssa Ildebrando Pena França e Leonardo da Costa Bifano

FASAP
DIREITO

Contatos: rayssa_jubim@hotmail.com / (22) 981082204

Resumo: O referido estudo visa abranger um tema de grande importância no âmbito jurídico e social. Tal tema é preocupante, criminoso e vem se tornando cada vez mais comum no Brasil e no mundo. Trata-se do tráfico internacional infantil, que é uma das formas de tráfico humano, um crime bárbaro e que tem se tornado um negócio bilionário porque crianças são compradas e vendidas como mercadorias. Se caracteriza ainda, na violação dos direitos humanos das crianças, tais como a prática de tortura, estupro, maus tratos, entre outros. Um crime de fato brutal, e que traz consequências irreparáveis para os que sofrem tal crime. É relevante o estudo do referido tema para trazer mais informações sobre tal realidade e a população ter um olhar mais apurado quanto aos indícios desse crime. Desse modo, o problema de pesquisa que orientou o presente estudo foi: “até quando o Tráfico Infantil será visto em crescimento e sem nenhum tipo de precaução para que não ocorra de forma recorrente?” Assim sendo, para responder ao problema levantado, propõe-se mostrar a realidade de muitas crianças que são vítimas do Tráfico Infantil e promover uma reflexão sobre o referido tema solução para diminuir esse índice de crianças traficadas. Para alcance do nosso objetivo proposto elencamos os seguintes objetivos específicos: examinar os modelos jurídicos criados, ao longo da história do País, que nortearam a questão da criança que é vítima de tal crime, demonstrar que a desigualdade econômica tem sua relevância em relação ao crescimento de tal prática criminal e explicar como as medidas instituídas pela Lei nº 13.344 de 6 de Outubro de 2016 pode contribuir de forma mais eficaz para a redução do Tráfico de Crianças no Brasil. Desse modo conclui-se o presente estudo que o Tráfico Infantil tem crescido de forma peculiar com o passar do tempo e apesar desse crescimento há meios que

possam evitar ou até diminuir tal índice. Porém, o referido estudo é fruto de um trabalho em graduação de Direito e está em andamento.

Palavras-Chave: Tráfico, Crescimento, Infância.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO ORDENAMENTO JURIDICO BRASILEIRO

Roberta Miranda Kort Kamp; Hérlon Milagres Leite; Giordano Barreto Mora
FASAP
DIREITO

Contatos: [Roberta kort-kamp@hotmail.com](mailto:Roberta_kort-kamp@hotmail.com) / (22) 99791-7510

Resumo: O presente estudo tem por objeto a violência obstétrica, tema ainda pouco abordado no Brasil, tratando-se da apropriação do corpo e processos reprodutivos das mulheres por profissionais da saúde, por meio de tratamento desumanizado, abuso de medicação e patologização dos processos naturais, causando perda da autonomia e capacidade e negativamente na qualidade de vida das mulheres. Violência obstétrica é uma questão de saúde pública, que possui conceito amplo, mas pode ser definida como um termo que visa categorizar todos os procedimentos, físicos ou não, pelos quais as mulheres passam na gestação, durante o pré-parto, parto e pós-parto e no atendimento de complicações de abortamento. Um dos grandes desafios para combater esse tipo de violência contra a mulher é a falta de uma tipificação legal, em regra ela é genérica e abrange a 39 violências de forma geral como no caso da Lei Maria da Penha. Por outro lado, a falta de informação das mulheres e o silêncio destas acabam favorecendo a continuação desta prática. Nesse sentido, esse trabalho busca analisar os recursos que atualmente o nosso ordenamento disponibiliza para a reparação dos danos decorrentes da violência obstétrica. Desse modo, o problema de pesquisa que orientou o presente estudo foi: Como profissionais de saúde cujas formações visam o bem-estar e ao cuidado de seus pacientes podem ser agressores da violência obstétrica? Assim sendo, para responder ao problema levantado, propõe-se o seguinte analisar os aspectos conceituais e políticos da violência obstétrica no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Para o alcance do nosso objetivo proposto elencamos os seguintes objetivos específicos, descrever as principais políticas públicas direcionadas à área de atenção à saúde da mulher e, em especial, ao parto. Ponderar acerca da conduta profissional e ao Código de Ética na assistência obstétrica. Discorrer sobre os conceitos de violência contra a mulher, bem como sobre os principais marcos históricos e políticos na atenção a mulher e aquelas que sofrem a violência. Para concluir o presente estudo o Ministério da Saúde lançou o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento com o objetivo de investir na “melhoria obstétrica e neonatal, universalização do acesso à assistência pré-natal e ao parto, exames de rotina e diminuição das taxas de cesárea desnecessária”. Neste programa, os profissionais de saúde envolvidos no pré-natal, parto e nascimento desempenham um importante papel ao colocar seu conhecimento a serviço do processo de parturição e nascimento saudável, sendo imprescindível a comunicação respeitosa entre profissionais e parturiente. No entanto, em um contexto em que a falta de assistência qualificada pode gerar violações dos direitos humanos da mulher, abusos e maus-tratos durante a atenção obstétrica, nem sempre esses direitos são

respeitados. Porém, o presente estudo é fruto de um trabalho de graduação de direito da Faculdade de Santo Antônio de Pádua que se encontra em andamento.

Palavras-Chave: Violência Obstétrica, Saúde Pública, Parto.

MAUS TRATOS CONTRA ANIMAIS DOMÉSTICOS E A SUA ERRADICAÇÃO: LEGISLAÇÃO VIGENTE E A PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO

Rosane Mamede; Karine Bastos da Silva; Jane de Souza Teixeira

FASAP
DIREITO

Contatos: rosane_mamede@hotmail.com / (22)998779297

Resumo: A falta de empatia com os animais tem se mostrado tão grande que seu abandono e abatimento pelo homem vêm representando um problema social principalmente de saúde pública. O descaso e violência contra os animais atingem a sociedade sem que esta perceba por também se tratar de um ambiental que implica prejuízos à coletividade. Atualmente, observa-se que muitas pessoas têm se mostrado indignadas com relatos de abandono e maus tratos praticados contra animais. Além de práticas cruéis sem nenhum objetivo, ainda a questão da visão e do uso de animais como cobaias em experimentos pela indústria farmacêutica dentre outras, considerados antiéticos por muitos principalmente por organizações protetoras dos animais. Compreender que a vida é importante independente de que seja esta humana ou animal é algo essencial para que o homem possa ser mais ético e moral quanto a seu modo de ver e agir com os animais e natureza em si. A partir de tal compreensão, empresas e consumidores podem conscientizar-se sobre a origem de produtos e matérias primas das mercadorias. É importante ter a consciência de que os animais precisam de proteção e respeito tanto quanto os seres humanos e que suas não podem ser tratadas como “coisas”. Há também a necessidade de que a sociedade tenha o conhecimento de que os maus tratos contra animais podem ser combatidos não somente por via de leis, mas também pela educação e conhecimento. A pergunta que norteia o presente estudo é: Os maus tratos contra animais é uma questão de educação ou falta de aplicação de dispositivos legais proibitivos dessa prática? Para responder o questionamento acima, propõem-se: Discorrer sobre a questão dos maus tratos contra animais elucidando quais os dispositivos legais existentes no ordenamento jurídico brasileiro, destinados a proteção dos animais contra práticas cruéis. A presente pesquisa é discorrer sobre a questão dos maus tratos contra animais, elucidando quais os dispositivos legais existentes no ordenamento jurídico brasileiro, destinados a proteção dos animais contra práticas cruéis.

Palavras-chave: Animais Domésticos, Maus Tratos, Poder Público.

DANO MORAL E A CARACTERIZAÇÃO DO MERO ABORRECIMENTO.

Ruan Saraiva Ferreira e Victor Luz Silveira Santagada
FASAP
DIREITO

Contatos: ruanferreira1609@hotmail.com / (22) 98108-0088

Resumo: Em vista da complexidade das relações humanas, tem-se a possibilidade de que algum tipo de dano seja ocasionado à vida das pessoas. Em determinados casos, tais danos podem ocorrer de forma extrapatrimonial, ou seja, não somente atingindo bens materiais das pessoas, mas também sua honra, perante a sociedade. Neste aspecto, o instituto conhecido como Dano Moral, surge como matéria de apreciação judicial em uma vasta gama de casos trazidos ao crivo do Poder Judiciário. Como foi dito, o Dano Moral está ligado a um prejuízo causado a bem não patrimonial, como é o caso da honra perante a sociedade, ferindo, assim, valores considerados íntimos de cada pessoa, o que, conseqüentemente, altera o bem estar, tanto psicológico como físico, do cidadão. Tendo em vista a necessidade de se responsabilizar o causador de danos à moral de determinado indivíduo, mostra-se importante o estudo aqui pretendido, visto que tais danos estão presentes no cotidiano da sociedade, merecendo uma análise sobre sua real caracterização, ou desqualificação para uma situação de mero aborrecimento. Portanto, ao abordar a discussão em torno do conceito de dano moral e a responsabilização de seu causador, diante da vasta gama de entendimentos judiciais, surge a necessidade de se entender o que é uma situação de mero aborrecimento ou mero dessabor, sendo este, também, intuito do presente trabalho, possibilitando, ao final uma compressão da caracterização de cada um dos institutos. A pergunta norteadora do presente estudo é: De que forma é caracterizado o dano moral para fins de aplicação em demandas judiciais indenizatórias frente ao Órgão Judiciário Brasileiro? Em resposta ao questionamento acima realizado, idealiza-se o seguinte objetivo: a análise do entendimento adotado no país a respeito da caracterização do dano moral. Importante ressaltar que o levantamento ainda se encontra em análise, não possuindo grande precisão ao apresentar maiores conclusões acerca do tema. No entanto, o trabalho proposto tem o condão de auxiliar na compreensão dos casos em que haveria em se falar Dano Moral, passível de indenização, ou em Mero Aborrecimento, percebendo a diferença entre os dois institutos. Por isso, é notória a relevância do tema, visto que, pela subjetividade que cada caso possui, a não caracterização do dano moral, nascida do livre convencimento do magistrado, pode vir a prejudicar pessoas que realmente se sentiram lesadas, ocasionando a não responsabilização do causador do real dano.

Palavras-Chave: Dano Moral, Mero Aborrecimento, Características.

LIBERDADE RELIGIOSA NO BRASIL E O USO DE SIMBOLOS RELIGIOSOS NO ESPAÇO PÚBLICO

Samuel Custódio da Silva Júnior; Anny Viana; Carina Abreu
FASAP
DIREITO

Contatos: samueltcustodio_07hotmail.com / (22) 981667887

Resumo: O Estado brasileiro certifica-se, em seu art. 5º, VI da Constituição da República, a liberdade de crença e de culto. Tendo em vista este entendimento de que a liberdade de crença significaria a capacidade do ser em optar e assim aderir a uma determinada religião ou seita religiosa, ao passo que a liberdade de culto sucederia na possibilidade de manifestação dessa crença. A questão fundamental relacionada à liberdade de crença religiosa é saber se, uma vez adotado pelo sujeito crer religiosamente, é admissível que se impusesse publicamente em função dessa crença. A partir daí, deve-se admitir que a liberdade de crença é o direito de manifestar uma crença, e não apenas de ter uma crença. E um dos aspectos de expressão de uma crença religiosa é o uso de sinais e símbolos, desde vestimentas a acessórios, cada qual com a sua simbologia e seu significado diante de uma determinada denominação religiosa e assim, com o seu grau de importância para que esse indivíduo que se julgue religioso. A discussão da extensão da liberdade religiosa no Brasil, e uso de símbolos religiosos no espaço público tem fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que traz em seu texto, como direito fundamental, as atribuições de crença e de culto, além da garantia de proteção contra a discriminação por motivo de crença religiosa. Partindo da conjuntura de que essa liberdade é externa, ou seja, é o direito de se exprimir uma crença ou uma não crença, deve ser analisada essa conduta religiosa no espaço público como pressuposto de autoafirmação e reconhecimento do ser religioso mediante o exercício público de sua crença. Desse modo, o problema de pesquisa que orientou presente estudo foi: Levando em consideração que o Brasil garante liberdade religiosa como direito fundamental, seria a possível a proibição do uso de símbolos religiosos em espaços públicos? Assim sendo, para responder o problema levantado, propõe-se analisar a questão do uso de símbolos religiosos em espaços públicos sob a luz do Direito Constitucional e sua historicidade na esfera nacional, considerando a adequação dessa manifestação supostamente religiosa pelos entes públicos em face da laicidade estatal, institucionalizada no ordenamento jurídico. Para alcance do nosso objetivo proposto elencamos os seguintes objetivos específicos: Estabelecer uma abordagem sobre a liberdade religiosa como um direito fundamental; respeitar a liberdade de crença como instrumento de reconhecimento de ser religioso mediante o exercício público de sua crença; entender o posicionamento entre a laicidade do Estado e o uso de símbolos religiosos por agentes públicos em serviço. A conclusão parcial desse estudo advém do entendimento de que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz em seu texto, como direito fundamental, as prerrogativas de crença e de culto. Partindo do pressuposto de que essa liberdade é externa, sendo assim o direito de se exprimir uma crença ou uma não crença, observando a conduta religiosa no espaço público como pressuposto de autoafirmação e reconhecimento do ser religioso mediante o exercício público de sua crença. Portanto, não obstante que surjam opiniões creditando dispensabilidade de

sua reflexão, é absolutamente necessária no mundo jurídico, no sentido de compreender os fins da laicidade estatal, da tutela do direito à liberdade religiosa na modernidade, o dever dar proteção a uma crença religiosa e seus valores, porém, o presente estudo é fruto de um trabalho de graduação da faculdade de Santo Antônio de Pádua (FASAP), e ainda se encontra em andamento.

Palavras-Chave: Liberdade Religiosa, Religião, Símbolos Religiosos.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA INTERNET

Thiago Moreira Cunha; Giordano Barreto Mota; Carina Silva Abreu
FASAP
DIREITO

Contatos: thiaquinhomoreiracunha@hotmail.com / (22) 98105-4487

Resumo: O presente projeto de pesquisa tem como finalidade investigar o conflito existente entre o direito fundamental da personalidade à intimidade e o direito à livre manifestação do pensamento e a liberdade de imprensa das novas relações sociais desenvolvidas através da democratização do acesso à internet, em especial às redes sociais. Inúmeros são os conflitos decorrentes do exercício simultâneo dos direitos acima expostos os que levariam ao questionamento sobre qual direito fundamental deveria prevalecer, intimidade ou liberdade de expressão e de imprensa. Vive-se em uma sociedade cada dia mais virtual, onde a população encontra-se mais conectada com a internet do que com o mundo real. É comum a publicação da intimidade das pessoas tanto por elas mesmas, quanto a replicação destes conteúdos por terceiros nas redes sociais. A liberdade de expressão colide muitas vezes com outros direitos e garantias individuais fundamentais resguardados pela própria constituição de 1988. Essa colisão torna-se mais constante no âmbito cibernético, onde os usuários acabam utilizando com facilidade ao acesso às redes sociais das pessoas, postando comentários e curtidas ou descurtidas. Nesse contexto o ambiente se mostra propício às ilegalidades através de propagação de preconceitos, ódio, violência moral e física, golpes, tendo em vista a aparente impunidade do ambiente virtual. Tudo isso serve como meio de ofender, criticar, apontar erros, instigar determinadas situações negativas em sentido de humilhação, desprezo em face da pessoa que fez uma publicação, seja dela, de uma foto ou de um texto, e esses comentários muita das vezes são de origens de plataformas falsas, ou seja, conta ou perfil usado na internet para ocultar a identidade real do usuário, e com isso acaba-se acarretando na dificuldade de identificação dos autores que produzem os comentários negativos em face de terceiro. Desse modo, o problema que orientou o presente estudo foi: Qual seria o limite, a luz dos direitos fundamentais, da manifestação da liberdade de expressão no ambiente cibernético quando em conflito com outros direitos fundamentais como a intimidade/privacidade? Assim sendo, para responder ao problema levantado, propõe-se mostrar a ponderação entre interesses no âmbito cibernético pela colisão entre os direitos e garantias individuais do indivíduo. Para alcance de nosso objetivo proposto, elencamos os seguintes objetivos nas seguintes ordens: Analisar o conflito entre a liberdade de expressão e o direito fundamental da intimidade/privacidade no âmbito cibernético; Compreender o limite da liberdade de expressão no âmbito virtual; Examinar todos os pontos positivos e negativos da

liberdade de expressão na internet. As conclusões parciais desse estudo advêm do conflito entre o princípios liberdade de expressão e o da intimidade do indivíduo, e por conta disso, o ordenamento jurídico brasileiro utiliza a técnica da ponderação entre princípios para solucionar esses conflitos no âmbito cibernético, porém, o presente estudo é fruto de um trabalho de Graduação do curso de Direito da Faculdade Santo Antônio de Pádua, que se encontra em andamento.

Palavras-Chave: Conflito entre Interesse, Âmbito cibernético, Liberdade de Expressão no Âmbito Cibernético.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: Os Reflexos no Sistema Jurídico Brasileiro ante a Lei 13.146/2015

Vanessa Ferreira de Souza Kezen Leite; Karine Bastos Silva; Dinart Rocha Filho

FASAP
DIREITO

Contatos: vanessa@bazarsouza.com.br / (22)988211989

Resumo: Através da Lei 13.146/2015, também chamada de Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, aborda-se direitos e princípios fundamentais, decorrentes do reconhecimento e proteção dos direitos humanos, assegurados na Constituição Federal de 1988. O estatuto da pessoa com deficiência, tem como principal princípio o da dignidade da pessoa humana, assim, a principal tarefa de tal lei é garantir que a sociedade se adeque e se enquadre às necessidades das pessoas com deficiência. A questão dos direitos da pessoa com deficiência tem a possibilidade de alcançar um patamar de igualdade relativamente às demais pessoas, por meio da efetiva compreensão e implementação jurídica do Estatuto da Pessoa com deficiência. A relevância desse tema é demonstrada pelo fato de que só com o paradigma de inclusão, que confere dignidade à pessoa humana, com ou sem deficiência, conseguir-se-á o tratamento igualitário garantido pela Constituição Federal. Desta forma, tendo em vista a edição da Lei nº.13.146/2015 e suas inovações inseridas no ordenamento jurídico brasileiro, o problema de pesquisa que orientou o presente estudo decorre da questão: é possível afirmar que esta Legislação trouxe impactos positivos na vida das pessoas com deficiência? Assim sendo, para responder ao problema levantado, propõe-se: demonstrar os objetivos e alcances provenientes ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº.13.146/2015) no que se refere às inovações trazidas ao ordenamento jurídico brasileiro, de forma a identificar formas e práticas que garantam a plena inserção das pessoas com deficiência na sociedade. Para o alcance do objetivo proposto, elenca-se os seguintes objetivos específicos: abordagem do conceito, evolução histórica e direitos das pessoas com deficiência sob a ótica das inovações da Lei nº 13.146/2015, destacando inclusive, o impacto das alterações na legislação civil, bem como, demonstrando os direitos e princípios fundamentais; analisar os efeitos que o Estatuto da Pessoa com Deficiência gerou no ordenamento jurídico pátrio em relação aos direitos humanos assegurados na Constituição Federal de 1988 e nas legislações pertinentes; ponderar as instituições que tratam das pessoas com deficiência, com vistas a garantir a concretização dos direitos e dignidade para as pessoas com deficiência. As conclusões parciais deste estudo são provenientes do entendimento de que a Lei nº.13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei de Inclusão) veio corroborar para a efetiva garantia

do respeito à integridade, dignidade e liberdade das pessoas com deficiência, tornando-se imprescindível a adequação da sociedade às necessidades das pessoas com deficiência, porém o presente estudo ainda está em andamento, trata-se de trabalho acadêmico de graduação da Faculdade de Santo Antônio de Pádua.

Palavras-Chave: Pessoa com Deficiência, Direitos Humanos, Inclusão.

MORTE COM INTERVENÇÃO À LUZ DA DIGNIDADE HUMANA

Virgínia de Souza Jorge e Herlon Milagres Leite
FASAP
DIREITO

Contatos: wirginia.jventura@hotmail.com / (22)981618024

Resumo: Nos tempos modernos, a morte vai modificando sua face ao longo do tempo, através da moderna tecnologia médica. A cada dia que passa maior é a cobrança de que é possível uma morte digna e as famílias já admitem o direito de decidir sobre o destino de seus enfermos incuráveis e torturados pelo sofrimento físico, para os quais os meios terapêuticos disponíveis não conseguem atenuar. O problema da morte piedosa ou por compaixão ao enfermo incurável, consciente de seu estado de sua doença, que deseja abreviar seus sofrimentos, seria visto como um ato de humanidade e justiça. No direito brasileiro, a eutanásia é conduta típica, ilícita e culpável, portanto, a lei penal trata como delito, o consentimento é irrelevante e indiferente para qualificação jurídica da conduta, pois toda intervenção invasiva no corpo do paciente é, em tese, uma agressão, e, por isso, necessita de uma justificativa, o homem não pode fazer uso de seu corpo de maneira contrária à dignidade humana, infringindo a lei, a ordem pública e os bons costumes, no entanto, mesmo sendo o corpo humano, em princípio, inviolável e inalienável, não pode ser este conceito absoluto, visto que uma necessidade maior exige certas aberturas, pois nenhuma vantagem adviria de uma total restrição. No Brasil o tema é discutido com ênfase entre várias classes profissionais: médicos, filósofos, religiosos e operadores do direito com a finalidade de regulamentar em nosso ordenamento jurídico. O presente trabalho representa uma análise central do direito fundamental à morte digna a partir da visão constitucional da eutanásia e o suicídio assistido, através do conflito ideológico, religioso, observando os direitos fundamentais de cada ser humano que devem ser analisados em cada caso concreto, procurando satisfazer valores indicados pelo ordenamento jurídico.

Desse modo o problema que orientou o presente estudo foi: Da mesma forma que é assistido ao homem o direito de viver, de igual modo deve ser assegurado o direito de dispor desta vida quando julgar conveniente? Assim sendo, para responder o problema levantado, propõe-se discutir sobre as possibilidades jurídicas de tornar mais humano o processo de morte de pessoas que se encontram em estado terminal ou vegetativo. Para alcance de nosso objetivo proposto, elencamos os seguintes objetivos específicos: Abordar dentro de uma perspectiva histórica e conceitual o que é eutanásia, ortotanásia e distanásia, apresentar como as legislações de outros países abordam o tema da eutanásia, discorrer sobre a legislação brasileira, sobre o direito à vida e a indisponibilidade desse bem jurídico.

As conclusões parciais deste estudo advêm do conflito entre a autonomia e a dignidade da pessoa humana, resultando em diversas discussões no nosso

ordenamento jurídico, porém o presente estudo é fruto de um trabalho de graduação do curso de Direito da Faculdade Santo Antônio de Pádua, que se encontra em andamento.

Palavras-Chave: Morte Digna, Eutanásia, Ortotanásia.

DIREITOS E GARANTIAS DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIENCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Vitória Rosa de Oliveira Santos; Victor Luz Silveira Santagada; Karine Bastos Silva
FASAP
DIREITO

Contatos: yrsantos@gmail.com / (22)98147-6211

Resumo: A Constituição Federal Brasileira de 1988 representa uma vasta gama de direitos fundamentais que buscam assegurar a todos, sem distinção, uma vida com dignidade. Desta forma, por diversos pontos de seu texto, ela prevê garantias à pessoa portadora de deficiências, como, por exemplo, a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência. As previsões constitucionais abriram caminho a legislações específicas que tratassem do tema, como a Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e a Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015, as quais, visam garantias aos portadores de deficiência, de modo que possam exercer uma vida comum. Por pessoas portadoras de deficiência entende-se como sendo aquelas que possuem impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. No plano prático, apesar das previsões constitucionais, a pessoa com deficiência esbarra em diversas dificuldades que a impede ou dificulta sua inserção no meio social. Dentre tais dificuldades, se destaca o acesso ao mercado de trabalho. Neste sentido, através de análise dos principais dispositivos legais do país, sobretudo do texto constitucional, o presente estudo tem o intuito de abordar as garantias da pessoa portadora de deficiência no que tange ao acesso ao mercado de trabalho, além de, por meio de um estudo literário, analisar a situação dessas pessoas em relação a sua inserção no meio social. As pessoas com deficiência através do trabalho é uma tarefa que envolve várias outras áreas como a educação, qualificação e também eliminar obstáculos de forma adequada no ambiente de trabalho como o sistema de cotas já mencionados. Portanto, é importante pensar no sentido da lei em reservar tais cotas para não somente as pessoas com deficiência como também alcançar a igualdade entre os indivíduos desiguais. Desse modo, o problema de pesquisa que orientou o presente estudo foi: Os portadores de deficiência ainda enfrentam dificuldades no mercado de trabalho? Assim sendo, para responder ao problema levantado, propõe – se mostrar a aplicação da legislação brasileira no que se refere as garantias e os direitos das pessoas com deficiência é uma das mais avançadas do mundo. Com a lei 8.213/91 de cotas visa a igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência buscando garantir os direitos fundamentais, como o princípio da igualdade presente na constituição federal. Examinar as legislações criadas ao longo da história que norteiam a questão das garantias e direitos da pessoa com deficiência no mercado de trabalho; Demonstrar os direitos e garantias às

peças com deficiência em seu ambiente profissional é são fundamentais e está previsto na constituição e no estatuto da pessoa com deficiência; Explicar os direitos e garantias da pessoa com deficiência em seu ambiente profissional ao qual foram instituídas pelo estatuto da pessoa com deficiência e dentre outras leis complementares como também a constituição e como esses direitos podem constituir de forma eficaz para informar as pessoas com necessidades especiais. Desse modo, podemos concluir parcialmente que o presente estudo procura demonstrar os direitos e as garantias da pessoa com deficiência no mercado de trabalho que é um assunto de possui muita importância. Porém, até o presente estudo que ainda não foi concluído por completo mais já podemos perceber que as pessoas portadoras de necessidades especiais já possuem uma grande presença no mercado de trabalho.

Palavras-Chave: Inclusão, Portadores de Necessidades Especiais, Mercado de Trabalho, Direitos e Garantias.

PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DIREITO DAS MINORIAS

Yanca Faria Eccard; Anny Ramos Viana; Carlos Alberto
FASAP
DIREITO

Contatos: Yanca1989@hotmail.com / 22-981176044

Resumo: O princípio da dignidade da pessoa humana, é um dos principais fundamentos constitucionais de todo o ordenamento jurídico. Assim, pretende-se analisar seu surgimento histórico, com ênfase na Constituição Federal de 1988, que em nosso ordenamento foi a grande responsável pelo reconhecimento do homem como ser dotado de direitos após um longo período. A legislação brasileira raramente utiliza o termo “minorias” para caracterizar a situação de vulnerabilidade de grupos minoritários no Brasil. Na Constituição Federal, por exemplo, o termo não aparece em nenhum momento com esse significado. Entretanto, na Constituição e em outras leis Infraconstitucionais, são encontrados artigos que colaboram para que os direitos fundamentais das minorias brasileiras, de modo geral sejam assegurados. Vale destacar as minorias existentes que lutam contra um padrão vigente estabelecido, não encontrando amparo suficiente na legislação vigente, ou se o amparo legal existe não é implementado de modo eficaz. Os direitos Humanos, como direitos fundamentais, devem ser considerados pela legislação de uma nação e garantidos a todos os indivíduos igualmente. Assim, abordar o tema em questão é de extrema importância diante da sociedade hodierna, justamente por se tratar de grupos com menor quantidade de indivíduos e, portanto, com menor representação política, o Estado deve assegurar os direitos das minorias. Assim, objetiva-se mostrar que os direitos fundamentais, direitos humanos e o princípio da dignidade da pessoa humana tratam-se de um tema muito abordado, porém pouco aplicado em casos concretos. Levando em consideração a diversidade étnica, cultural e social que marca a nação brasileira, qual a melhor forma para que seja observado o princípio da dignidade da pessoa humana dentro do Estado? Examinar o princípio da dignidade da pessoa humana, juntamente com os direitos fundamentais e direitos humanos, a fim de que de alguma forma se possa assegurar o direito de tais pessoas. Compreender o porquê de mesmo com tantas leis e convenções que asseguram os direitos, não lhe é garantida a

liberdade e igualdade que se busca dentro da sociedade. A partir de uma abordagem crítica, sobre a atual realidade busca-se examinar se o problema em questão é a precária representação institucional que afeta os grupos minoritários. Portanto não basta apenas ter uma lei que garanta todos os direitos, mas sim que o mesmo tenha eficácia em sua aplicação, para que os demais possam se beneficiar de tal direito fundamental, o presente trabalho está sendo feito na Faculdade Santo Antônio de Pádua, pelo 9º período de direito, ainda em andamento.

Palavras-Chave: Direitos Fundamentais, Minorias Sociais, Desfavorecidos

LEI DA ANISTIA: A CONIVÊNCIA DO STF EM EMPURRAR O SANGUE PARA DEBAIXO DO TAPETE

Yanne Pacheco dos Santos e Anny Ramos Viana
FASAP
DIREITO

Contatos: yannesantos@outlook.com / (32) 98475-1925

Resumo: A lei nº 6.683/1979, intitulada Lei da Anistia, foi promulgada logo no início do governo presidencial do General João Baptista Figueiredo (1979-1985), marcado como o último presidente do período Ditatorial. A referida Lei anistiou todos que praticaram crimes políticos e conexos, abarcando, irrestritamente, delitos praticados por civis e pelo exército. Tal período deve ser compreendido a partir da análise de diversas ópticas, tendo em vista o teor de complexidade. O Brasil havia se libertado de uma ditadura estruturada no apelo populista de Vargas, e estava dando pequenos passos em sua fragilizada e recente Democracia. Portanto, a visão histórica deve ser complementada pelo prisma da legislação, bem como da filosofia e sociologia. Este projeto pretende demonstrar como o Ordenamento Jurídico lida com as sequelas e desdobramentos deste período, traçando um paralelo entre a legislação vigente à época do Regime Militar e o Direito na sua atual conjuntura, principalmente após o julgamento do ADPF 153, que confirmou a constitucionalidade da Lei da Anistia. A presente pesquisa não possui viés político/partidário, mas sim humanitário, haja vista que relembrar tal época resguarda, em memorial, os que lutaram pela democracia que hoje a população brasileira usufrui. A Lei da Anistia, apesar de ter sua promulgação datada de 1979, demonstra-se de extrema relevância na atualidade, tendo em vista não só sua repercussão nacional, mas também internacional. É notável a omissão do Poder Judiciário brasileiro, se tratando de processos e procedimentos investigatórios relacionados ao Regime Militar, fazendo-se necessária a intervenção da Corte Interamericana de Direitos Humanos, demonstrando, mais uma vez, a necessidade de discutir tal período no âmbito jurídico. O presente estudo ainda objetiva a preservação da memória deste período, o entendimento da dissonância entre o direito interno e internacional e a exposição das atrocidades cometidas, para reacender nos brasileiros o sentimento de defesa de seus direitos, haja vista que a Justiça, hoje, tem sido vista como uma utopia. Deve-se analisar: a Lei da Anistia é compatível com o ordenamento jurídico brasileiro contemporâneo? Para responder tal questionamento se faz necessária a análise da Lei da Anistia pelo prisma do Direito Constitucional e o seu enquadramento no ordenamento jurídico brasileiro de forma geral, além de

retratar o período que antecedeu a sua promulgação de forma pormenorizada, tendo em vista os diversos campos afetados neste período e os impactos que ainda causa em variadas esferas.

Palavras-Chave: Lei da Anistia; ADPF 153; Ditadura Militar.

CIÊNCIAS DA SAÚDE

ENFERMAGEM

A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE A PACIENTES ONCOLÓGICOS EM FASE TERMINAL

Viviane de Siqueira Silva; Enoghalliton de Abreu Arruda; Vanessa Guterres Silva
FASAP

ENFERMAGEM

Contatos: Vivianesiqueira15@hotmail.com / (22) 999863726

Resumo: O presente estudo pretende analisar a assistência dos profissionais de enfermagem frente aos cuidados paliativos em pacientes oncológicos de fase terminal, buscando métodos de assistências que melhorem a qualidade de vida do doente portador da doença. A ideia surge com o crescente aumento no número de casos de câncer, que vem progredindo de forma alarmante. É fundamental que a equipe de enfermagem esteja apta a se comunicar abertamente com seus pacientes sobre o processo de morte, devendo este processo ser tratado como um percurso natural da vida. Para tanto, deve-se recorrer a uma educação continuada que proporcione segurança, satisfação, apoio emocional e um cuidado humanizado aos seus pacientes. O tema proposto aqui se mostra de grande importância, pois o câncer atualmente é responsável por uma a cada seis mortes no mundo, configurando-se como um grande problema mundial. Neste cenário, o paciente oncológico de fase terminal sofre com os paradigmas comuns ligados a morte, como o medo, angústia, ansiedade e o receio espiritual de uma vida que poderá se encerrar a qualquer momento. Assim, precisa o profissional de enfermagem reconhecer as necessidades de seus pacientes, devendo esses profissionais estarem capacitados a prestar um cuidado paliativo humanizado de excelência para com os pacientes em fase terminal, minimizando assim seu sofrimento e, por consequência, enfatizando um cuidado holístico com o objetivo de gerar conforto para os pacientes e também para seus familiares. Em suma, sabe-se que a morte é um tema que causa receio, estando afastada do cotidiano, e restrita ao ambiente de saúde, onde o profissional da enfermagem se destaca neste cenário, especialmente por se voltar aos cuidados com os pacientes, cuidados esses que excedem o aspecto biológico, mas abarcam as

dimensões psicológica, emocional e espiritual; não estando, porém, o enfermeiro imune a sentimentos. Tal trabalho que ora se finaliza não é capaz de esgotar o tema. Outros trabalhos poderão cooperar para o maior conhecimento do assunto, e dos aspectos nele englobados.

Palavras-Chave: Enfermagem, Pacientes oncológicos, Cuidados Paliativos.

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO DO TRABALHO SOB O OLHAR DOS TRABALHADORES DE UMA EMPRESA

Isabella Escarcia Viana Garcia; Arandir de Souza Carvalho; Enoghalliton de Abreu Arruda

FASAP

ENFERMAGEM

Contatos: Isabela.e.garcia@gmail.com / (22) 9 98842223

Resumo: O enfermeiro do trabalho possui atribuições fundamentais no tocante à saúde do trabalhador que atua em uma empresa; porém, nem sempre as suas funções em seu processo de trabalho são perceptíveis aos olhares dos diversos atores sociais como essenciais às atividades de promoção, proteção, prevenção, recuperação e reabilitação à sua saúde. Diante do exposto, este estudo traz como objetivo da pesquisa avaliar a percepção dos trabalhadores da Smurfit Kappa Pirapetinga, situada no Município de Pirapetinga – MG acerca das atribuições do enfermeiro do trabalho. Nossas reflexões se baseiam de aportes oriundos dos Ministérios da Saúde e do Trabalho (1988,1990, 2006, 2008, 2009, 2011, 2012, 2014, 2016 e 2018); Vasconcellos (2014 e 2017) e D'alencar (2010). Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo epidemiológico descritivo com uma abordagem quantitativa e exploratória, para o qual a população-alvo é constituída de trabalhadores da Smurfit Kappa Pirapetinga. Este estudo demonstrou à partir da percepção dos participantes da pesquisas que a atribuição do enfermeiro do trabalho se resume em atividades assistenciais, de nível médio e de natureza repetitiva, tais como: a aferição da pressão arterial, a realização de curativos e também atividades burocráticas, como o preenchimento de formulários. Muito embora o enfermeiro seja o profissional que possui as suas atividades atreladas ao cuidar como componente essencial à sua formação, muitos trabalhadores ao responderem o questionário assinaram o tempo de espera como um entrave à continuidade de suas funções no dia-a-dia dos serviços, seguida pelo acolhimento e a humanização no atendimento. O enfermeiro do trabalho desempenha um papel fundamental nessa política e nas demais políticas de saúde no Brasil que conjuntamente estruturam a saúde do trabalhador, uma vez que as suas atribuições enquanto membro de uma equipe profissional são imprescindíveis à redução de riscos, de acidentes de trabalho, do surgimento de doenças ocupacionais, além de desenvolver a supervisão, a qual perpassa por ações de orientação e acompanhamento do trabalhador em seus lócus de atuação.

Palavras-Chave: Saúde do Trabalhador, Doenças, Enfermeiro do Trabalho.

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ATENÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA À SAÚDE DA PESSOA IDOSA

Monique de Oliveira Rodrigues; Arandir de Souza Carvalho; Enoghalliton de Abreu Arruda
 FASAP
 ENFERMAGEM

Contatos: monique_oliveira_rodrigues@hotmail.com / (22) 9 81024799

Resumo: A epidemiologia demonstra em seus estudos que nos últimos anos houve um aumento considerável da população idosa nos países em desenvolvimento, tal como o Brasil; assim, as pessoas estão vivendo mais e com o aumento da expectativa de vida, há um aumento da carga de doenças e agravos crônicos não-transmissíveis. A partir desse fato o atual trabalho teve como objetivo geral descrever os cuidados de enfermagem na atenção integral e integrada à Saúde da Pessoa Idosa na Estratégia da Saúde da Família no Município de Miracema-RJ. As bibliografias de maior relevância usadas para a elaboração desse estudo foram manuais e informes técnicos do Ministério da Saúde (2006, 2010, 2013) Rodrigues (2007), Costa (2009). Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, com abordagem quantitativa e exploratória analisada por meio da epidemiologia descritiva. Foi utilizada como questão norteadora: "Os enfermeiros da Estratégia da Saúde da Família da cidade de Miracema- RJ planejam o processo de trabalho com ações e serviços direcionados à saúde da pessoa idosa?" Os resultados obtidos demonstraram que não existe um planejamento dos enfermeiros das unidades de atenção básica em relação aos trabalhos e ações desenvolvidos com a pessoa idosa, e a falta de capacitação profissional dificulta o processo do cuidado integral com essa população. Há um planejamento de trabalho incipiente no tocante às atividades que contemplem à população adstrita de forma continuada, o que proporciona, como consequência, um déficit no cuidado integral na saúde do idoso. O enfermeiro ao assumir a supervisão de uma unidade básica de saúde, para a qual têm a responsabilidade de desenvolver e incentivar ações que promovam a promoção de saúde, ele cria estratégias tanto para o cuidado individual, quanto para o coletivo, proporcionando conforto, sensação de bem-estar e melhor qualidade de vida aos usuários dos serviços de saúde.

Palavras-Chave: Saúde do Idoso, Estratégia Saúde da Família, Enfermeiro.

A ATUAÇÃO DOS ENFERMEIROS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA FRENTE À CRIANÇA AUTISTA

Naylla Azevedo Sorrentino da Silva; Enoghalliton de Abreu Arruda; Vanessa Gutterres Silva
 FASAP
 ENFERMAGEM

Contatos: nayllasorrentino@hotmail.com / (22) 99853-4885

Resumo: Autismo ou Transtorno de Espectro Autista (TEA) é uma patologia que, comumente atinge crianças antes dos três primeiros anos de vida. É mais comum no sexo masculino e tem como características o comprometimento de todo desenvolvimento psiconeurológico, comprometendo a comunicação social, as áreas de cognição, linguagem, desenvolvimento motor e social. Ainda que desconhecida, acredita-se que sua etiologia seja multifatorial, associada a fatores genéticos, neurobiológicos ou fisiológicos do sistema nervoso central. É de grande importância

que o diagnóstico seja realizado o quanto antes, para que se iniciem ações de promoção à saúde que possibilitem o desenvolvimento da criança, e desta forma, é indispensável o papel de uma equipe de saúde multidisciplinar. Colocando em foco o relacionamento da criança autista com o enfermeiro, é indiscutível o seu papel na avaliação inicial, no tratamento, acompanhamento, apoio à família e o seu notável papel como educador. Assim, apresenta-se como problema de pesquisa: “De que modo a assistência de enfermagem pode ser um importante instrumento no processo de abordagem e cuidado profissional, tendo em vista, as interfaces sociais e individuais do paciente autista?”. Para responder ao problema acima levantado, formulam-se os seguintes objetivos: Apontar as metodologias adequadas na abordagem da equipe de enfermagem frente ao paciente autista; Destacar o significativo papel do enfermeiro na orientação frente ao paciente e a família; Assinalar maneiras de promover melhorias no vínculo entre o enfermeiro, paciente e família. O método adotado nesse estudo foi a Revisão de Literatura, buscando as concepções conceituais de diversos autores em livros, artigos, dissertações e teses. Dentre os autores de maior relevância, destacam-se: Brasil (2013), Carniel (2010), Mello (2007), Stefanatos (2008) e Telmo (2005). O presente estudo identificou a relevância da abordagem correta ao paciente e a importância da assistência de qualidade do enfermeiro. É notório que o profissional de enfermagem compreende seu significativo papel na orientação e aconselhamento ao paciente e sua família, porque é dessa forma que se iniciam as ações de promoção à saúde que irão possibilitar o desenvolvimento da criança e o entendimento da família. Concluímos que a Educação Permanente é uma excelente forma de preparar os profissionais para que estejam realizando uma assistência de qualidade.

Palavras-Chave: Autismo, Atenção Primária, Enfermagem.

A EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO INSTRUMENTO DE MELHORIAS E REORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO DO ENFERMEIRO FREIRE AO TRATAMENTO DE QUEIMADURAS DE ORIGEM TÉRMICA

Bianca dos Santos Freire; Marcos Vinicius Alves Ribeiro; Enoghalliton de Abreu Arruda

FASAP

ENFERMAGEM

Contatos: sbizinha@gmail.com

Resumo: O presente trabalho visa identificar a importância da Educação Permanente no cuidado prestado pelo enfermeiro ao paciente queimado, onde não se pode limitar apenas na técnica, precisa-se ser mais amplo, abordando não somente o queimado, mas também a família como um todo. Quem sofre com a queimadura, independentemente de sua extensão, passa a ser uma vítima de agressão física, pois vai além da dor, o seu psicológico se abala, principalmente com a questão da estética, porque querendo ou não, a queimadura vem e leva um pedaço do seu ‘Eu’. Nesse contexto, se faz necessária a educação permanente aos enfermeiros para que seja realizado um atendimento eficaz e de boa qualidade estando capacitados para atender, focado não só no cuidar da ferida, mas sim, do outro como um todo. Assim, apresenta-se como problema de pesquisa: “De que modo a assistência de enfermagem no tratamento de queimaduras possui relevância nos diversos processos do cuidado e frente à sequelas que determinam grande impacto na vida da vítima?”.

Para responder ao problema acima levantado, formula-se o seguinte objetivo geral: Caracterizar a relevância da assistência de enfermagem frente ao tratamento de queimadura e diante dos impactos gerados ao paciente. Para alcance do objetivo geral, elencam-se os objetivos específicos: Compreender a queimadura, seus fatores de riscos, prevenção e tratamento; Analisar a contribuição do enfermeiro e sua assistência perante paciente/família do queimado em todo seu contexto (Cuidado e Pós-cuidado); Descrever a importância da educação permanente frente às orientações e o atendimento realizado pelo enfermeiro. O método adotado neste estudo foi a Revisão de Literatura. Dentre os teóricos utilizados para a construção do presente estudo, podemos destacar: (Brasil (2012), Ribeiro; Motta (2003), Rossi; Carvalho (2002). O presente estudo identificou que, no que se diz respeito à Educação Permanente como forma de preparo e aprimoramento dos profissionais para a prática e protocolos de atendimento do paciente queimado, as medidas e conhecimentos encontrados na pesquisa bibliográfica, ao serem adotadas, o cuidado humanizado será alcançado e o tratamento por ser muito doloroso passa a ser suportável, tornando uma vida social mais fácil.

Palavras-Chave: Educação Permanente, Queimadura, Assistência de Enfermagem

A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM DURANTE O ATENDIMENTO IMEDIATO AO RECÉM NASCIDO NA PARADA CARDIORESPIRATÓRIA

Renata Ferreira Souto; Vanessa Gutterres Silva; Enoghalliton de Abreu Arruda
FASAP
ENFERMAGEM
Contatos: renaafsouto@gmail.com / (22) 98118-7995

Resumo: O presente trabalho visa identificar a importância da assistência de Enfermagem no atendimento imediato ao recém-nascido (RN) com parada cardiorrespiratória, onde serão pesquisadas as principais condutas utilizadas pela equipe de enfermagem. Pretende-se fornecer orientações para redução de danos e agravos no quadro clínico do recém-nascido, também apresentar as principais causas e fatores de risco relacionadas à saúde do neonato. A escolha do tema se deu a fim de buscar e conhecer como as intervenções de enfermagem podem ajudar no processo de reanimação cardiopulmonar (cardiorrespiratória) no recém-nascido e contribuir para a diminuição do Índice de Mortalidade Neonatal no Brasil. Procurando entender como os Manuais e Protocolos podem auxiliar na qualificação dos profissionais de enfermagem e ampliar seus conhecimentos para execução de ações, afim de reverter quadros de parada cardiorrespiratória. Diante do exposto, o enfermeiro possui papel fundamental na coordenação da equipe e gerenciamento da assistência prestada ao paciente. A necessidade de promover orientações no atendimento da equipe de enfermagem, de modo a prepará-los para prestar atendimento imediato, contribui para o aumento de sobrevivência do recém-nascido. Busca-se através desse estudo, responder a problemática: “Qual a importância do atendimento realizado pelo enfermeiro frente a parada cardiorrespiratória neonatal?”. A fim de responder ao problema acima levantado, utiliza-se como objetivo descrever as práticas assistenciais empregadas nos protocolos de reanimação neonatal, descrevendo os sinais de Parada Cardiorrespiratória, apresentando os principais protocolos e procedimentos utilizados pelos profissionais de saúde, além de relatar a

importância do conhecimento teórico e prático do enfermeiro no atendimento ao RN na sala de parto e por fim, discorrer sobre a assistência de enfermagem na realização de manobras e ressuscitação cardiorrespiratória. Ante todo o exposto, foi possível concluir que o enfermeiro possui papel fundamental no processo de reanimação cardiorrespiratória do recém-nascido, na assistência prestada ao paciente e na coordenação da equipe na hora do parto, especialmente aqueles em que ocorrem agravos inesperados. O presente tema possui grande relevância, uma vez que busca auxiliar os profissionais da área a tomarem as medidas necessárias na hora da emergência, levando em conta seus conhecimentos práticos e teóricos.

Palavras-Chave: Recém-nascido, Parada Cardiorrespiratória, Enfermagem.

A IMPORTÂNCIA DO PROTOCOLO DE SEPSE E SINAIS DE ALERTA NA ABORDAGEM INICIAL: uma contribuição da assistência de enfermagem

Rafaela Lessa Tissi; Vanessa Gutterres Silva
FASAP

ENFERMAGEM

Contatos: Rafaelatissi97@gmail.com / (22) 99856-3272

Resumo: A sepsé é o conjunto de reações de inflamações sistêmicas a uma resposta inflamatória iniciada por infecção suspeita ou confirmada. O prognóstico e tratamento precoce estão diretamente relacionados à redução dessa alta incidência e letalidade. Este trabalho objetiva descrever sobre a importância da implantação e sensibilização dos profissionais de saúde a respeito do protocolo de sepsé, descrever sobre os sinais e os principais tratamentos indicados e discorrer sobre a importância da assistência de enfermagem na recuperação do paciente séptico. Para isso, adotamos uma metodologia de revisão bibliográfica com abordagem descritiva realizada a partir de artigos, sites relacionados à saúde, livros, Instituto Americano de Sepsé, Santos e Caneloro. Os resultados apontam para a importância do enfermeiro no reconhecimento precoce da Sepsé, por estar na assistência direta, intervindo de forma resolutiva, fundamentado em conhecimento científico e educação continuada, reduzindo a mortalidade e os altos custos hospitalares ao paciente de alta complexidade. Conclui-se que o tratamento da sepsé acarreta custos altíssimos, e registra baixos índices de sobrevivência. A utilização de protocolos da sepsé auxilia na assistência de qualidade. Assim, é fundamental o reconhecimento precoce da sepsé, diminuindo a mortalidade dos pacientes. O enfermeiro é o profissional com grande responsabilidade na identificação e percepção das manifestações clínicas ocasionadas pela sepsé, portanto o plano de cuidados assistencial e humanizado voltado para estas alterações, é extremamente necessário.

Palavras – chave: Sepsé, Protocolos de Sepsé, Tratamento.

A PERCEPÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM SOBRE OS ASPECTOS EMOCIONAIS DA PESSOA EM HEMODIÁLISE

Micaela Gouveia Santana; Marcos Vinicius Alves Ribeiro; Enoghalliton de Abreu Arruda
FASAP
ENFERMAGEM

Contatos: mgsantana0703@gmail.com / (22) 98133-5816

Resumo: O presente trabalho visa evidenciar a importância da terapia renal substitutiva, em específico a hemodiálise, na vida do portador de IRC e a relevância que a enfermagem apresenta frente ao tratamento. A perda funcional decorrente da doença transforma a vida do indivíduo de modo global, não se limitando somente a parte fisiológica. O tratamento é imprescindível para o paciente que já atingiu o estágio terminal da doença, pois o sistema renal é vital para o funcionamento do organismo humano. A enfermagem tem um papel ativo no tratamento de HD, pois é a executora de todo o processo, não só responsável pelo manuseio dos equipamentos como é o apoio emocional e informativo dos pacientes durante a terapia. Há um crescimento considerável de pessoas que apresentam insuficiência renal terminal e, diante disso, a doença já se tornou um preocupante problema no cenário atual da saúde pública do país. Diante de tais circunstâncias, fica clara a importância de profissionais capacitados que visam um trabalho humanitário no atendimento aos pacientes submetidos a hemodiálise, levando em consideração as mudanças que esse recurso terapêutico apresenta como um todo. Assim, apresenta-se como problema de pesquisa: “De que modo a equipe de enfermagem pode melhorar sua assistência ao portador renal crônico, levando em consideração a leitura que os mesmos fazem dos aspectos emocionais e comportamentais dos pacientes?”. Para responder ao problema levantado, formula-se o seguinte objetivo geral: Conhecer a percepção da equipe de enfermagem sobre os aspectos emocionais do paciente submetido à hemodiálise. Para alcance do objetivo geral, listam-se os seguintes objetivos específicos: Descrever parte do tratamento de hemodiálise e as principais mudanças na vida do paciente submetido a esta terapia; Relatar a percepção da equipe de enfermagem sobre os sentimentos que envolvem o paciente em tratamento hemodialítico e os laços afetivos que os cercam; Estimular a autorreflexão dos componentes da equipe sobre propostas alternativas na promoção de mudanças, ajudando os pacientes no tratamento. A metodologia adotada neste estudo seguiu o modelo de pesquisa qualiquantitativa, a qual se teve como instrumento de coleta de dados e informações uma entrevista realizada com oito componentes da equipe de enfermagem da Clinefron - Tratamento Dialítico e Serviços Médicos, localizada no município de Santo Antonio de Pádua-RJ. Conclui-se que mediante tais relatos apresentados na entrevista, a equipe de enfermagem sente-se consideravelmente capacitada para lidar com os principais problemas apresentados diante do cenário vivenciado pelo portador de IRC. Embora o tratamento apresente uma mudança brutal na estrutura fisiológica do paciente, o aspecto emocional ganha enfoque, pois há um turbilhão de emoções envolvendo esses indivíduos que, além do medo, muitos não conseguem lidar com o novo.

Palavras-Chave: Insuficiência Renal Crônica, Enfermagem, Hemodiálise.

A PROFISSÃO DE ENFERMEIRO SOB A ÓTICA DOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM

Gustavo da Silva Malhano; Arandir de Souza Carvalho; Enoghalliton de Abreu Arruda

FASAP

ENFERMAGEM

Contatos: gustavosmalhano@gmail.com / (22) 981269694

Resumo: A construção do conhecimento e a percepção dos acadêmicos de enfermagem configuram-se uma importante ferramenta aos avanços conquistados pela profissão, em âmbitos social, acadêmico e pessoal. Diante desse fato, o presente estudo tem como objetivo geral demonstrar a percepção do acadêmico de enfermagem acerca da profissão e as suas atribuições profissionais. Parte-se da hipótese que, muito embora os acadêmicos de enfermagem escolham a enfermagem como uma profissão futura à realização das atividades laborais e ao sustento pessoal, os discentes ingressos no curso não possuem a clareza e o conhecimento quanto às principais atribuições do enfermeiro no contexto do cuidar, fazendo a escolha pelo curso pelos mais diversos motivos. Este estudo traz à luz como problema: “qual a percepção dos acadêmicos de enfermagem acerca da profissão que dará sustentação às suas práticas profissionais?” Para responder a esta questão norteadora o objetivo geral propôs demonstrar a percepção do acadêmico de enfermagem acerca da profissão e as suas atribuições profissionais. Os específicos visaram descrever as atribuições privativas e comuns do enfermeiro no tocante à Lei do Exercício Profissional; identificar, de acordo com o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, quais os direitos, responsabilidades e deveres em consonância com o processo de educação. Para a construção de literatura deste trabalho, utilizamos a bibliografia de autores como: Dumêt Fernandes e Rebouças (2013); Brasil (2001); Kletemberg (2010). Trata-se de um estudo transversal epidemiológico com caráter exploratório e por meio de uma abordagem quantitativa, o qual teve como instrumento a aplicação de um questionário aos estudantes ingressos no primeiro período do curso de graduação em enfermagem da Faculdade Santo Antônio de Pádua, no estado do Rio de Janeiro. Os resultados obtidos demonstraram a necessidade de expansão de conhecimentos acerca da profissão de enfermagem, antes e durante a graduação, com foco na construção dos saberes transmitidos pelo corpo docente e nas legislações que sustentam a profissão. Foi possível concluir que os estudantes ingressos não possuem uma percepção real das atividades do profissional enfermeiro e manifestam sua escolha através de um olhar idealizado com base na empatia e sentimentos sobre o cuidar.

Palavras-Chave: Acadêmicos de Enfermagem, Ensino-aprendizagem, Profissão, Enfermeiro.

A RELEVÂNCIA DO ENFERMEIRO ATUANTE NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE NOS CONTEXTOS DA ADESÃO À VACINAÇÃO

Larisse de Souza Lessa; Enoghalliton de Abreu Arruda; Vanessa Gutterres Silva
FASAP

ENFERMAGEM

Contatos: larisselessa9@gmail.com / (22) 99939-7332

Resumo: O presente trabalho visa demonstrar como o ato de vacinar envolve uma relação entre a população e os profissionais de saúde, transcendendo o ato de uma administração medicamentosa. Uma vez que a equipe de enfermagem tem maior contato com o usuário, é de fundamental importância ressaltar seu poder de intervenção no que diz respeito à educação em saúde ao orientar os usuários sobre o valor da vacinação. Como vacinador, o profissional de enfermagem tem a oportunidade de agir como educador no momento da vacinação, transmitindo informações fundamentais referentes à prevenção de doenças, contribuindo para que as pessoas percebam o valor da imunização, definido como método capaz de evitar enfermidades. A vacinação é um meio protetor de grande importância para a população considerando-se que certifica proteção contra enfermidades. Torna-se então importante avaliar o processo de vacinação, ou seja, saber em que medida os serviços são adequados para atingir os resultados esperados, no que se refere à qualidade dos recursos disponíveis. Contudo, apesar do avanço nas coberturas vacinais no Brasil, do aumento da informação sobre a importância das vacinas e de sua disponibilidade nos centros de saúde, os dados ainda demonstram um alcance baixo se comparada com a meta do PNI (Programa Nacional de Imunizações). Dessa forma, o tema apresenta-se relevante pelo papel fundamental que o profissional de enfermagem exerce na orientação e informação de tão importante ação de saúde para a sociedade em geral, a vacinação. Assim, apresenta-se como problema de pesquisa: “Qual a importância do profissional de enfermagem da atenção básica na adesão à vacinação?”. Para responder ao problema acima levantado, formula-se o seguinte objetivo geral: Demonstrar a importância do profissional de enfermagem da atenção básica na adesão da vacinação. Para alcance do objetivo geral, enumeram-se os seguintes objetivos específicos: Compreender o cenário da atenção básica na saúde e dos programas de vacinação; Identificar os desafios enfrentados pelos profissionais de enfermagem; Analisar o papel do enfermeiro e suas estratégias na adesão à vacinação. A metodologia usada neste estudo seguiu o modelo de pesquisa qualitativa, a qual se teve como instrumento de coleta de dados e informações, uma entrevista realizada com cinco enfermeiros de instituições da rede pública do município de Pirapetinga, no estado de Minas Gerais. A entrevista conteve perguntas de caracterização da amostra, estruturada em quatro perguntas objetivas e cinco perguntas abertas na qual o profissional pôde responder de forma discursiva e de acordo com seus saberes. No estudo foram utilizados autores que deram foco na construção conceitual deste trabalho, destacando-se: Hochman (2011), Schutz (2012) e Oliveira (2013), assim como numerosos outros estudos voltados para o processo de adesão à vacinação. A qualidade das ações e o alcance das metas relativas às atividades de vacinação dependem da compreensão e do engajamento dos profissionais de enfermagem em ações de cunho coletivo, que incluem, além do ato individual de vacinar, acompanhamento, supervisão e informação consistente. Conclui-se que o enfermeiro representa o pilar da imunização, tanto no sentido do ato de vacinar em si, como na motivação da população procurar pelos serviços públicos de vacinação.

Palavras-Chave: Adesão, Imunização, Atenção Básica.

AS ATRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA SOB O OLHAR DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA E SAÚDE BUCAL

Maria Carolina Lopes de Souza ; Arandir de Souza Carvalho; Enoghalliton de Abreu Arruda
FASAP

ENFERMAGEM

Contatos: carol-lopees@hotmail.com / (22) 9 99512625

Resumo: A Lei Nº. 7.498, de 25 de junho de 1986, dispõe sobre o exercício profissional do enfermeiro traz como uma de suas atribuições privativas o planejamento, a organização, a coordenação, a execução e a avaliação dos serviços de saúde em quaisquer níveis de atenção. A nova Política Nacional de Atenção Básica fortalecida por meio da Portaria Nº. 2436, de 21 de setembro de 2017, corrobora com esta Lei ao definir as atribuições do enfermeiro que atua na atenção básica, trazendo à luz o planejamento, a organização e a avaliações dos serviços, investindo-o como um profissional instrutor e supervisor de uma equipe multiprofissional que atua na ótica da intersectorialidade e da transdisciplinaridade. Este estudo teve como objetivo demonstrar as percepções dos profissionais de saúde da família e saúde bucal acerca das atribuições do enfermeiro como membro da equipe, no âmbito da atenção básica. As bibliografias frequentemente utilizadas foram Fertoni (2015), Morosini (2018) e Thumé (2018). Trata-se de um estudo descritivo transversal, para o qual se utilizou a abordagem quantitativa e exploratória trazendo como questão-problema: “Os profissionais das equipes de saúde da família e saúde bucal conhecem as atribuições profissionais do enfermeiro como membro da equipe na Estratégia Saúde da Família, no âmbito da atenção básica?”. Os resultados obtidos demonstraram que os profissionais das equipes de saúde da família e saúde bucal, embora compartilhem do mesmo território adscrito, apresentam dificuldades de conhecer as reais atribuições profissionais do enfermeiro, muitas das quais são compartilhadas em seus cotidianos gerenciais e assistenciais. Muito embora a prática do exame de pré-natal de risco habitual seja uma realidade na atenção básica reservada ao enfermeiro de forma compartilhada ao médico de família este estudo demonstrou que os próprios profissionais das equipes, saúde da família e bucal (40%), disseram não ser uma realidade e 60% referenciaram o cuidado direto a pacientes graves e com risco de vida o que atualmente é uma diretiva do Ministério da Saúde, ou seja, o primeiro atendimento à urgência e emergência deve ser realizado na unidade básica de saúde, caso não haja repercussão hemodinâmica e assim, o cliente ser encaminhado à rede regionalizada e hierarquizada. A hipótese levantada foi de que, embora o enfermeiro represente um papel social importante como membro de uma equipe de saúde da família, os demais profissionais que a compõem e os profissionais da equipe de saúde bucal, apesar de compartilharem do mesmo território adscrito, apresentam dificuldades de perceber as suas reais atribuições profissionais o que se torna imperativa a reflexão acerca da presença da educação continuada e permanente como potencialidades no ambiente do trabalho.

Palavras-Chave: Sistema Único de Saúde, Estratégia Saúde da Família, Equipe de Saúde da Família

AS DIFICULDADES E OS DESAFIOS DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO NO PROCESSO DE TRABALHO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Geane Jesoé Tancredo; Arandir de Souza Carvalho; Enoghalliton de Abreu Arruda
FASAP
ENFERMAGEM

Contatos: geanetancredo@yahoo.com.br / (22) 9 97892710

Resumo: O Programa Saúde da Família (PSF), que por meio da Portaria Nº. 2488 de 21 de outubro de 2011, passou a se denominar Estratégia Saúde da Família (ESF) foi implantado pelo Ministério da Saúde, sendo uma iniciativa para fortalecer a atenção básica e readequar as ações, com atenção focada nos atendimentos às famílias, ofertando ações de promoção à saúde para a população adscrita. Diante deste contexto, este estudo teve como objetivo: identificar as principais dificuldades e os desafios encontrados pelos enfermeiros na execução e organização do processo de trabalho na Estratégia Saúde da Família no Município de Miracema-RJ. As bibliografias frequentemente utilizadas foram Portarias que definem a Política Nacional da Atenção Básica (2017); autores como Arantes (2016); Costa (2013) e Silva (2015). Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo e transversal com uma abordagem quantitativa e exploratória apresentando como questão norteadora: “quais as dificuldades e os desafios identificados pelos enfermeiros que compõem uma equipe de saúde da família em seus cotidianos assistencial e técnico-operacional? Os resultados obtidos demonstraram que a maioria dos profissionais apontou a falta de recursos, a ausência do curso introdutório previamente a admissão para o setor de trabalho e a dificuldade no entendimento de quais são os seus direitos e deveres que dão sustentação à prática profissional, o que, neste trabalho, representam entraves no cotidiano dos seus processos de trabalho. A Portaria Nº. 2527, de 19 de outubro de 2006 do Ministério da Saúde preconiza o conteúdo mínimo de 40 horas para todos os profissionais que irão começar a atuar na Estratégia Saúde da Família como um requisito obrigatório antes do início de suas atividades, sendo este constituído por períodos de concentração e dispersão e com no mínimo 40 horas semanais. Conclui-se que 85,7% dos participantes da pesquisa informou não ter participado do curso introdutório antes de iniciar seu trabalho na ESF. Através desse trabalho podemos observar que são várias as dificuldades encontradas pelo enfermeiro no cotidiano do trabalho, porém o reconhecimento dos direitos se destacou como a principal delas, uma vez que 57,1% dos participantes assinalaram esse fator como a maior dificuldade encontrada no seu cotidiano assistencial, gerencial e educacional de trabalho.

Palavras-Chave: Atenção Básica, Estratégia Saúde da Família, Processo de trabalho; Enfermeiro

AS INTERFACES DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO TRATAMENTO DO PACIENTE PORTADOR DE ESQUIZOFRENIA FRENTE AO CONTEXTO FAMILIAR E SOCIAL

Simara Meneses da Silva; Marcos Vinicius Alvez Ribeiro; Enoghalliton de Abreu Arruda
FASAP

ENFERMAGEM

Contatos: Simarabecker2016@gmail.com / (22) 981560554

Resumo: O presente estudo tem como finalidade descrever o impacto social dos pacientes portadores de esquizofrenia. Sendo uma doença crônica que acomete grande parte da população mundial, este transtorno se dá através, tanto de fatores sociais econômicos e psicológicos. A atuação do enfermeiro na assistência do paciente esquizofrênico é muito importante, pois o enfermeiro busca uma melhor aceitação da família e do paciente para o seu tratamento, buscando ressaltar a importância do convívio familiar frente aos cuidados do paciente, na importância do seu tratamento. O assunto abordado no texto sobre esquizofrenia busca elucidar os desafios de profissionais da enfermagem, pois a mesma se assemelha a outros distúrbios psiquiátricos, como alucinações auditivas e visuais, fugindo da realidade e dos sintomas. O paciente necessita de um cuidado, não somente específico, mas também do apoio emocional e efetivo de seus familiares, para que seu tratamento seja executado com eficácia. Temos como justificativa a diminuição do isolamento social e familiar para promoção de estratégias de um bom atendimento, tanto para paciente como seus familiares. Justificando, portanto, a relevância do presente estudo. Assim, apresenta-se como problema de pesquisa: “De que modo a assistência de enfermagem pode ser um importante instrumento no processo de abordagem ao paciente esquizofrênico e seus familiares?”. Para responder ao problema acima levando, formula-se o segundo objetivo geral: Analisar a importância da assistência de enfermagem aos familiares de pacientes portadores de esquizofrenia na busca de melhoria do processo socio familiar. Concluímos que no que se diz respeito à enfermagem e aprimoramento dos profissionais para a prática e atendimento dos portadores de esquizofrenia, as medidas e conhecimentos encontrados neste trabalho condizem com a pesquisa de campo, realizada no CAPS, pelos profissionais da Enfermagem. Ficando claro que o presente trabalho diz que a real importância da relação enfermagem x família e interação social ligada no tratamento continuado de atenção ao paciente, afinal, não basta que o portador de esquizofrenia receba toda atenção no tratamento de saúde por parte da equipe multiprofissional, mais que a família, dando continuidade a este tratamento, não só de forma medicamentosa, mais entendendo todo processo da doença, bem como proporcionar a este portador, atenção, respeito e carinho.

Palavras-Chave: Esquizofrenia, Assistência de Enfermagem, Família.

AS VERTENTES DA MEDICALIZAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: o enfermeiro como agente de transformação do cenário atual e caótico

Mariana Fernandes Caldeira; Enoghalliton de Abreu Arruda; Arandir de Souza Carvalho; Josely Ferreira Ribeiro
 FASAP
 ENFERMAGEM

Contatos: mariana_mfcal@hotmail.com / (22) 98105-5297

Resumo: A medicalização infantil de escolares atualmente tem sido um assunto em ascensão, pois medicalizam alunos na premissa de melhorar o processo de Ensino x Aprendizagem. Em decorrência deste fato, o presente estudo tem como objetivo retratar como os enfermeiros da ESF podem contribuir para a otimização do trabalho de educadores e a aprendizagem de educandos, analisar abordagem especializada de enfermagem a partir das condições psicossociais dos educandos, apontar a importância do profissional enfermeiro nas escolas e descrever sobre a ampliação do ramo da ciência para uma nova ótica de assistência de enfermagem humanizada e para melhoria no contexto de medicalização escolar. Com o aumento destas reclamações, levantamos a questão do papel do enfermeiro da ESF na avaliação da saúde no âmbito escolar, visando a educação em saúde de profissionais educadores e de seus alunos ali inseridos, além de avaliação psicossocial correta dos escolares, buscando articular maneiras de evitar a medicalização infantil, e com isso, evitar os agravos das dificuldades no seu desenvolvimento cognitivo futuro, também servindo como base para futuras pesquisas. Para a construção conceitual deste trabalho, utilizamos a bibliografia de autores como: Figueiredo; Tonini (2012), Foucaut (2010), Freitas (2014) e Gaudenzi; Ortega (2011). Trata-se de uma pesquisa qualiquantitativa, na qual utilizou-se a entrevista aplicada a Enfermeiros atuantes na ESF e diretores de escolas, ambos inseridos na rede pública do município de Pirapetinga/MG, na região da Zona da Mata Mineira. Os resultados apontaram que os profissionais, tanto educadores quanto profissionais de saúde, não obtêm conhecimento sobre o processo de medicalização e seus efeitos nas crianças e jovens, além de enfermeiros das unidades não praticarem intervenção de saúde nas escolas. Portanto, compreendemos que a presente pesquisa possui vasta relevância no que diz respeito à reorganização do processo de trabalho de professores, para lidar com as diversas realidades socioculturais e psicossociais dos alunos, também para os profissionais de enfermagem e a equipe de saúde, pois para trazer transformações a esta realidade, devem buscar formas de análise individual e clínica dos alunos, objetivando transpassar as velhas concepções existentes no meio educacional/médico.

Palavras-Chave: Enfermagem; Educação; Medicalização Infantil.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO ESTÍMULO A AMAMENTAÇÃO

Raysa dos Santos G. de Souza e Vanessa Gutterres Silva
 FASAP
 ENFERMAGEM

Contatos: raysasgrippa@gmail.com

Resumo: O presente trabalho visa a importância da assistência de enfermagem no estímulo a amamentação, contribuindo para a qualidade de vida da mulher, criança e

comunidade. O leite materno é o melhor alimento para o recém-nascido (RN), pois é completo, amamentar favorece o vínculo afetivo entre a mãe e o bebê, com impactos positivos no estado nutricional, proteção contra infecções, avanço cognitivo e emocional. A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda a prática da amamentação exclusiva por seis meses e a manutenção do aleitamento materno acrescido de alimentos complementares até os dois anos de vida ou mais. A enfermagem tem um papel fundamental na conscientização e assistência durante a amamentação, informando sobre a importância do aleitamento materno exclusivo. Cabe ao profissional de enfermagem prestar assistência necessária quanto ao benefício da amamentação, facilitando esse processo, contribuindo na solução de possíveis dificuldades. Assim, apresenta-se como problema da pesquisa: Durante a assistência de enfermagem quais intervenções seriam efetivas para o aumento da prática de amamentação, considerando os benefícios para mãe e para o RN? Formulando-se o seguinte objetivo geral: Compreender a influência da assistência de enfermagem, como suporte social, em relação ao benefício do aleitamento materno. Elencam-se os seguintes objetivos específicos: Descrever a assistência de enfermagem no contexto do aleitamento materno; Analisar como os enfermeiros promovem, incentivam e apoiam o aleitamento materno durante a assistência de enfermagem no período gravídico puerperal; Identificar os benefícios do aleitamento para a mulher e o RN. O método adotado neste estudo foi a Revisão de Literatura. Concluímos que a Assistência de Enfermagem no Estímulo a Amamentação é extremamente importante, porém as práticas dos Enfermeiros devem ser reconsideradas e reavaliadas, pois podem influenciar diretamente no atendimento prestado ao paciente, as condutas realizadas talvez não sejam tão eficazes devido à falta de organização qualificada e humanização por parte dos profissionais de saúde.

Palavras-Chave: Aleitamento Materno, Amamentação, Enfermagem.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE AO PACIENTE COM INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO NO SETOR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Rodrigo Titoneli Caminha e Vanessa Gutterres Silva

FASAP

ENFERMAGEM

Contatos: Rodrigo-titonelli@hotmail.com / (22) 99737-6486

Resumo: O Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), popularmente conhecido como ataque cardíaco, é a doença que mais causa morte súbita no mundo, antes mesmo que o paciente chegue ao hospital. Suas manifestações clínicas mais comuns incluem dor e aperto no peito, do lado esquerdo que se estende para o membro superior esquerdo, com grande intensidade. O enfermeiro possui grande importância na atuação a esses pacientes, uma vez que o primeiro contato do mesmo é com esse profissional. Visando ampliar o conhecimento sobre a doença, o presente trabalho procura oferecer informações sobre as causas, conhecimento, diagnóstico e manifestação dos sintomas, assim como oferecer informações sobre os protocolos oferecidos no setor de urgência e emergência, enfatizando a importância da Sistematização da Assistência de Enfermagem. A questão norteadora que deu o escopo dessa pesquisa

é: O Enfermeiro atuante na Unidade de Urgência e Emergência está capacitado para realizar o diagnóstico, a estratificação de risco e fornecer a assistência ao paciente com Infarto Agudo do Miocárdio, conforme os protocolos existentes? Os objetivos que conduziram o presente estudo foram: Pesquisar a atuação do enfermeiro frente ao paciente com infarto agudo do miocárdio admitido no setor de urgência e emergência, conhecer a fisiopatologia do infarto agudo do miocárdio, os sintomas, os principais fatores de risco e a prevenção da doença, evidenciar a importância da estratificação de risco no setor de urgência e emergência e sua funcionalidade segundo os protocolos existentes, descrever os cuidados de enfermagem prestados ao paciente com infarto agudo do miocárdio no setor urgência e emergência. Conclui-se com esse estudo, que as síndromes coronarianas agudas constituem a principal causa de mortalidade no mundo e que mais de 50% das mortes por Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) ocorrem subitamente, antes mesmo que o paciente chegue à emergência. É de suma importância o conhecimento do profissional frente ao paciente com IAM e a realização da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), permitindo identificar as necessidades do paciente e priorizá-las. A SAE fornece assistências para a preparação de planos de cuidados, implementação das intervenções e avaliação de acordo com as necessidades de cada paciente, além da necessidade para a renovação de práticas e medidas assistenciais focadas principalmente no paciente com IAM. Os diagnósticos de enfermagem colaboram para análise das respostas diretas e indiretas ao IAM, com o foco no trabalho do enfermeiro que junto às questões sociodemográficas possibilitam uma investigação abrangente dentro das necessidades humanas de cada indivíduo.

Palavras-Chave: Infarto Agudo do Miocárdio, Enfermeiro, Urgência e Emergência.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE AOS PACIENTES ACAMADOS PORTADORES DE LESÃO POR PRESSÃO

**Marcus Vinicius Gonçalves Tavares de Oliveira; Marcos Vinicius Alves Ribeiro; Enoghalliton de Abreu
Arruda
FASAP
ENFERMAGEM**

Contatos: viniciusmvqto@hotmail.com / (22) 981709985

Resumo: Desde sempre que as feridas ocupam lugar de destaque nas civilizações, e nos dias de hoje não é diferente, elas representam um grave problema de saúde pública. Dentre elas destaca-se a lesão por pressão, que é umas das principais feridas acometidas nos dias atuais. Este tipo de ferida acomete majoritariamente um determinado grupo de pessoas, que é composto principalmente pelos acamados, que são paciente que necessitam de cuidados especiais, pois não conseguem se locomover por conta própria, impedindo de realizar suas necessidades por si mesmo. Diante essa situação, se faz necessário a atuação do enfermeiro. Considerando-se que esse papel é fundamental desde a prevenção, até a cicatrização, podendo citar também a importância da educação em saúde aos pacientes e seus familiares ou cuidadores. É de grande relevância que os enfermeiros se qualifiquem e se atualizem mediante aos cuidados com paciente que se apresentam acamados com lesões por pressão. Sendo assim, o enfermeiro pode evitar gastos, melhorar o custo-benefício e proporcionar uma melhor qualidade de vida aos pacientes. Desta forma, apresenta-se como problema de pesquisa: “De que forma a

atuação do enfermeiro pode contribuir para prevenir e tratar uma lesão por pressão em um paciente acamado e melhorar a qualidade de vida do mesmo e de seus familiares?”. Para atender ao problema mencionado no parágrafo anterior, formula-se o seguinte objetivo geral: Descrever a importância e as condutas realizadas pelo enfermeiro atuando frente a um paciente acamado com lesão por pressão. Para obter o objetivo geral, destacam-se os objetivos específicos abaixo: Demonstrar a classificação e estágios de uma lesão por pressão e algumas possíveis coberturas usadas para seu tratamento; Descrever sobre a educação em saúde frente a prevenção, locais vulneráveis e os fatores de risco para lesões por pressão; Relatar as diversas formas em que o enfermeiro pode contribuir no processo de cuidado ao paciente acamado com lesão por pressão. A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica. Sendo utilizados sites para pesquisas, tais como: Google acadêmico, SciELO, livros, protocolo para tratamento de feridas, manuais e cartilhas do ministério da saúde, artigos, dissertações e teses. Dentre os autores mencionados na pesquisa, destacam-se: Geovanini (2014), Hemorio (2010) e Moraes et al. (2016). Concluímos que lesão por pressão é uma ferida predominante nos dias atuais, atingindo muitas das vezes os acamados e que essa enfermidade pode causar graves consequências na vida desses pacientes, tanto na parte física como na psíquica, podendo levar os pacientes a óbito. Foi visto que o enfermeiro tem autonomia e conhecimentos nos cuidados dessa lesão, contribuindo como um papel fundamental nos cuidados desses pacientes. O trabalho também mostrou a importância da educação em saúde, pois direciona melhor a prevenção e retratou sobre relevância da avaliação numa ferida, visto que ajuda numa melhor escolha para o tratamento.

Palavras-Chave: Lesão por Pressão, Acamado, Assistência de Enfermagem.

CONHECIMENTOS DO ENFERMEIRO ACERCA DA PREVENÇÃO DO PÉ DIABÉTICO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E OS CONTEXTOS DA AMPUTAÇÃO

Paulo Aparecido Evangelista; Marcos Vinicius Ribeiro Alves; Arandir de Souza Carvalho
FASAP
ENFERMAGEM

Contatos: pauloaparecidoevangelista@gmail.com / (22) 98804200

Resumo: O interesse em desenvolver este estudo foi de conhecer como os profissionais das unidades de saúde desenvolvem suas ações e o plano de cuidado voltado para os pacientes portador de pé diabético e como a Estratégia Saúde da Família (ESF) pode contribuir para a educação e cuidado dos mesmos, assim executando da melhor forma possível a sua função, com o objetivo de solucionar os problemas de saúde da população. Diante do exposto, a Consulta de Enfermagem (CE) é uma das atribuições do enfermeiro desempenhada na atenção primária, integrada ao exame físico dos pés, que visa à prevenção de futuras complicações. A CE se aplica em um momento oportuno e adequado para desenvolver ações, que proporciona um contato direto com o paciente, permitindo uma avaliação consistente da pessoa com diabetes mellitus. Sendo esse uma oportunidade para desenvolver educação em saúde e apoio ao processo de autocuidado com os pés. A educação é um fator resolutivo no tratamento e prevenção das complicações do pé diabético, com isso o enfermeiro atuante na ESF deve estar capacitado a realizar orientações e educar os pacientes e familiares a respeito dos cuidados essenciais, o que justifica a

relevância do presente estudo para o contexto da enfermagem e, sobretudo, melhorias na qualidade dos portadores da diabetes. Assim, apresenta-se como problema de pesquisa: “Os enfermeiros atuantes nas ESF do município de Pirapitinga-MG possuem conhecimentos e habilidades para o processo de prevenção e cuidado frente ao pé diabético?” Para responder ao problema acima levantado, formula-se o seguinte objetivo geral: Analisar o conhecimento do enfermeiro em relação aos cuidados com o pé diabético nos contextos da ESF. Para alcance do objetivo geral, elencam-se os objetivos específicos abaixo: Descrever o conhecimento dos enfermeiros quanto ao exame físico dos pés; Observar a conduta dos enfermeiros da ESF frente às orientações de enfermagem na prevenção e cuidados com o pé diabético. A metodologia usada neste estudo seguiu o modelo de pesquisa qualitativa, a qual se teve como instrumento de coleta de dados e informações, uma entrevista realizada com quatro enfermeiros de instituição da rede pública do Município de Pirapitinga, no estado de Minas Gerais. Concluímos que no que diz respeito a diabetes mellitus, pé diabético e amputação, as medidas e conhecimentos encontrados na pesquisa de campo condizem com as encontradas na pesquisa bibliográfica, ou seja, estão atualizadas. Salientamos o quanto são importantes o conhecimento e a busca ativa, e orientações de cuidados a esses pacientes com diabetes mellitus, para que não haja complicações futuras e alto índice de lesões de pé diabético.

Palavras-Chave: Diabetes Mellitus, Pé- Diabético, Assistência de Enfermagem.

ENFERMEIROS DA ESF E A EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO INSTRUMENTO DE OTIMIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO JUNTO AOS ACS

**Nilmara Marcos de Souza; Enoghalliton de Abreu Arruda; Dinart Rocha Filho
FASAP
ENFERMAGEM**

Contatos: nilmaramarcos@hotmail.com / (22) 99992-3493

Resumo: A Estratégia Saúde da Família (ESF) tem como princípio a reorganização da Atenção Básica no país, de acordo com os mandamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) e é considerada pelo Ministério da Saúde e gestores estaduais e municipais como um plano de expansão, qualificação e consolidação da Atenção Primária à Saúde, por favorecer uma reorientação no processo de trabalho com maior capacidade de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos desse nível de Atenção à Saúde, de ampliar a contingência e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de favorecer uma importante relação custo-efetividade. Sabendo que é de responsabilidade do enfermeiro o preenchimento das fichas. Ainda existem as fichas ao qual os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) devem preencher, havendo também a deficiência em saber diferenciar uma visita domiciliar de um atendimento domiciliar entre os profissionais da área à qual é atribuição do enfermeiro como serviço burocrático, onde o mesmo tem que organizar e instruir os membros da equipe. Diante do exposto, podemos perceber que o enfermeiro tende a ter dificuldades quanto ao preenchimento das fichas na ESF junto aos ACS. Portanto, o presente estudo visa enfatizar aos enfermeiros que atuam na ESF a importância da educação continuada para que possam se aperfeiçoar, para atuar com total segurança nas atualizações das respectivas fichas a serem preenchidas. Assim, apresenta-se

como problema da pesquisa: "De que maneira o Enfermeiro atuante na ESF pode se capacitar de modo que estimule e proporcione a otimização do processo de trabalho dos ACS de sua equipe frente aos processos burocráticos do trabalho?". Para responder ao problema acima levantado, formula-se o seguinte objetivo geral: Demonstrar que a Educação Continuada no preenchimento das fichas é um importante instrumento de reorganização do processo de Enfermagem junto aos ACS que compõem a eSF. Para conhecimento geral, a metodologia, em qualquer pesquisa, direciona para a cientificidade do estudo. Como aponta Gil (2007), é possível através de experimentos, observações e medições, pelo emprego e desenvolvimento de um método, chegar ao entendimento dos fatos. Este estudo pretende trabalhar com as perspectivas e conhecimentos dos profissionais acerca das ações de Educação Continuada como forma de melhoria no atendimento ao usuário e buscar a compreensão do tema pesquisado. Dentre os parâmetros de integração adotada para a recente pesquisa, incluímos a busca realizada ao presente estudo. Vale ressaltar que demos preferência a pesquisa quantitativa com enfermeiros atuantes na área. Concluímos que no que diz respeito à Educação Continuada como forma de aprimoramento e preparo dos profissionais. Os resultados alcançados são demonstrados coletivamente por todos os profissionais que compõem a eSF, através de uma gestão compartilhada. A Educação Continuada propicia transformação no processo de trabalho, e além do mais proporciona capacitação dos atores sociais envolvidos no processo. Sendo assim, os profissionais têm a oportunidade de refletir sobre o processo de trabalho, buscando melhorias no atendimento, no acesso e na qualidade, aumentando o nível de satisfação da comunidade atendida.

Palavras-Chave: ESF; ACS; Educação Continuada.

O ENFERMEIRO FRENTE AO ATENDIMENTO DO PACIENTE IDOSO ONCOLÓGICO: o contexto da humanização

Wesley Teixeira Vieira; Enoghalliton de Abreu Arruda; Arandir de Souza Carvalho; Josely Ferreira Ribeiro
FASAP

ENFERMAGEM

Contatos: wesleyteixeira68@gmail.com / (22) 98152-2416

Resumo: Nos dias atuais, com o avanço da medicina, é possível se viver por mais tempo e com uma qualidade de vida melhor, devido a esse avanço na faixa etária da população é preciso que o profissional de saúde esteja sempre se atualizando das normas e práticas para se tratar o paciente idoso, em especial o portador de doenças crônicas como o câncer. Diante disso, entende-se que um atendimento acolhedor é de suma importância para um resultado positivo no tratamento do paciente idoso oncológico e para que esses resultados sejam otimizados, o enfermeiro deve ter um bom conhecimento sobre tal complicação e a família também deve estar presente no tratamento. Constata-se que o enfermeiro é de grande importância para se obter um resultado positivo no tratamento do paciente idoso, visto que ele será o profissional de saúde que terá mais contato com o paciente, o acompanhando diariamente, tanto nos hospitais como em suas residências. O estudo se deu através da busca de literatura objetivando entender como um atendimento acolhedor pode influenciar de maneira positiva no resultado final do tratamento do idoso, visto que é um paciente mais carente de atenção e carinho que os demais. Os objetivos que conduziram o

presente estudo foram: Descrever definições e conceitos do câncer; relacionar o paciente idoso e o câncer; mostrar as práticas de enfermagem frente a situação do câncer e o cuidado familiar. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, buscando as concepções conceituais de diversos autores em livros, artigos, dissertações e teses. Dentre os autores de maior relevância, destacam-se: Caetano (2006); Inca (2017); Ramalho (2007); Recco (2005); Santana (2007). Dessa forma, o presente estudo se faz relevante, para que através da literatura, possamos visualizar meios de grande valia para gerenciar com eficácia o processo de Enfermagem.

Palavras-Chave: Idoso, Paciente Oncológico, Enfermeiro, Tratamento.

PSICOLOGIA

O DESEQUILÍBRIO DO PROFESSOR EM MEIO ÀS INTEMPÉRIES DA DOCÊNCIA

Karinny de Oliveira Fonseca; Maria Clara Balbino; Adriana Chaves de Oliveira Ruback; Allan de Aguiar Almeida; Ana Lúcia Rodrigues de Barros

FASAP
Psicologia

Contato: analuciabarrospsi@gmail.com

Resumo: De acordo com o Dicionário de Língua Portuguesa, o estresse é um estado gerado pela percepção de estímulos que provocam excitação emocional e, ao perturbarem a homeostasia, levam o organismo a disparar um processo de adaptação caracterizado pelo aumento da secreção de adrenalina, com várias consequências sistêmicas. O estresse pode existir em qualquer profissão, mas algumas são mais sujeitas à exposição a esses estímulos externos que levam ao estresse. A docência é desafiadora e contém muitos obstáculos, apesar de ser extremamente necessária para a formação da sociedade. Há um grande descaso em relação ao profissional da educação, baixos salários, cobranças infundadas de pais e membros da escola, além de uma desatenção exacerbada dos alunos. Esse estresse pode gerar frustração no profissional e o impacto disso afeta a qualidade do ensino, o que faz com que o afastamento seja uma solução plausível. Nas pesquisas do Ibope, no ano de 2007, conclui-se que a grande maioria dos professores sofre de estresse, em especial os da rede pública. Grande parte disso se deve às condições precárias de ensino encontradas por esses profissionais, no entanto, deve-se ressaltar que o aluno tem direito ao melhor ensino possível de acordo com as condições oferecidas pela instituição, apesar do descaso. Sendo assim, os professores deveriam estar em boas condições físicas e mentais para exercer sua função. Encontra-se a manifestação desse estresse de diversas formas que serão apresentadas e analisadas mais tarde nesse mesmo estudo, como também serão os sintomas, causas e formas de prevenção e solução desse problema. A partir desse estudo, espera-se que seja notória a necessidade de um maior cuidado com a saúde mental dos profissionais

dessa área que influencia grande parte das outras. Ao fim desse estudo, ressalta-se, como já dito, a necessidade de um olhar respeitoso para os docentes, de forma que a profissão que dá origem a tantas outras fosse mais valorizada, evitando a evasão dos profissionais. Ao professor, deve-se pensar em gerar inteligência emocional para que lide com as intempéries da docência, resistindo aos obstáculos, descasos e estressores. Além de ter um cuidado com a alimentação, procurando sempre forma de aliviar a tensão causada pelos estressores, sendo ela um esporte, um exercício, música, dentre tantas outras formas de lazer. Todos os alunos merecem um ensino de qualidade, para que se forme profissionais qualificados e a sociedade possa funcionar de forma que beneficie a todos. A docência é louvável e cabe ao docente entender a sua importância na sociedade, olhando para si como peça fundamental nela. Cuidar da saúde mental torna-se então, um dever de quem quer exercer a difícil função de formar a sociedade com conhecimento, cultura e amor, que é fundamental para o exercício de qualquer função.

Palavras-chave: Estresse, Docente, Síndrome de Burnout.

ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA AO ESQUIZOFRÊNICO

Jeander Aguiar Silva dos Santos; Karinne Oliveira de Paula; Matheus Pereira Jesus;
Sorane Decothé Xavier Brum; Ana Lúcia Rodrigues de Barros

FASAP
Psicologia

Contato: analuciabarrospsi@gmail.com

Resumo: Em primeira análise, pode-se dizer que a psicologia tem um papel fundamental no acompanhamento e tratamento de pacientes que apresentam transtorno de esquizofrenia. Visto que, esse transtorno requer o uso de medicamentos, a psicologia e psiquiatria cooperam juntas, para alcançar o bem-estar e o equilíbrio desse indivíduo. Observa-se que, a Psicologia faz o uso de diversas abordagens que podem ser muito úteis frente ao paciente esquizofrênico. Abordagens essas, que focam em diferentes partes da vida desse indivíduo. Haja vista que, esta doença pode ocasionar pensamentos e comportamentos que afetam o paciente diretamente, de modo pessoal e socialmente, fazendo-se assim, necessária a maior busca e estudo por abordagens e métodos que possam minimizar as consequências dessa doença no cotidiano do indivíduo e oferecer uma melhor assistência ao mesmo. Dito isso, poder-se-ia apresentar a questão problema: De que modo a Psicologia deve orientar a família ou responsáveis do portador de esquizofrenia, a fim de que as relações interfamiliares sejam direcionadas ao suporte do tratamento do indivíduo? Acresce que, a assistência da Psicologia é fundamental e necessária para estabelecer a normatização no dia-a-dia do portador de esquizofrenia e, a preparação antecipada para situações em que sua doença o deixa vulnerável, fazendo-o assim, agir de forma eficaz e adequada e o prevenindo de novas recaídas que possam prejudicar o seu bem-estar. De certo modo, a Psicologia visa, portanto, auxiliar o paciente esquizofrênico de volta a realidade do cotidiano, o ajudando a se prevenir de situações de estresse e ainda outras, da qual ele tenha uma sensibilidade especial, bem como o mostrando suas limitações e seu potencial, como uma forma de alcançar a própria

autonomia tendo discernimento de sua capacidade física e mental. Conclui-se que a Psicologia deve manter um contato direto e constante com famílias que lidam com um indivíduo esquizofrênico, os auxiliando em como se comportar devidamente para o suporte do tratamento do indivíduo e, trazendo esclarecimentos crescente a respeito do que se trata esse transtorno, a fim de os tornar mais conscientes a respeito do que com o que estão lidando. De modo geral, é necessário e de extrema importância para o paciente, que a família demonstre amor, carinho, paciência, no dia-a-dia, fazendo com que esse indivíduo sintam-se seguro e amado, promovendo assim, um estado emocional mais estável. Sendo certo de que a medicina vive em constante estado de evolução, resta-nos a crença em que num futuro breve haverá a cura total para essa enfermidade.

Palavras-chave: Esquizofrenia, Psicólogo, Família.

DEPRESSÃO PÓS-PARTO, A IMPORTÂNCIA DE UMA PREVENÇÃO PSICOLÓGICA

Matheus Graciano de Pinho; Lilian de Oliveira Paiva Chagas de Souza; Jéssica Soares Lima; Sorane Decothé Xavier Brum; Ana Lúcia Rodrigues de Barros; Theresa Rachel Jacinto Bomfim

**FASAP
Psicologia**

Contato: analuciabarrospsi@gmail.com

Resumo: É inegável que a gestação é um período de mudanças físicas, emocionais e sociais na mulher, criando expectativas e diversas mudanças psicofisiológicas. Algumas mulheres podem vivenciar a gravidez como fonte de alegria e realização, outras podem sofrer alterações em sua saúde mental como a depressão, ansiedade e transtornos de personalidade. O estado psicológico da mãe pode afetar o filho que vai nascer devido a alterações hormonais ou fatores sociais que favorecem o surgimento ou agravamento de quadros psicológicos, principalmente transtornos depressivos e ansiosos. Diversos estudos já demonstraram a associação desses transtornos no desencadeamento do baixo peso ao recém-nascido, complicações na gravidez e nascimentos prematuros. A gravidez é considerada um dos momentos mais importantes para a sociedade, a mudança e as alterações de personalidade não acontecem apenas durante a gestação, ela continua após o parto pelo fato da adaptação entre os pais e a criança, a mudança no ambiente e isso não podemos negar que gera um grau de ansiedade muito grande, podendo levar ao quadro da depressão pós-parto. O presente estudo pretende esclarecer e demonstrar a importância do profissional psicólogo frente à prevenção da depressão pós-parto. De acordo com o estudo mencionado, ao longo deste artigo podemos concluir que a depressão pós-parto é pouco diagnosticada e se usa poucos métodos de rastreios e prevenções e por consequência pouco tratada. A puérpera se encontra em situação de adaptações e mudanças contínuas, muitas vezes com diminuição do suporte familiar, um grande fator para o desenvolvimento da DDP, o impacto na criança também é grande, desde o baixo peso ao nascer a problemas emocionais e baixo desenvolvimento cognitivo. Segundo o estudo relatado no artigo, vimos os danos que

a depressão durante e pós-gravidez pode causar negativamente para mãe e seu bebê, quanto para toda família e vida afetiva do casal. Concluímos que o pré-natal é de extrema importância para dar esse apoio na identificação de sentimentos depressivos em gestantes orientando-a na procura de um psicólogo. É de suma importância que os profissionais envolvidos estejam conscientes sobre o assunto, sensíveis para dar esse suporte às futuras mães, para que elas possam aproveitar de forma saudável em todos os sentidos esse momento.

Palavras-chave: Depressão, Pós-parto, Puerpério.

DEPRESSÃO E ANSIEDADE: AS VILÃS DA ADOLESCÊNCIA

Ana Carolina Braga Rabelo Ferreira; Laura dos Passos Derossi Alves; Lívia da Silva Gualter Bastos; Luísa Fernandes Moreno; Ana Lúcia Rodrigues de Barros; Enoghalliton de Abreu Arruda

FASAP
Psicologia

Contato: analuciabarrospsi@gmail.com

Resumo: A adolescência é a fase que ocorre a transição da infância para a fase adulta. Ela é considerada muito difícil de lidar, mas isso ocorre devido às mudanças físicas, psicológicas e sociais que ocorrem com os indivíduos. O adolescente forma sua identidade e sua responsabilidade, com isso, perde um pouco da proteção de seus pais; ele tem mais raciocínio e forma suas opiniões, suas relações sociais são aumentadas, pois ele se torna, portanto, um ser social. Todas essas mudanças que ocorrem em seu corpo podem ocasionar conflitos internos que geram emoções, insatisfações e ideias diferentes. Neste período de transição, o jovem começa a sofrer transformações físicas, assim, as formas do corpo vão adquirindo a imagem corporal de um adulto. Numa análise mais biológica, a puberdade inicia nos meninos quando há um aumento na produção de testosterona, ocasionando o desenvolvimento dos órgãos sexuais, pelos corporais, alterações da voz, aumento da massa muscular e o aumento da altura. Nas meninas essas transformações ocorrem quando os níveis de estrógeno aumentam, estimulando o crescimento e desenvolvimento dos seios e dos seus genitais. A maioria das emoções geradas nessa fase são caudadas pelas alterações hormonais. A agressão dos meninos e a depressão das meninas é um marcante atributo para alguns pesquisadores. Em vista disso, milhões de adolescentes sofrem de depressão e ansiedade, sentem falta de energia, irritabilidade, mudanças de humor, fadiga e vários outros sintomas. Por outro lado, todos esses indícios são considerados característicos do comportamento adolescente. Diante disso, criam-se indagações como: Por que a depressão e a ansiedade são doenças que devem receber atenção profissional adequadamente? Neste trabalho, mostrou-se que existem tratamentos que podem ser através de medicamentos ou por meio de acompanhamento psicológico. Mas antes de concluir

qual o tratamento adequado, precisa-se saber onde esta patologia influencia no comportamento do adolescente, assim, o foco do método vai ser mais preciso. Destaca-se, também, o grande papel da família nessa situação. A relação afetiva e segura é uma das formas de amparo mais importante, além de ser um assunto que deve ser falado na total liberdade, sem tabus. Feito isso, os pais saberão os sintomas e a gravidade causados por eles. Por fim, estar ciente dos sintomas e dos conflitos gerados por essa patologia, e também, ter consciência que o apoio da família faz toda diferença, faz com que o tratamento seja mais eficaz e assim pode-se minimizar o desenvolvimento da depressão e da ansiedade nesta fase.

Palavras-chave: Depressão, Adolescência, Família.

NÍVEL DE ANSIEDADE PRÉ-PROVAS EM ALUNOS UNIVERSITÁRIOS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS QUE ESTÃO INICIANDO E FINALIZANDO A GRADUAÇÃO

Joice Domingues Marques; Kátia Mello Santarém de Araújo; Raysa Figueira
Ferreira; Vitória S. de Paula Rangel

FASAP

Psicologia

Contato: katia-mello77@hotmail.com

Resumo: A ansiedade é um estado emocional motivado por um estímulo ameaçador e muitas vezes torna-se um transtorno que prejudica o aluno em vésperas de provas. Conforme Cassepp e Silva (2015) a noção de ansiedade contextualiza-se no âmbito acadêmico e investiga suas manifestações em alunos universitários, relatando conflitos vividos pelos mesmos. A proposta do pesquisa foi apresentar, comparar e mensurar as resposta dos iniciantes com as dos formandos; mediante tais respostas, buscar orientação junto ao corpo docente da instituição quanto a exercícios para uma melhor concentração na hora dos estudos, qual a mais indicada forma para se estudar, como se portar diante das avaliações e buscar um equilíbrio para minimizar os efeitos da ansiedade. Percebe-se que entre o início da vida acadêmica e a conclusão da mesma os graduandos passam por diversas fases; que vão desde a recompensa por sua dedicação e comprometimento culminando na formatura, como também encontramos aqueles que ficam pelo caminho, por conta dos mais diversos fatores; dentre os quais podemos citar a falta de maturidade, de comprometimento, questões financeiras e até o fato de que os mesmos estão cursando algo que não lhes agrada, mas sim aos seus pais. Muitos graduandos cursam a faculdade para eleger os sonhos dos pais ou avós e não seus próprios; seja por falta de orientação vocacional, ainda pouco valorizada, ou por imposição familiar. Muita vezes, entre esses intervalos, acontece a evasão do curso por causa de uma reprovação ou um rendimento acadêmico insatisfatório; o que na verdade foi apenas a mola propulsora para o abandono, pois que o mesmo já não estava satisfeito. Para a realização da pesquisa, foi utilizada a Escala de Ansiedade de Beck (BAI- 2008), que contém 21 perguntas, todas elas fechadas. A pontuação da escola vai de 0 a 3. OS dados ao final são somados, se o participante obtiver um resultado entre 0 -10, Mínimo; 11- 19, Leve; 20-30, Moderado; e 31-63, Grave. Compuseram a amostra, 44 graduandos de Psicologia,

do 2º e 6º períodos. A ansiedade gera insegurança, insônia, distúrbio do humor, palpitações e outros sintomas psicossomáticos; assim sendo, prejudica o bom desempenho de alguns dentre eles. O resultado apresentou nível de ansiedade Leve, se contrapondo aos resultados encontrados em Araújo et al. (2008), podendo ser refeita com novos instrumentos para a confirmação dos resultados obtidos.

Palavras chave: Ansiedade; Vida Acadêmica; Avaliação Psicológica.

IMPACTO DAS POLÍTICAS INTERNAS NA SAÚDE MENTAL DOS ALUNOS DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO SUPERIOR (IES)

Alessa Lanes Corrêa

Arthur de Mello Gonçalves

FASAP

Psicologia

Contato: arthurmellopeessoal@gmail.com

Resumo: Nesse presente trabalho, aborda-se a saúde mental relacionado ao impacto causado nos alunos de uma instituição de ensino superior (IES). Muito se tem questionado o quanto a saúde mental pode afetar a vida de um estudante universitário durante a graduação devido ao modelo educacional contemporâneo de forma tanto positiva quanto negativa. A saúde mental pode ser compreendida como algo que abrange o nível de qualidade de vida, seja essa, cognitiva ou emocional. Além dessa descrição, a saúde mental pode estar relacionada diretamente com o alcance da resiliência psicológica, que de acordo com Masten e Coatsworth (1998, s/p), conforme citado por Souza e Cerveny (2006, p. 119) se trata da “manifestação de competências e habilidades na realização de tarefas inerentes ao desenvolvimento humano tais como, o desempenho acadêmico”. Apesar disso, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), não existe uma definição concreta de saúde mental. Portanto, percebe-se que o conceito supracitado abrange mais do que somente a ausência de transtornos psicológicos. A qualidade de vida se faz presente no cotidiano do ser humano sendo considerada como uma “sensação íntima de conforto, bem-estar ou felicidade no desempenho de funções físicas, intelectuais e psíquicas dentro da realidade da sua família, do seu trabalho e dos valores da comunidade à qual pertence.” (NOBRE, 1995, p. 299). Porém precisa-se observar que todo ser humano está propenso a ter um desequilíbrio na qualidade de vida que sua rotina lhe proporciona e que não é através de coisas materiais que pode se encontrar uma homeostase para obter uma boa qualidade de vida. Este estudo tem como objetivo analisar o índice de prevalência de problemas de saúde mental em universitários compreendendo seus conceitos e definições. Para tanto realizou-se uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, como também uma coleta de informações tendo como base um questionário de cunho quantitativo. Considerou-se que o aluno sabe que a universidade nem sempre pode ser considerada a principal causa da alteração do índice de saúde mental dos alunos, mas também ele espera que a mesma deve se mostrar assistente quanto aos problemas que aparecem de antemão. O aluno passa por vários problemas e muitas das vezes sabe separar as influências causadoras da situação, porém ele tem a expectativa e acredita que a universidade deveria ser um

ambiente mais acolhedor. Cabe ao aluno-instituição saberem trabalhar em conjunto para que se possa estabelecer um equilíbrio quanto aos conflitos apresentados sobre o ponto de vista do aluno em relação a faculdade. A faculdade também deve se mostrar humana, quanto as demandas de desorganização interna dos alunos para que o ambiente não se torne um inimigo e sim um aliado.

Palavras-Chave: Saúde Mental, Universidade, Políticas Internas

AS INFLUÊNCIAS DO ESTRESSE NO DESEMPENHO ACADÊMICO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Ana Beatriz Silva Parreira ; Ana Paula Faria de Jesus Jardim Ramos ; Cecília Leite Abreu Ribeiro; Lorraine Abreu Calderon ; Thaynná Dias Gomes

**FASAP
Psicologia**

Contato: lorraine.calderon77@hotmail.com

Resumo: O excesso de incompreensão e exigências impostas pelas universidades acabam por prejudicar a vida dos alunos universitários e, conseqüentemente, esses mesmos se veem na necessidade de ajustar-se à tais exigências, que acabaram por expor os alunos à uma frequente situação de conflito, ansiedade, angústia e desestabilização emocional. De acordo com o relato de Ballone (2001), o estresse produz diversas mutações na composição química e na estrutura funcional do organismo humano. Algumas dessas mutações são imprescindíveis para a adequação do indivíduo à situação atual, podendo agir como mecanismos de defesa contra os agentes agressores. Todavia, algumas vezes, estas mutações podem proceder em danos. No entanto esse conceito ainda é erroneamente aplicado, sendo algo amplamente explanado pelo senso comum, que acabam por aumentar o número de pessoas “estressadas”. As redes de comunicação em massa têm veiculado esse conceito de forma indiscriminada, fazendo com que aumente de forma significativa os programas voltados para o controle de estresse. O estresse surge como uma consequência direta dos constantes esforços adaptativos da pessoa à sua situação existencial. O estresse nem sempre é um fator de desgaste emocional e físico, e sim, é um mecanismo natural de defesa do organismo. Recebem-se os estímulos internos e externos através do sistema nervoso e dependendo da forma com que esses estímulos são enfrentados poderão provocar alterações psicológicas e biológicas negativas, podendo levar ao estresse crônico. O interesse por essa pesquisa tem por objetivo principal: esclarecer, informar, e orientar a respeito do estresse em estudantes universitários, que por consequência do trabalho excessivo tem como resultado, um conflito tanto na parte física como mental, ocasionando assim, uma série de reações químicas no seu organismo, que acabam por provocar reações fisiológicas. Este artigo apresentou um pouco mais sobre a vida dos estudantes universitários que teve como objetivo verificar o comportamento fisiológico e psicológico do organismo diante do estresse acadêmico. o estresse afeta diretamente a produtividade dos discentes, dificultando assim seu rendimento acadêmico, na

medida em que o corpo encontra dificuldades para se adaptar a novas rotinas havendo esforço físico e mental em excesso, o organismo se depara com obstáculos nos quais ele acaba prejudicado, resultando em uma série de esgotamentos de origem, física, emocional, comportamental e cognitiva.

Palavras-chave: Estresse; Saúde; Universidades; Discentes.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: POR QUE DEVEMOS FAZER?

Jesiane Marins Lopes

FASAP

Psicologia

Contato: jesianemarins@hotmail.com

Resumo: A Orientação Profissional é um trabalho realizado por psicólogo ou profissionais capacitados que visa direcionar o orientando para a escolha de uma profissão. O que muitos não sabem, é que a Orientação Profissional pode ser iniciada desde o primeiro ano do Ensino Médio. No Ensino Fundamental o trabalho é mais voltado para Orientação Vocacional. Procura-se trabalhar técnicas, ferramentas e instrumentos que possam despertar nas crianças a noção sobre as profissões, tarefas, atividades e funções no mercado de trabalho, mas não é tempo de se falar sobre escolha profissional. Neste momento existe um processo maior de autoconhecimento. No Ensino Médio, esse processo de autoconhecimento permanece, porém com foco na escolha profissional, no vestibular e na sua atuação no mercado de trabalho. Muitos pais e educadores, ainda não investem neste tipo de trabalho. Os adolescentes se inserem no vestibular, sem a mínima noção sobre a matriz curricular dos cursos, sobre o ambiente acadêmico, sobre as possibilidades de atuação naquela profissão escolhida, sobre as mudanças na responsabilidade quando se inserem num espaço universitário, sobre a relação professor-aluno neste novo contexto, enfim, são muitas mudanças. Essas e outras mudanças levam, muitos adolescentes, a desistência. Quando isso acontece, a família se desespera, se culpa, culpa o adolescente e, as vezes, fazem pior, obrigam esse filho a permanecerem neste espaço, até que se conclua o curso. Escolher aos 17 e 18 anos de idade é uma tarefa muito desafiadora para o adolescente. Alguns, chegam nesta idade já com a certeza da sua escolha, outros completamente perdidos, outros influenciados pelas escolhas da família e dos amigos. O diálogo entre escola e família deve ser constante e muito claro. As escolas não podem apenas focar na entrega deste aluno pronto para uma boa pontuação nos vestibulares. Este aluno deve estar seguro sobre a sua escolha, ter uma boa pontuação, e o mais importante, permanecer feliz com a sua escolha, depois de concretizada. Porém, a Orientação Profissional não é realizada apenas na fase do vestibular. Quantos se formam e depois não sabem qual carreira seguir? Neste momento, a o trabalho de Orientação Profissional permanece, porém com enfoque na

sua carreira. É hora de descobrir aptidões e competências voltadas para atuação profissional. Na atual realidade de mundo que vivemos não existe mais aquela noção de quem escolheu saúde vai atuar apenas atendendo pacientes, por exemplo. Uma pessoa que escolheu alguma profissão na área da saúde, pode se tornar um empresário desse ramo, um escritor, um comunicador. Ou seja, você mantém sua escolha, porém exercendo suas aptidões e habilidades. Conclui-se que a Orientação profissional começa com um processo de autoconhecimento, depois de conhecimento sobre mercado de trabalho, depois de escolha da profissão e depois de carreira. Participar de um trabalho de Orientação Profissional não é algo supérfluo. Ele proporciona segurança, bem estar, satisfação no trabalho e comprometimento com sua profissão.

Palavras Chave: Orientação Profissional; Carreira; Adolescentes; Adultos; Pais; Educadores.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA PRÁTICA CLÍNICA

Jesiane Marins Lopes

FASAP

Psicologia

Contato: jesianemarins@hormail.com

Resumo: A avaliação psicológica é uma investigação que visa identificar os processos mentais e comportamentais de uma pessoa que o descreve como um ser ajustado ou desajustado em sociedade. Ela pode ter cunho clínico, psicossocial, neuropsicológico, de seleção, entre outros. Porém, exige expertise para colocá-la em prática. Mesmo os profissionais que optaram fazer apenas psicoterapia nos seus pacientes é importante que se tenha noção sobre o processo da Avaliação Psicológica. Conduzir a clínica, envolve fazer diagnóstico, para assim identificar quais técnicas e ferramentas serão melhor aplicadas frente ao caso. Como estamos falando de avaliação psicológica, não exigimos a utilização de testes psicológicos, mas exigimos uma escuta voltada mais para o diagnóstico, assim como uso de instrumentos e ferramentas. A Resolução CFP 006/2019 nos aponta que para a realização de um laudo psicológico e atestado é preciso o processo da avaliação psicológica. O atestado é muito comum na clínica psicológica e neste momento o psicólogo deve estar preparado para emití-lo. Além desse fator, o paciente precisa estar seguro de confidenciar sua vida e suas queixas a esse psicólogo. No momento que há o rapport, o paciente pretende continuar com esse psicólogo e não ser encaminhado a outro apenas para o processo de avaliação psicológica. A clínica psicológica tem exigido uma maior versatilidade na atuação profissional. Isso também pode ser sentido na nova resolução CFP 006/2019 quando aponta mais um tipo de documento; o relatório psicológico multidisciplinar. O psicólogo precisa saber quais são os profissionais que poderão dar suporte ao seu paciente, juntamente a psicologia. Quando esse paciente chega ao consultório e recebe seu diagnóstico, ele quer saber a quais outros profissionais pode se dirigir, quem pode dar continuidade ao seu tratamento. Portanto, faz necessário ter um conhecimento sobre outras especialidades da área da saúde para um encaminhamento adequado, tais como:

fisioterapeuta; terapeuta ocupacional; pediatria; nutricionista, endocrinologista; neurologista; psiquiatra e assim por diante. Avaliar psicologicamente um paciente no âmbito clínico é primordial para que atendido, família e outros profissionais se sintam seguros sobre quais formas deverão conduzir o presente caso e assim, um resultado mais eficaz seja encontrado.

Palavras chave: Avaliação psicológica; Atendimento Clínico; Documentos em Psicologia.

A INFLUÊNCIA DE CRENÇAS PARENTAIS NO ESTABELECIMENTO DA GUARDA COMPARTILHADA

Cristiane Moreira da Silva – UCP; Luís Antônio Monteiro Campos – UCP/PUC/UNESA; Silvia Maria Zalona Vieira - Mestranda – UCP; Angélica Scharder Dimitriou - Mestranda – UCP; Mayara da Rocha Lima - Graduanda – UCP; Heverton de Souza Muniz – Graduando – UCP
Psicologia
Contato: campox1@gmail.com

O estudo da cognição social é essencial para que se possa estabelecer um parâmetro sobre a construção da realidade e dos comportamentos a partir do tipo de interação social que se constitui entre os sujeitos, além de permitir que se compreenda a forma como eles percebem o ambiente ao longo da vida. Assim, pode-se entender que a pessoa enxerga essa realidade através das lentes cognitivas de suas características próprias, como valores, ideologias e crenças em interação com esse ambiente social. Assim, a presente pesquisa teve como objetivo investigar crenças de casais assistidos pela Defensoria Pública da cidade de Petrópolis no estado do Rio de Janeiro que se encontram em situação de conflito com relação ao estabelecimento do tipo de guarda dos filhos menores após a separação conjugal. A lei vigente determina que a guarda compartilhada é a forma ideal de exercício do poder parental e a define doutrinariamente como o compartilhamento da responsabilidade pela formação da criança através de decisões em conjunto e da participação de ambos no cotidiano da criança. No entanto, verifica-se que mesmo que o juiz estabeleça o regime de guarda determinado pela lei, as partes, frequentemente, não conseguem entrar em consenso, retornando ao judiciário mais de uma vez para solucionar problemas que aparecem no cotidiano do relacionamento parental. Foi realizado levantamento de crenças por meio da aplicação de questionário em 200 assistidos (96 homens e 104 mulheres) da Defensoria Pública, com processos judiciais junto à 1ª Vara de Família de Itaipava, para definição de guarda compartilhada. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário composto tanto por questões sócio demográficas quanto questões semiestruturadas sobre os processos de casamento, separação e conceito de guarda compartilhada, visando coletar informações sobre o tipo de crença subjacente a essa temática. Os resultados apontaram pouca clareza em relação aos papéis individuais e necessidade de negociações e decisões conjuntas. Os conflitos emergem pela dificuldade em transpor uma relação conjugal para uma relação parental e pela permanência de crenças que delimitam o papel do homem como provedor e da mulher como cuidadora. Entende-se que identificar as crenças subjacentes é fundamental

para estruturar o acompanhamento dessas famílias especialmente problematizando os papéis atribuídos ao gênero.

Palavras chave: Psicologia Jurídica; Guarda Compartilhada; Parentalidade; Conjugalidade.

CIÊNCIAS SOCIAIS

EDUCAÇÃO FÍSICA

A IMPORTANCIA DA ATIVIDADE FÍSICA NA INFÂNCIA PARA CRIANÇAS COM OBESIDADE

João Vítor Chacour; Caíque Ferreira; Wallace Burger; *Rodrigo Cunha de Mello Pedreiro*; *Bryelle Eccard de Oliveira Alves*

FASAP

Educação Física

Contatos: joaovitor_chacour2@hotmail.com

Resumo: A obesidade infantil é considerada atualmente, um dos principais problemas de Saúde Pública, pois afeta milhões de crianças no Brasil podendo desencadear problemas de saúde importantes como elevação dos fatores de risco para doenças cardiovasculares, colesterol alto, hipertensão, diabetes, problemas ósseos e até mesmo depressão. Ainda assim, causa forte impacto no bem estar psicológico, bem como na qualidade de vida. Ela é caracterizada pelo aumento do tecido adiposo e do peso corporal. Dois importantes fatores para a obesidade infantil é a baixa atividade física e os comportamentos sedentários. Essa pesquisa tem por objetivo, através de revisões bibliográficas, apresentar características gerais da obesidade infantil, avaliar as causas e consequências, assim como a melhor forma de tratamento e prevenção. Salientar aspectos práticos do tratamento, além da importância do exercício físico como forma de prevenção e possíveis ações capazes de ampliar a consciência dos pais sobre o excesso de peso de seus filhos e suas consequências. Para um bom desenvolvimento do artigo e para informações mais coerentes e verdadeiras, foi feito um diagnóstico em 20 artigos onde todos eles abordavam o tema obesidade infantil, grande parte desses artigos estavam no site de busca da Scielo e Google Acadêmico. Observa-se uma grande redução da prática regular de atividades físicas, em parte, decorrente dos avanços tecnológicos do mundo atual. O acesso facilitado aos celulares, o desenvolvimento de videogames mais interativos e instigantes, as atrações disponibilizadas por canais de televisão e pela internet, bem como a percepção de falta de segurança pública, retratada diariamente pela mídia, constituem

fatores que contribuem para a mudança em relação às formas de lazer das crianças fazendo com que elas apreciem mais as brincadeiras virtuais do que as antigas e tradicionais brincadeiras de rua. Nem todas as crianças apresentam as mesmas causas da obesidade, portanto deve-se preveni-la com medidas adequadas a cada diferente realidade vivida pela criança, além da participação ativa dos pais para incentivarem seus filhos a aderirem os bons hábitos e costumes.

Palavras-chave: Obesidade infantil, atividade física, saúde, crianças, hábitos.

A INFLUÊNCIA DO ESPORTE EM CRIANÇAS COM AUTISMO

Caio Santarém Barcelos Andrade; Isabela Alves de Andrade Lima; Lara Maria Bairral Jorge; Luan Picinini Souza; Thiago de Andrade Freitas; *Bethanea* Tostes; Bryelle Eccard de Oliveira Alves

FASAP

Educação Física

Contatos: isabela.alveslima@hotmail.com

Resumo: O autismo é um problema psiquiátrico que costuma ser identificado na infância, entre 1 ano e meio e 3 anos, embora os sinais iniciais às vezes apareçam já nos primeiros meses de vida. O distúrbio afeta a comunicação e capacidade de aprendizado e adaptação da criança. O autismo e os transtornos a ele associados formam um grande leque de estudo, porém, estudos de práticas esportivas direcionados aos autistas ainda são escassos. As crianças e jovens autistas em contato com o esporte e atividade física podem-se beneficiar, apresentando melhorias no cognitivo, motor e aprendizado que será levado para a vida toda, além de ser um fator decisivo para a socialização, por meio da comunicação com outras crianças, ajuda na motivação e autoconfiança. Apesar das práticas esportivas comporem um campo extremamente rico, vasto e variado de possibilidades que refletem a história, os hábitos culturais e as preferências das sociedades e dos indivíduos, cada modalidade esportiva apresenta o seu próprio conjunto de regras, códigos de conduta, táticas, técnicas específicas de movimentos, demandas físicas exigidas, raciocínio e cognição. Por isso, a inclusão da criança e do jovem autista neste universo esportivo requer um profundo entendimento das características cognitivas, sensoriais, motoras, de comunicação e de linguagem de cada criança e jovem com o qual se pretende trabalhar, assim como, de suas necessidades afetivas e sociais. A escolha da modalidade esportiva e das estratégias de ensino apropriadas são fatores essenciais para uma inclusão exitosa dessas crianças e jovens nos esportes. O primordial para considerar qualquer situação é a impulsão da interação global entre o professor, o aluno e o ambiente em que estão inseridos, isso vai de encontro com uma das principais condições utilizadas para caracterizar o autismo que diz respeito às interações sociais. A esperança é o motor de quem convive com o autismo. Primeiro, tem-se a esperança de que o olhar distante e o silêncio sejam timidez, que comportamentos descontextualizados sejam excentricidade, que diagnósticos feitos

sem exames sejam mais uma de tantas opiniões equivocadas de médicos (José Augusto de Oliveira Hugunin e Marlice Zonzin- Lei da esperança).

Palavras-chaves: Autismo; Esporte; Interações Sociais

DEFICIENTES VISUAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

João Vitor Robert Bom; Juliart Lopes da Silva; Gabriel Ferreira da Silva; Wallace Cantagalo Biebe; Thiago Azevedo; Bryelle Eccard de Oliveira Alves

FASAP

Educação Física

Contatos: 022988147686

RESUMO: Nos dias de hoje muito se tem falado em educação inclusiva. Sabemos que as escolas ainda têm muito que evoluir no que diz respeito a esse assunto, não só para acolher alunos com deficiência visual, mas alunos com outros tipos de deficiência. Há necessidade de capacitação de professores e em fazer adaptações para melhor receber esses alunos. Na sociedade moderna em que vivemos, onde recebemos estímulos visuais a todo instante, a pessoa com deficiência visual além de encontrar-se em desvantagem, ainda sofre com muitas dificuldades nos seus aspectos motor, social e emocional. As atividades motoras, principalmente os esportes acontecem de forma positiva e relevante para essas pessoas, trazendo os mais diversificados benefícios como: locomoção, equilíbrio, noção espacial, conscientização corporal, agilidade, amplitude dos movimentos em geral, maior integração com outros indivíduos, melhora da autoestima, e da autoconfiança. Com o presente trabalho, podemos perceber que estamos vivendo uma nova fase da educação, e hoje mais do que nunca o portador de necessidade educativa especial (ou deficiência) tem finalmente a garantia do seu direito constitucional ao acesso à educação. Para realizar o trabalho de inclusão de deficientes nas escolas, não é somente colocá-lo numa classe regular. Na inclusão, o portador de necessidade educativa especial não irá adaptar-se à escola, e sim, a escola lhe trará condições pedagógicas e estruturais para que ele a frequente. Também podemos perceber que é de extrema importância o apoio da família, nos ambientes sociais, religiosos e de lazer. Mas infelizmente vivemos numa sociedade muito excludente. Assim, para que a inclusão se concretize numa escola, deve haver uma conscientização bem ampla com as outras crianças e também, o conhecimento da deficiência daquela criança a ser incluída na escola, no caso, a criança com deficiência visual.

Palavras chave: Educação Física; Deficientes visuais; Inclusão

EXERCÍCIO FÍSICO COMO FATOR DE PREVENÇÃO DA OBESIDADE

Gabriel Souto; Ricardo Ferraz; Jeferson Batista; Vítor Barros; Rodrigo Ruback; Douglas Dopp; Bryelle Eccard de Oliveira Alves

Fasap

Educação Física

Contatos: soutogabriel11@gmail.com / (22)981283879

Resumo: A obesidade é o acúmulo de gordura no corpo, tendo relação direta como fator de desenvolvimento de doenças, causado quase sempre por um consumo excessivo de calorias na alimentação, superior ao valor usada pelo organismo para sua manutenção e realização das atividades do dia a dia. Logo essa revisão bibliográfica tem como objetivo mostrar a importância que o Exercício Físico tem quanto ao seu papel no combate à obesidade, pois trata-se de um estudo baseado em diversos artigos, selecionados minuciosamente para melhor compreensão, sendo resumido para que assim, o assunto seja compreendido pelo público em geral, não apenas ao da área de educação física. Para o presente trabalho, foram pesquisados artigos, dissertações e teses disponibilizados por alguns sites conceituados. É de suma importância para a Saúde Pública, o papel do Exercício Físico combate a obesidade considerando como meio de tratamento e prevenção dessa doença. Observou-se por meio de profissionais a sua relevância diante da assistência a pessoas com obesidade, pela atuação em ações de educação em saúde, destacando as doenças que essa patologia pode provocar, como já dito anteriormente, tendo como exemplo o sedentarismo, diabetes, baixa-estima a hipertensão, riscos cardiovasculares e ansiedade, apontando que é fundamental combatê-la, principalmente pelas proporções e ramificações que tem gerado e que ainda podem surgir futuramente. Pode-se concluir que o exercício físico possui um papel relevante no combate à obesidade visto que suas ações permitem a realização de práticas assistenciais que promovam a prevenção e a baixa incidência dessa enfermidade, seja por meio de exercícios físicos e a adoção de estilo de vida mais saudável, como uma forma não farmacológica do tratamento da obesidade, melhorando seu condicionamento e logo sua autoestima. Com uma alimentação saudável e práticas regulares de exercício físico, tanto crianças como adultos podem sim reverter um quadro de obesidade e viver saudavelmente, impedindo essa epidemia de se elevar.

Palavras-chave: Atividade Física; Prática Profissional; Obesidade; Prevenção

EFEITOS DO SUPLEMENTO *WHEY PROTEIN* PARA PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO

Paulo Ouvidio de Souza Junior; Gleyson Fernandes Dias; Francynne Masiero Silva; Paolla Rabelo Pereira; Ofélia Machado Mansur; Bryelle Eccard de Oliveira Alves

FASAP

Educação Física

Contatos: souzajr2000@yahoo.com.br, tel. (22) 998093527

Resumo: Indivíduos praticantes de musculação estão procurando cada vez mais o uso de suplementos alimentares afim de melhorarem o seu desempenho como também a sua estética. A *whey protein* (WP) é um suplemento feito de proteína do soro do leite e são extraídas durante o processo de fabricação do queijo. Possuem alto valor nutricional, contendo alto teor de aminoácidos essenciais, especialmente os de cadeia ramificada. Pesquisas recentes demonstram que o seu uso está ligado a hipertrofia muscular e sua grande aplicabilidade na atividade física, principalmente pelos usuários de musculação, buscando resultados desejados no desempenho físico. Com base em várias propriedades funcionais das proteínas do soro do leite, discutiu-se os efeitos, vantagem e as contradições de seu consumo como suplemento alimentar para praticantes de atividade física (musculação). Esta primeira etapa deste projeto constituiu de uma revisão bibliográfica sobre o consumo do suplemento alimentar *whey protein* por praticantes de musculação, uma suplementação muitas vezes sem a orientação devida. Neste sentido, esta pesquisa estabeleceu uma segunda etapa para investigar o uso do suplemento alimentar e seus efeitos e consequências. Para tanto, foi elaborado um questionário contendo perguntas relacionadas a frequência de consumo, forma de consumo, objetivos para o consumo, quanto a indicação e possíveis riscos. A população estudada foi composta por frequentadores de academias de musculação localizadas nos municípios de Miracema, Santo Antônio de Pádua e Aperibé / RJ. Pretende-se a submissão deste projeto aos aspectos éticos de pesquisa, com elaboração de termo de consentimento livre para todos os participantes, assegurando o caráter voluntário da pesquisa por meio de questionário. Posteriormente será feita a análise quantitativa e qualitativa (através de métodos estatísticos) dos dados. Espera-se ampliar o conhecimento e compreensão do tema em questão buscando um bom aproveitamento acadêmico e profissional.

Palavra-chave: *whey protein*, suplemento alimentar, atividade física, desempenho físico.

EXTERNOS

ANÁLISE COMPARATIVA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E O PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO, AVANÇOS E RETROCESSOS

Josely Ferreira Ribeiro; Enoghalliton de Abreu Arruda; Dayse Martins Hora; Antônio Henrique Nunes Ribeiro;
Ana Maria Rocha
UCP

Doutorado em Educação

Contatos: josely@gmail.com / (32) 98427-5666

Resumo: O objetivo do presente artigo é analisar os avanços e retrocessos do programa mais educação (PME) a partir das mudanças ocorridas com a criação do programa novo mais educação (PNME). O PME foi uma estratégia indutora implementada pelo governo federal com a proposta de ampliação da jornada escolar em regime de tempo integral. O PNME foi produzido pelo governo federal em substituição ao PME. O PME foi criado pela Portaria Interministerial nº17/2007 e regulamentado pelo decreto nº 7.083/2010, e apresentou um novo cenário na educação integral em tempo integral no Brasil, constituindo-se como estratégia do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. Ao contextualizar os dispositivos legais, que regulamentam a educação em tempo integral em escolas públicas no Brasil, cabe aos pesquisadores retomarem os passos que foram traçados até a atual conjectura da política educacional de nosso país, visando atender a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9.394/1996) em seu artigo 34, que determina a progressiva ampliação do período de permanência dos alunos na escola, aumentando seu tempo escolar. O Programa Novo Mais Educação (PNME, 2016) vêm substituir a primeira versão da estratégia indutora de ampliação da jornada escolar, o PME/2007. O PNME/2016 foi criado pela Portaria nº 1.144/2016 e teve o seu fomento instituído pela Portaria nº 1.145/2016. É mais um capítulo na história da educação em tempo integral no Brasil, que depois da LDBEN vem se tornando alvo de ações e práticas públicas as mais diversificadas e se coloca no PNE/2014 como uma meta específica a ser alcançada: a meta 6. Os programas propostos pelo governo nos últimos anos tendo por foco a educação integral e o tempo integral apresentam fragilidades que precisam ser debatidas e problematizadas no âmbito acadêmico e no cotidiano das escolas, com a revisão dos projetos pedagógicas e sua execução. Outro ponto crítico, diz respeito à rotatividade dos atores que atuam nos programas analisados. O voluntariado estabelece um vínculo frágil com o trabalho a ser desenvolvido. Devido à precarização do trabalho, compreendida nesse contexto, os atores veem nessa atividade uma ocupação provisória, configurando a descontinuidade das atividades planejadas, a dificuldade de fortalecimento de vínculos com os alunos e toda comunidade escolar, implicando diretamente em prejuízo no êxito da proposta. Com objetivo melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar. Trata-se de um estudo qualitativo pautado na pesquisa documental e bibliográfica. Demonstrou a existência de dois programas com organizações diferentes, ambos com a proposta de ampliação dos espaços e tempos educativos para garantir a melhoria dos índices educacionais. Ambos os programas

apresentam fragilidades, apesar do empenho na criação de políticas educacionais pelo governo federal, é preciso que sejam consolidadas as ações propostas, pois é inegável que os programas têm a função de expandir a educação em tempo integral, porém a participação da gestão é de suma importância para a efetividade do programa.

Palavra-chave: Políticas Públicas Educacionais; Tempo Integral; Programa Mais Educação; Programa Novo Mais Educação

CAMINHOS PARA A DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA: O ESTADO DO CONHECIMENTO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Josely Ferreira Ribeiro; Enoghalliton de Abreu Arruda; Ana Maria Rocha; Antônio Henrique Nunes

Ribeiro

UCP

Doutorado em Educação

Contatos: josely@gmail.com / (32) 98427-5666

Resumo: A realização de uma produção científica é realizada em várias etapas. A definição do objeto de pesquisa é o passo fundamental para o delineamento dos desdobramentos subsequentes. Um processo importante, que antecede a realização da pesquisa, denomina-se aqui como *Estado do Conhecimento*. Essa investigação, conhecida como o *Estado do Conhecimento*, consiste em buscar sua relevância de um objeto de pesquisa partindo da identificação nas lacunas na produção científica. Como objetivo, apresenta-se a relevância desse procedimento que é apontada por Morosini (2015, p. 102), quando afirma que “*Estado de Conhecimento* é a identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área”. Essa pesquisa é realizada para levantar produções em um determinado espaço em periódicos, teses, dissertações e livros de um tema, em um determinado espaço de tempo. A metodologia utilizada foi a busca nos bancos de dados mais conhecidos nacionalmente e internacionalmente. Cabe-se destacar que foi dada preferência aos bancos de dados que detinham o conteúdo completo das produções, como o IBCDT, CAPES e Scielo. Conforme é apontado por Quivy, Campenhoudt (2005) o processo de consulta, sistematização dos dados e posterior análise acerca do que já foi produzido no campo do objeto pesquisado, sobretudo no mesmo país, Estado ou município em questão, é de suma importância para fundamentar e qualificar uma tese. Ressalta-se ainda que o Estado do Conhecimento, se constitui em uma importante fonte consistente para análise, evidenciando as lacunas existentes na produção acadêmica acerca do objeto em pesquisa. Esse autor ainda propõe uma outra contribuição do Estado do conhecimento que está em romper com os “pré-conceitos” existentes. Nas palavras do autor, esse processo de ruptura com os “pré-conceitos” significa que há a necessidade de “romper com os preconceitos e as falsas evidências, que somente nos dão a ilusão de compreender as coisas. A ruptura é, portanto, o primeiro ato constitutivo do procedimento científico”. (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005. P. 25). É nesse sentido, que destaca-se a importância desse processo de “afastamento”, “ruptura” com o que é considerado óbvio em uma pesquisa. Esse procedimento analítico permite o pesquisador a observação de seu objeto sobre outros olhares.

Justifica se a realização do *Estado do Conhecimento* por considerar que o pesquisador esta “exageradamente” permeado de “crenças e saberes sobre seu objeto”. Nesse “mergulho” nas produções acadêmicas, permite se que esse movimento seja desfeito. Na medida em que se distancia desses saberes prévios, passa se observar seu objeto sob um outros olhares, considerando outras perspectivas acerca do objeto pesquisa.

Palavra-chave: Estado do Conhecimento; Pesquisa; Produção Científica

DOENÇA ATEROSCLERÓTICA E RISCO CARDIOVASCULAR

Jéssica de Abreu Arruda; Luciana de Oliveira Fumian Brasil
UNIG
Medicina

Contatos: jessicafarma@gmail.com / (32) 99999-2670

Resumo: As Doenças Cardiovasculares (DCV) representam a principal causa de mortalidade no mundo. Elas matam mais do que qualquer outra enfermidade. Estima-se que 17,7 milhões de pessoas morreram por essas doenças em 2015, o que representa 31% de todas as mortes em nível global. Desses óbitos, aproximadamente, 7,4 milhões ocorrem devido às doenças cardiovasculares e 6,7 milhões devido a Acidentes Vasculares Cerebrais (AVC) (OPAS, 2019). Grande parcela das mortes por doenças cardiovasculares, mais de três quartos, ocorrem em países de baixa e média renda. Das mortes prematuras por doenças crônicas não transmissíveis, ou seja, em indivíduos menores de 70 anos de idade, 82% destas ocorrem em países subdesenvolvidos e 37% são em decorrências das doenças cardiovasculares. Essas doenças incluem um grupo de patologias do coração e vasos sanguíneos, como a doença coronariana, a cerebrovascular, a doença arterial periférica, a doença cardíaca reumática, entre outras. A principal causa de doença coronariana é a aterosclerose, uma doença complexa composta por processo inflamatório crônico e sistêmico que acomete a camada íntima das artérias, e se dá pela acumulação e oxidação de lipoproteína de baixa densidade (LDL) (OPAS, 2019; BROGES; MESQUITA, 2016). Os fatores de risco ou aterogênicos são: tabagismo, dislipidemias, sedentarismo, obesidade/sobrepeso, Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), Diabetes Mellitus (DM), dieta pobre em vegetais e frutas, uso de álcool e drogas, stress psicossocial, idade acima de 45 anos para o sexo masculino e acima de 55 para o sexo feminino, fatores genéticos (FREIRE et al., 2017). A palavra aterosclerose tem origem no grego, onde “atero” significa pasta ou calto e “esclerose” endurecimento. Esta é uma doença lenta e progressiva que está associada a múltiplos fatores aterogênicos que desencadeiam respostas celulares e moleculares específicas. O acúmulo de lipídeos, células fibrosas e inflamatórias que se depositam na parede das artérias são os responsáveis pela formação das placas de ateroma ou estrias de gordura que ocasionam a obstrução da mesma (GOTTLIEB; BONARDI; MORIGUCHI, 2005). Estratégias de saúde pública, como as intervenções comunitárias, têm sido inseridas em vários países desenvolvidos e em desenvolvimento, como forma de enfrentamento das DCV a partir da perspectiva de

risco, implantando e fortalecendo os princípios da prevenção e da promoção, através de ações integradas com a participação efetiva da comunidade, corroborando para a mudança de seus comportamentos e hábitos de vida, na tentativa de reduzir os riscos para doenças cardiovasculares (OPAS, 2018).

Palavras-chave: Doenças Aterosclerótica; Risco Cardiovascular; Hipertensão Arterial

LOGÍSTICA REVERSA: EM BUSCA DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E AMBIENTAL

Tullio Anderson Leite Cornélio; Jéssica de Abreu Arruda; Enoghalliton de Abreu Arruda; Ilson Viana de Magalhães Júnior

FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS ALVES FORTES
Administração

Contatos: tullioanderson@hotmail.com / (32) 99912-5903

Resumo: Os avanços tecnológicos fizeram surgir um número cada vez maior de novos produtos consumidos no mercado, ocasionando um crescimento significativo de materiais descartados. Estes avanços tecnológicos e o consumismo das sociedades modernas têm levado a população a utilizar cada vez mais materiais descartáveis, diferente de tempos passados, quando a maioria do material descartado era composto por resíduos vegetais e animais, que se decompõem naturalmente. Assim, de forma a contribuir com a minimização do efeito dos resíduos sólidos, a questão que se pretende desenvolver no presente estudo é: quais fatores ou elementos da Logística Reversa influenciam o reaproveitamento dos resíduos urbanos e como a legislação e as ações governamentais têm influenciado esta atividade? Muitas empresas têm recorrido à logística reversa para minimizar grandes impactos ambientais, com a intenção de atender as legislações e conquistar a confiança de consumidores que se encontram cada vez mais preocupados com o meio ambiente e buscam constantemente a redução de agressões à natureza. Assim, o estudo se justifica, pois alternativas para a solução ou minimização dos impactos ambientais causados pelo excesso de lixo nas áreas urbanas têm sido buscadas por estudiosos, governos e sociedade civil. O objetivo deste estudo foi identificar as contribuições da logística reversa na busca por um equilíbrio econômico e ambiental. Para tanto, o estudo primeiramente apresentou os conceitos de logística e logística reversa, apresentando a logística do pós-venda e do pós-consumo. Em seguida, analisou os aspectos ambientais e as contribuições da Política Nacional de Resíduos Sólidos à questão ambiental. Posteriormente, foram descritas as vantagens econômicas e financeiras da implementação da logística reversa nas empresas. Por fim, foram descritas as possibilidades de equilíbrio econômico e ambiental, em busca de um desenvolvimento sustentável. O Brasil vem enfrentando o grande desafio de implementar uma política nacional que viabilize uma diminuição da produção de resíduos sólidos e uma disposição final adequada, pois a grande maioria dos municípios no país o fazem em lixões, contribuindo para problemas graves na saúde da população e do meio ambiente. A coleta seletiva se mostra como a melhor alternativa para a diminuição do lixo urbano e para a captação de produtos descartáveis, se antecipando ao problema do descarte dos resíduos, pois ocorre antes da mistura do lixo, tornando uma melhor qualidade do material destinado à reciclagem.

Assim, de acordo com a literatura estudada, é possível concluir que a logística reversa pode trazer benefícios sociais, econômicos e ambientais, pois o reaproveitamento de materiais minimiza os efeitos maléficos ao meio ambiente. No entanto, para que o planejamento logístico proporcione resultados favoráveis para as organizações, é necessário que esteja bem estruturado, sendo necessários avanços para que se possa obter resultados mais promissores.

Palavras-chave: Logística Reversa; Resíduos Sólidos; Impactos Ambientais

O IDEB CURRÍCULO E PODER NAS RELAÇÕES ESCOLARES

Josely Ferreira Ribeiro; Denize Amorim; Gessiedna Pereira de Souza Silva; Enoghalliton de Abreu Arruda; Antônio Henrique Nunes Ribeiro
UCP

Doutorado em Educação
Contatos: josely@gmail.com / (32) 98427-5666

Resumo: A busca pela qualidade educacional no Brasil tem levado o cenário das Políticas Públicas a buscar caminhos que levem a implantação de um currículo específico para as avaliações do IDEB. Criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), foi um dos primeiros movimentos de Políticas Públicas formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Por ser um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da educação, ele é medido em três etapas, a saber: no ensino fundamental com duas avaliações nas séries iniciais, uma na série final e no ensino médio. Segundo o Ministério da Educação (MEC), como o IDEB é um mecanismo de política pública para averiguar o nível de qualidade educacional, verifica-se que em um só indicador se obtém os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Para tanto, as avaliações do Ideb reúnem abordagens pedagógicas que possibilitam resultados sintéticos em cada prova e através desses resultados, que são identificadas no índice da avaliação com notas/conceitos de zero a dez, que se concretizam estratégias de intervenções para a melhoria do sistema, visando a qualidade e o resultado das avaliações com medidas altas. Nesse contexto, percebe-se que os Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, não conseguem alcançar a média 6,0 até o ano de 2022, conforme pretendido pela meta 7 do PNE. Assim, ao falar da intenção de elevar o índice de qualidade na educação, implica falar também falar na construção de um currículo escolar com conteúdo homogeneizado e avaliações em larga escala. Sendo assim, em meio a essas modificações no Saeb e a relação entre currículo e poder nas escolas, Consideramos como objetivo geral do trabalho analisar o poder do IDEB no currículo das escolas brasileiras para o alcance das metas. Nesse sentido, se faz necessário uma discussão acerca dessas mudanças a partir das seguintes questões norteadoras, a saber: Quais conteúdos serão privilegiados nessas novas avaliações? Esses conteúdos estão articulados em rede com outros conhecimentos locais? Atende a NSE? A quem interessa essa mudança? Quem ganha e quem perde? Ao discutir o poder do IDEB no currículo das escolas brasileiras para o alcance das metas, buscamos discutir a influência de um currículo escolar que atenda a regionalidade de cada escola, mas

também que tenha poder para preparar os alunos para as novas avaliações. Dessa forma, faz-se necessário atrelar essa discussão aos estudos sobre currículo. Para tanto, deve-se esclarecer o que compreende-se por currículo e a concepção do termo aqui assumida. Ao delimitar a questão sobre o poder do IDEB no currículo das escolas brasileiras para o alcance das metas, voltamos nossas preocupações ao tema, enquanto profissionais da educação, por acreditar que esse é um dos campos de pesquisa que potencialmente, pode apontar caminhos que possibilitem as transformações desejadas pelos professores na constituição do seu trabalho, na participação dos alunos no contexto educacional e a melhoria da educação no Brasil.

Palavra-chave: IDEB; Currículo; Poder

O SAEB 2019 APRESENTANDO OS APRIMORAMENTOS PARA A AVALIAÇÃO E INQUIETAÇÕES ACERCA DA NOVA CONFIGURAÇÃO SISTEMA

Josely Ferreira Ribeiro; Enoghalliton de Abreu Arruda; Ana Maria Rocha; Fábio de Souza e Silva; Antônio Henrique Nunes Ribeiro

UCP

Doutorado em Educação

Contatos: josely@gmail.com / (32) 98427-5666

Resumo: O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) apresentou uma série de reconfigurações que possivelmente repercutirão em mudanças no sistema educacional brasileiro. Muitas discussões foram realizadas, pelas mesas de debates sobre as modificações que foram apontadas em 10 pontos de aprimoramentos apresentados. O que se pretende destacar nessa discussão se relaciona ao sistema de avaliação e as propostas apresentadas como mudanças que se farão para os anos seguintes. Desse modo, o objetivo principal é apresentar os aprimoramentos no SAEB e discutir alguns pontos relevantes, no sentido de cotejar com o modelo do sistema anterior e sinalizar possíveis desdobramentos. Trata-se de um estudo qualitativo pautado na pesquisa documental e bibliográfica. Para isso, foram analisados documentos oficiais contidos no site do INEP, legislações acerca do assunto tratado, bem como literatura, pesquisas e documentos que norteiam o tema tais como a Constituição Federal (CF/1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), o Plano Nacional de Educação (PNE/2014) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017). Desse modo, a pesquisa se realizou de cunho documental e bibliográfico, vislumbrando possíveis desdobramentos e, por conseguinte, novos procedimentos metodológicos. Nessa perspectiva, foram apresentados 10 pontos para aprimoramento do SAEB a vigorar em 2019. Inicialmente, se propõe a substituição de todas as siglas anteriores pela sigla SAEB a junção de abandonar as siglas dos nomes fantasia, de modo evitar confusões. (ANEC, ANRESC, ANA ANE, Prova Brasil). O conteúdo do documento afirma que serão aplicados questionários através de dispositivos eletrônicos que funcionarão *online* e *off line*. Dentre muitas possibilidades, inicialmente destaca-se a implementação de novas matrizes de língua Portuguesa e Matemática, tendo o 2º ano do Ensino fundamental como referência.

Considera-se um outro ponto investigativo que se associa a qualidade educacional, à medida que se considera outras diversas dimensões que formarão novos indicadores, uma vez que esse processo não fica claro nos documentos. Todos esses apontamentos indicam caminho para se percorrer durante essa trajetória que já se iniciou com a apresentação desse seminário. Compete a estudiosos e pesquisadores se debruçarem sobre essas questões e através de um olhar crítico, investigar que lugar se pretende chegar com esses “aprimoramentos” que claramente veem arranjados com as políticas que claramente estão atreladas à proposta.

Palavra-chave: SAEB; Avaliação; Qualidade Educacional